

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE DE SOUZA SOUTO

SEMEÁ, ADUBÁ, TRATÁ:

as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco

Recife

2020

ALINE DE SOUZA SOUTO

**SEMEÁ, ADUBÁ, TRATÁ:
as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Relações sociais de gênero, geração, raça/etnia e sexualidade.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosa Maria Cortês de Lima.

Recife
2020

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S726s Souto, Aline de Souza
Semeá, adubá, tratá: as intersecções nas experiências das mulheres na
Zona Canavieira de Pernambuco / Aline de Souza Souto. - 2020.
146 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Cortês de Lima.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA, 2020.
Inclui referências.

1. Território. 2. Mulheres. 3. Gênero. I. Lima, Rosa Maria Cortês de
(Orientadora). III. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2021 – 013)

ALINE DE SOUZA SOUTO

SEMEÁ, ADUBÁ, TRATÁ:

as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 28/08/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Cortês de Lima
Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Christine Paulett Yves Rufino Dabat
Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Aline do Monte Gurgel
Participação via Videoconferência

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Rosa Maria Cortês de Lima. Aos integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Habitação e Saneamento Ambiental (NEPHSA), em especial Jorge Gondim.

À professora Aline do Monte Gurgel, pelo convite para participar das pesquisas na FIOCRUZ, respeito e apoio para realização das pesquisas de campo e trabalhos que temos desenvolvido sobre a/na Zona da Mata de Pernambuco. Às equipes do Projeto, em especial João Antonio dos Santos Pereira, Virgínia Carmem Rocha Bezerra, Geovanna Hachyra Facundo Guedes, Clenio Azevedo Guedes e Girlan Cândido da Silva.

Ao corpo docente da Universidade Federal de Pernambuco, em especial as professoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Estendo os agradecimentos aos discentes da turma 2018.1 do Mestrado em Serviço: Amanda Menezes, Ana Caroline Nascimento, Ana Emmanuela Reis, Ana Virgínia Moreira, Geiziane Cotrim, Leandro Aguiar, Jonathan Faria, Kellyane Ricardo, Lohana Januário, Renata Alvez Fernandes, Rebeca Silva.

Aos que se fizeram presentes na qualificação do projeto de mestrado, a professora Christine Rufino Dabat, a professora Magaly Colares Moura de Alencar e o professor Evandro Alves Barbosa Filho. As Heroínas de Tejucupapo, com carinho especial a liderança comunitária e todos que compartilharam seus tempos e histórias durante a cartografia social.

Aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pernambuco, em especial ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Sirinhaém e as trabalhadoras rurais que são sujeitos desse estudo.

Ao meu esposo, Rodrigo Silva, pelo apoio durante toda a realização do mestrado e escrita da dissertação, pela parceira cotidiana. E a minha filha, que na sua inocência contribui com os dias da escrita acadêmica através das brincadeiras e sorrisos que tornam nossos dias mais serenos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado.

RESUMO

Analisa as experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco, e examina a formação social do território, buscando compreender as transformações nos engenhos, áreas urbanas e periurbano. Refere-se a uma pesquisa qualitativa, de natureza explicativa, ancorada em pesquisas bibliográficas. Utilizou-se a pesquisa documental, que analisou relatórios de fontes oficiais para levantamento de dados secundários, quantitativos e qualitativos, com o objetivo de subsidiar a análise da formação social do território e o papel do monocultivo sucroalcooleiro para a acumulação capitalista e o espaço da produção. Recorreu-se a cartografia social e entrevistas, seguidas pela análise do discurso, com condensação de significados. Quanto à exposição dos capítulos optou-se por apresentar inicialmente, os aspectos históricos, políticos e econômicos e relações de poder que se materializam em incentivos estatais para a continuidade do monocultivo sucroalcooleiro. Em seguida, realizou-se um deslocamento da Zona Canavieira para o espaço mundial. As investigações sobre as transformações nos espaços e a questão regional realizadas no segundo capítulo identificam a dinâmica de desenvolvimento capitalista. No último capítulo, empreendeu-se a análise sobre as intersecções nas experiências das mulheres que permitem perceber um território transpassado, em tempos transversos. As experiências das porções do território reservam em si uma única construção colonizada de sexos e gêneros em que figura um espaço doméstico permeado por carinho, limpeza e cuidado, transferidos para a “cana”, para as “cozinhas” das patroas, nos setores de serviços ou na prostituição. Verificou-se que o saber-fazer, do cuidar com carinho e limpar, são transferidos para espaços rurais, urbanos e periurbano, nas relações de trabalho, em transformação, com as múltiplas formas de violências, as tensões entre servidão e cidadania e as discriminações na separação de tarefas nos setores de serviços.

Palavras-chave: Território. Mulheres. Gênero. Zona Canavieira de Pernambuco.

RESUMEM

Analiza las vivencias de las mujeres en la Zona Canavieira de Pernambuco, y examina la formación social del territorio, buscando así comprender los cambios en las áreas *engenhos*, urbanas y periurbanas. Se refiere a una investigación cualitativa, de carácter explicativo, anclada en la investigación bibliográfica. Se utilizó la investigación documental, que analizó informes de fuentes oficiales para recolectar datos secundarios, cuantitativos y cualitativos, a fin de apoyar el análisis de la formación social del territorio y el papel del monocultivo de azúcar y alcohol para la acumulación capitalista y el espacio de producción. . Se utilizó cartografía social y entrevistas, seguidas de análisis del discurso, con condensación de significados. En cuanto a la exposición de los capítulos, inicialmente se optó por presentar los aspectos históricos, políticos y económicos y las relaciones de poder que se materializan en incentivos estatales para la continuidad del monocultivo de azúcar y alcohol. Luego, hubo un cambio de la Zona de la Caña de Azúcar al espacio mundial. Las investigaciones sobre las transformaciones en los espacios y la cuestión regional realizadas en el segundo capítulo identifican la dinámica del desarrollo capitalista. En el último capítulo se analizó las intersecciones en las vivencias de las mujeres que nos permiten percibir un territorio atravesado, en tiempos transversales. Las vivencias de porciones del territorio reservan en sí una sola construcción colonizada de sexos y géneros en la que un espacio doméstico impregnado de cariño, limpieza y cuidado, trasladado al "caña", a las "cocinas" de los empresarios, en los sectores de servicios. o prostitución. Se encontró que el saber hacer, el cuidar con el cuidado y la limpieza, se trasladan a los espacios rurales, urbanos y periurbanos, en las relaciones laborales, en la transformación, con las múltiples formas de violencia, las tensiones entre servidumbre y ciudadanía y discriminación. separación de tareas en los sectores de servicios.

Palavras Clave: Território. Mulher. Gênero. Zona Canavieira de Pernambuco.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Zona Canavieira em Pernambuco	27
Mapa 2 –	Usinas ativas em Pernambuco – Safra 2018/2019	43
Imagem 1 –	Usina em atividade no município de Vitória de Santo Antão.	44
Imagem 2 –	Ruínas da Usina Massaussu, no município de Escada.	45
Imagem 3 –	Canaviais nos morros no município de Escada	45
Imagem 4 –	Canaviais no município de Aliança	45
Imagem 5 –	Pastagem no município de Água Preta	47
Mapa 3 –	Assentamentos Rurais criados pelo Governo de Pernambuco	72
Mapa 4 –	Assentamentos Rurais criados pelo INCRA – Anos 1980	73
Mapa 5 –	Assentamentos Rurais criados pelo INCRA – Anos 1990	74
Mapa 6 –	Assentamentos Rurais criados pelo INCRA – Anos 2000	75
Mapa 7 –	Assentamentos Rurais criados pelo Governo de Pernambuco	76
Imagem 6 –	Moradias entre canavial - PA Santa Maria, Escada.	79
Imagem 7 –	Casa de agricultor no PA Fortaleza, Ipojuca.	80
Imagem 8 –	Transporte utilizado entre Escada e Primavera	85
Mapa 8 –	Distrito de Tejucupapo	88
Imagem 9 –	Moradias autoconstruídas, em topo de morro, Ipojuca	90
Imagem 10 –	São Lourenço da Mata e Camaragibe (RMR)	92
Imagem 11 –	Arena Pernambuco, São Lourenço da Mata (RMR)	93
Imagem 12 –	Condomínio Reserva São Lourenço	93
Imagem 13 –	Rua de Upatininga, Aliança	95
Imagem 14 –	Upatininga, Aliança	96
Imagem 15 –	Lote de plantio de cana-de-açúcar em Sirinhaém	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Série Histórica de Área Colhida de Cana-de-açúcar (em mil hectares).....	42
Tabela 2 -	Série Histórica de Produtividade de Cana-de-açúcar (em mil toneladas).....	42

LISTA DE SIGLAS

ATR	Açúcar Total Recuperável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIESSE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Pernambuco
FETAPEPE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MST	Movimento Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
RAIS	Registros Administrativos do Ministério do Trabalho
RD	Regiões de Desenvolvimento
RESEX	Reserva Extrativista
RMR	Região Metropolitana do Recife
SINDAÇÚCAR-PE	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A TRADIÇÃO EM DECADÊNCIA? ESTADO E USINAS DE AÇÚCAR NA ZONA CANAVIEIRA	21
2.1 A divisão do território e a Zona Canavieira	21
2.2 Usinas de açúcar em Pernambuco, concentração de terras e acumulação do capital	29
2.3 Estado e setor sucroalcooleiro: dos incentivos e subvenções <i>no Proalcool</i> à desregulamentação neoliberal dos anos 1990.....	33
2.4 Ruínas Versus Monopólios?.....	39
2.5 Um Deslocamento Da Zona Canavieira de pernambuco até o sistema mundial.....	47
3 A ZONA CANAVIEIRA NO SÉCULO XXI: ENTRE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E A ATUALIDADE DA QUESTÃO REGIONAL	56
3.1 As intersecções na Região Nordeste: acionando a questão regional	56
3.2 Transformações e disputas nos espaços rurais: entre engenhos e assentamentos rurais	62
3.3 O espaço urbano e o periurbano: a cidade e as transformações urbanas	81
4 TERRITÓRIO TRANSPASSADO E AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS	99
4.1 As experiências sociais das mulheres negras como um objeto de análise na Zona Canavieira de Pernambuco	99
4.2 A discriminação sexual na Zona Canavieira de Pernambuco: o sexo e o gênero dos corpos nos engenhos	104
4.3 O trabalho das mulheres negras nos assentamentos rurais de reforma agrária	117
4.4 Território transpassado: quando a separação se manifesta, o que fica evidente?.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

Quando menina, meus caminhos, a caminhada e a jornada foram entre os canaviais. Para mim, eles sempre esconderam algo, ao mesmo tempo em que sempre revelaram muito. Escondiam silêncio, da cana alta, adulta, florada, interrompido pelo fogo revelador, e depois pelos *gritos* de quem faz do canavial um lugar de existência. Entre as canas tem sempre gente. Gente que trabalhou, pode estar, que pode ter passado por lá, que semeou, que adubou, que limpou, que cantou, que brigou, que chorou. Tudo isso compõe um canavial, mas também um território. Por que o canavial sempre esteve lá?

Um dia, eu notei um pé de cajá. Um pé de cajá no meio do canavial queimado, e ele não havia sido cortado. De repente, não era só o pé de cajá, era a sombra dele, as pessoas em baixo dele, e a possibilidade de outras vidas naquele solo, que no dia seguinte, eu sabia, ficaria branco, do pó, que eu não sabia o que era, mas, sabia quem o espalharia: as mulheres. E elas cantavam, e levavam seus filhos. Aliás, recordo sempre de um dia, a caminho da escola quando perguntei por que as crianças estavam ali, e minha mãe me respondeu que eles estavam com suas mães, porque não poderiam ficar em casa. Muito atenta perguntei de novo, se não deveriam ir pra escola, e a conversa terminou. Anos mais tarde, não via mais as crianças, e eu não estava cega. Agora, no mesmo ônibus que eu tomava, crianças com uma camisa escrita PETI, silenciosos, e com os olhares atentos ao caminho que agora faziam todos os dias, e eu estava no mesmo ônibus que filhos e filhas de trabalhadoras rurais. Nunca tive coragem de perguntar por suas mães, aquelas dos canaviais, porque eu os via sorrindo no momento do embarque e isso era bom. A questão é que essa pergunta, que não era só pelas mães, mas por todas as mulheres que trabalhavam nos canaviais parece ter me acompanhado.

Com o ingresso na Universidade Federal de Pernambuco, percebi que as crianças com a camisa do PETI não estavam mais a sorrir pelo caminho, nem chegaram na sala de aula das universidades públicas. Na sala de aula, nos corredores e, em todos os metros quadrados de uma UFPE com centenas de estudantes, meu olhar não achou nem os olhos, nem nossa cor, nossos corpos e o semblante de quem conhece a cana. Da minha turma do ensino médio, na Escola Agrícola Luiz Dias Lins, eu fui a única a fazer o vestibular para ingresso na universidade, e com muita saudade de amigas, amigos e parcerias, tomando os rumos da capital, Recife, passava a não ver mais nenhum pé de cajá. Prédios e carros num trânsito intenso serviam para eu esticar o pescoço, e identificar da janela a metrópole, que por sua vez havia deixado o canavial “para trás”. Eu só tinha nesse momento uma certeza: a terra continuava sendo ocupada pelo canavial.

As pessoas, talvez, continuassem procurando a sombra *do cajá*, mas elas não seriam as mesmas, nem o canavial era o mesmo, nem o cajá haveria de ser.

Uma vez, tendo voltado para casa, no caminho escuro, paisagem canavieira, eu queria ser o cajá, e falei isso pro meu irmão. Eu queria ser o cajá, só pra saber o porquê de continuar conversando na minha sombra, sem plantar mais e mais cajá, até o canavial acabar. Aí veio a resposta do meu irmão: “porque o dono da cana quer cana na terra e não cajá”. Ora, se a terra tem dono, óbvio que a cana era plantada a mando do dono, e para além disso, a cana que virava açúcar, álcool e vinagre (eu só conseguia identificar esses três derivados da planta) estava numa terra que tinha um dono, e que esse dono contratava aquelas pessoas para o trabalho no canavial, e não para plantar cajá, e outras árvores. Estava tudo muito esquematicamente, articulado e era planejado, e eu não poderia ser o *pé de cajá*, eu sabia disso, e meu irmão também.

A questão é que o *pé de cajá*, também não fala, não escreve e nem estava na Universidade, de onde eu quem sabe um dia, poderia escrever não sobre as plantas, necessariamente, mas sobre as relações e condições de trabalho que eu sabia que existiam, e que por isso eram reais, enquanto a minha ilusão de ser *cajá*, era uma fantasia. Cheguei a duas disciplinas fundamentais no curso de Serviço Social para a realização do “ato de escrever” sobre o trabalho assalariado nos canaviais. Na disciplina de Pesquisa em Serviço Social, a nossa docente inesquecível, a Professora Mirtes Guedes Alcoforado chegara junto com a turma no tema: Divisão Sexual do Trabalho, e as equipes tinham o dever de escolher sobre o que pesquisar. Era a minha chance, de tornar-me *pé de cajá*. E a equipe não fez objeção. Nossas leituras deram conta de perceber que existia uma divisão sexual do trabalho nos canaviais, e que as mulheres não eram bem-vindas no corte da cana, sendo essa uma tarefa em disputa, e que as mulheres participam do corte manual naquele ano. Mas, outras caracterizações sobre as condições de trabalho das mulheres ainda estavam em falta.

Eu ainda não me sentia *o pé de cajá*, e já estava apaixonada pela *flor da cana*. A flor, tão linda aos meus olhos, e representando a possibilidade de reprodução, informando que a natureza se renova, ao mesmo tempo “o dono da cana” não é boa. O pé de cajá resistiu ao fogo e ao facão, a flor é teimosa, e indesejada, mas sua presença é certa, inclusive na falta de chuvas. O que eu pensava diante de um canavial florado: r-existir é possível. As mulheres continuam trabalhando e vivendo sua relação com a terra e com a produção de suas próprias vidas.

As explicações que surgem depois dessa disciplina, me acompanharam para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, com a orientação da Professora Rosa Cortês, quem me apresentou possibilidades para um estudo, acompanhou a realização, e depois a submissão para o Edital da UFPE e publicação de livro. Eu havia retornado ao canavial com

uma pergunta: quais as condições de trabalho das mulheres assalariadas nos canaviais, do município de Escada-PE? Naquele momento, a busca por determinações, e descrevê-las, enquanto expressões da questão social foram fundamentais para chegar à conclusão que outros estudos precisavam continuar sendo construídos.

Gosto do Trabalho de Conclusão de Curso, da obra que sucedeu a ele, e reconheço os seus limites (e que bom que existem limites). No entanto, o que me fez retornar para o mesmo território e continuar pesquisando sobre as relações sociais, e sobre as mulheres foi menos a vontade de ser *pé de cajá*, e mais o desafio de compreender as mudanças nas relações sociais e no território. Refiro-me, também as mudanças no espaço da produção e no espaço doméstico, que coincidem cronologicamente com transformações agrárias e urbanas.

Além disso, tendo concluído a graduação, ser assistente social na Zona Canavieira de Pernambuco, nos municípios de Escada, Ipojuca, e vivenciar a experiência do atendimento social às mulheres nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e de assistência social, bem como da participação no Fórum de Gestoras da Zona Canavieira pareciam me provocar a continuar questionando a realidade, a materialidade e as subjetividades presentes nas experiências das mulheres nesse território¹.

Foi durante a escrita do Projeto de Dissertação que me pude reaver dessa trajetória de vida, acadêmica, e profissional. As contribuições teóricas, advindas das disciplinas para responder a questão de pesquisa, foram atravessadas por encontros acadêmicos e científicos, uma conjuntura política de repressão e criminalização dos movimentos sociais, a perseguição a cientistas e ataques a ciência brasileira, com cortes nos financiamentos da educação pública pelo Ministério da Educação (MEC).

Na construção teórico-metodológica, com vistas a averiguar formação da Zona Canavieira de Pernambuco, a exploração da natureza e a relação com o espaço mundial, recorri a estudos regionais, com destaque para teses de doutorado de diferentes áreas do conhecimento (Antropologia, Geografia, História, Economia, Desenvolvimento Regional, Serviço Social, Sociologia). Para analisar as transformações nos espaços, recorri a teses e dissertações, reservando merecida atenção às pesquisas e análises de Christine Dabat (2003, 2005, 2008) e Sigaud (1979, 1982, 2005), Andrade (1993, 2001, 2011), Wanderley (2014), Palmeira (2009), Souza (2018). As Autoras e os autores vêm se consolidando como fundamentais para a análise de dados e estudos empíricos no território. Na identificação das relações de gênero, e para a

¹ O Fórum de Gestoras da Zona Canavieira é formado por gestoras de organismos de políticas para as mulheres de 18 municípios, reunidas com o objetivo de formular e articular políticas públicas para às mulheres.

discussão das experiências das mulheres, enquanto sujeitos políticos, no território, utilizei as autoras Akotirene (2018) Federici (2017), Lugones (2016); Ávila (2016) e Piscitelli (2016).

As perspectivas teóricas estão articuladas a pesquisa empírica e dados secundários, produzidos sobre e no território. Assim, parti corroborando com Sposati (2013, p. 07) na afirmação que “[...] o conceito de território, no singular ou plural, refere-se a uma concepção dinâmica, tanto do ponto de vista geográfico, como histórico, político e sócio-relacional”. Para a autora território é conceito, mas é também uma categoria, que deve ser acionada para compreender uma síntese das relações de um coletivo, que não necessariamente refere-se a uma cidade ou uma região, mas que evidencia a concretude da vida cotidiana.

Diante da polissemia do território, Koga (2005, p. 20) oferece a seguinte contribuição para analisar experiências sociais das populações, ao informar sobre o desafio em torno da categoria, “Talvez o desafio esteja na captura dessa dimensão dinâmica e relacional no cotidiano do território, para não se restringir ao localismo”.

Relembra Koga (2011, p. 35) que o território desafia as homogeneidades das meta-análises. Nesse sentido “[...] o território acaba por confrontar perspectivas distintas e discrepantes de uma realidade anteriormente vista como um conjunto homogêneo, similar a outros com características semelhantes”. Destarte, proponho, nessa dissertação, uma análise que toma a Zona Canavieira como território do estudo, em que os espaços rurais, periurbano e urbano são produzidos por sujeitos, com trajetórias, referências políticas e disputas distintas, contrárias, opostas e assentadas na formação social, política e econômica que a caracteriza, transpassa e diferencia-a de outros territórios.

É uma proposição que corrobora com a abordagem territorial em Saquet (2011) que afirma, “Os territórios resultam do processo de construção histórica *do* e *no* espaço.” (SAQUET, 2011, p. 24); e a “[...] abordagem territorial é um caminho para se compreender, por exemplo, as relações e complementaridades que os espaços urbano e rural, seus conflitos, as redes e relações de poder, [...]” (SAQUET, 2007, p. 158).

Em algum momento, o trem que carregava açúcar e gente, deixou de ser o principal meio de transporte para percorrer a Zona Canavieira. No caminho, a estrada e as rodagens são hoje, percorridas em automóveis, e eu quase sempre estive em um movido a etanol combustível. Essa descrição em si, serve para situar o tempo, ou o recorte temporal dessa pesquisa: o presente. Sozinha, em grupo, em dupla, atenta, aparelhos e câmeras nem sempre nas mãos. Sempre estiveram comigo as minhas memórias. Sem as *minhas memórias e experiências profissionais*, não me arriscaria a fazer nenhuma pergunta sobre esse território ou sobre os sujeitos que incansavelmente, existem e resistem nele.

Refiro-me as minhas memórias, da infância e adolescência, somadas as memórias recentes que construíram minha experiência profissional, assistente social, mulher, jovem e negra. Trabalhar na Zona Canavieira me colocou *de frente* com histórias de vida, relatos de conflitos e resistências nas lutas pela terra e por condições de vida, a luta pela existência, pelo direito à vida, direito à terra, por modos de viver no território, e por ser mulher. A experiência profissional, e o ingresso no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, tornaram possível elaborar as perguntas e escolher os instrumentos, e partir de premissas.

Através de pesquisas exploratórias, dados secundários e depois de reler o estudo monográfico de 2013, sobre a existência de mulheres trabalhadoras rurais e agricultoras na Zona Canavieira, acreditei ser possível construir um estudo sobre as experiências e transformações que nos são contemporâneas, partindo das experiências dos sujeitos da pesquisa. Como perceberão nos capítulos a seguir, a redução dos empregos gerados no setor sucroalcooleiro, as novas dinâmicas sociais e territoriais e a permanência do “medo de falar”, me conduziram a fazer escolhas metodológicas e teóricas que permitissem a construção de uma análise sobre esses fenômenos, com diferentes sujeitos políticos, alinhando metodologias e saberes, plurais.

Construí durante o trabalho de campo, com as equipes dos Projetos: “Repercussões sobre o ambiente e a saúde humana decorrentes do cultivo da cana-de-açúcar” e “Diagnóstico participativo da contaminação ambiental no cultivo da cana-de-açúcar e indicadores de efeito precoces sobre a saúde”, esse coordenado pela Pesquisadora da Fiocruz, Doutora em Saúde Pública, Aline do Monte Gurgel; e durante a elaboração do Projeto e da dissertação, com a orientação da Professora Dra. Rosa Maria Cortês de Lima, outras memórias, e saberes que, sistematizados nas análises, representam, em alguma medida, meu anseio de contribuir com a ciência da *teimosia*, resistente aos ataques contrários à ciência brasileira.

Os elementos metodológicos estão alinhados com a questão de pesquisa: Como as permanências e as transformações nos espaços, na Zona Canavieira de Pernambuco tem impactado as experiências das mulheres? E ainda, com o objetivo geral do estudo: Analisar as experiências das mulheres no território, diante das dinâmicas espaciais recentes.

As hipóteses eram as seguintes: 1) as transformações recentes nos espaços rurais, urbanos e periurbanos teriam impactado as experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco. Isto é, haveria um sujeito político (mulheres negras) com experiências similares em todo o território. 2) Essas transformações conservavam a construção de gênero racializada produzida pela colonização desde o século XVI, dentro no espaço da produção dos engenhos,

porque nesse território formas de dominação e opressão estão perenes, e impactavam nas lutas por direitos e nas expectativas dos sujeitos políticos.

Três objetivos específicos antecederam a produção da dissertação e foram elaborados e interrogados desde a qualificação do Projeto de Dissertação no PPGSS, quais sejam: caracterizar a relação entre o Estado e o mercado sucroalcooleiro; identificar as transformações nos espaços agrários e urbanos na Zona Canavieira de Pernambuco; e analisar as experiências sociais e expectativas para e no território.

A partir de diferentes metodologias, instituições governamentais, de naturezas e instâncias distintas produzem dados oficiais sobre o território. As fontes oficiais estatais se utilizam da escrita para registrar o resultado de censos demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantamentos e pesquisas por amostragem. Os dados são estratificados por municípios, na maioria dos censos e levantamentos, como os que se referem aos dados de população, empregos, saneamento e a concentração fundiária.

Existem também dados de levantamentos de safras de cana-de-açúcar, produzidos a partir de informações das usinas de açúcar e álcool, as unidades de produção. Assim, entre as fontes oficiais a diversidade de objetivos e metodologias das pesquisas inviabilizam as comparações, e cruzamento de dados, mas possibilitam estabelecer determinadas aproximações. Entre os dados sobre área plantada de cana-de-açúcar do IBGE e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgados em números absolutos, identificamos, por exemplo, que o primeiro realiza o levantamento por município, enquanto a segunda realiza levantamento de safras, de modo que as consultamos ambas para coletar dados referentes ao período das safras 2010/2011 à 2020/2021.

Dito isso, informamos que nesse estudo as fontes oficiais foram consultadas para levantamento de dados secundários, quantitativos e qualitativos, com o objetivo de subsidiar a caracterização do território e a análise socioeconômica do mesmo. Foram também utilizadas as fontes oficiais para a seleção dos municípios, em foram realizadas cartografia social, visitas institucionais e entrevistas.

A cartografia social é um procedimento metodológico em que os sujeitos *cartografam* e constroem as representações gráficas do território. Segundo Santos (2016) os elementos representados nos mapas oriundos de cartografias sociais estão inter-relacionados.

Para Acselrad e Viegas (2013, p. 17), “[...] a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”. Se pudermos assim tratar de grupos excluídos, percebemos que a comunidade em que foi realizada a cartografia

social nunca deixou de disputar pelo território. O procedimento realizado em Tejucupapo incluiu a realização de 1 (uma) visita exploratória inicial, e a identificação de lideranças comunitárias, seguida por 3 (três) encontros com o grupo de participantes. O encontro para construção dos mapas foi antecedida de uma explanação sobre cartografia e produção de mapas, seguido pelo momento em que a comunidade foi dividida em dois grupos, sendo orientado um para a representação de aspectos do ambiente, e o outro da saúde.

Tendo em vista o alinhamento da nossa proposta com a caracterização do território e da população proposto em projetos de pesquisas, já mencionados, selecionamos os mesmos municípios da referida pesquisa, sendo os que, segundo o IBGE (2017), apresentavam maior área plantada: Sirinhaém, Água Preta (Mata Sul), Goiana, Itambé e Aliança (Mata Norte). Esse critério, de maior área plantada é também utilizado pelo Plano de Ações para Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos e pelas pesquisas realizadas pelo Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) do Instituto Aggeu Magalhães, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, o que permite acesso a informações e conhecimentos sobre os mesmos.

Registramos desde a elaboração do Projeto de Dissertação, que a área plantada pode ou não representar maior produtividade no monocultivo sucroalcooleiro, com maior produção de açúcar e etanol, e/ou mais empregos gerados. Contudo, durante o trabalho de campo, identificamos, através de observação, e depois através de informantes informais, e de sujeitos da pesquisa, que a redução da área plantada na Zona da Mata Sul pernambucana indicava, entre outros aspectos, a velocidade de novas dinâmicas socioeconômicas, bem como a fragilidade dos dados das fontes oficiais sobre o território.

Na Zona Canavieira de Pernambuco identificamos os municípios que tem a área plantada de cana-de-açúcar, contabilizadas e divulgadas nos levantamentos realizados pelo IBGE. Em Água Preta, pastos e gado bovino substituíram parcialmente lotes de canaviais. Em Goiana, o avanço de empreendimentos imobiliários, bem como a construção de plantas industriais “*não açucareiras*” permanecem encurralados por plantações, que se camuflam entre o rural e o periurbano. Os registros e anotações de campo se configuraram como dados, analisados durante o curso da pesquisa e subsidiaram o percurso metodológico, diverso no território.

Em Água Preta e Sirinhaém, optamos por entrevistas semiestruturadas concedidas por mulheres no território. As mulheres que aceitaram participar assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), esclarecendo-se na oportunidade a justificativa, os objetivos, os procedimentos que serão utilizados, inclusive para análise posteriormente

realizada. No roteiro da entrevista semiestruturada, as perguntas sobre o trabalho perseguiram os objetivos específicos do estudo, bem como o diálogo sobre a participação em sindicatos, movimentos ou ações coletivas. As perguntas adicionadas durante a entrevista foram organizadas considerando a inserção das mulheres no setor sucroalcooleiro, ou seja, a condição de assalariada e temporária, e de agricultora familiar. Com as questões orientadas para as relações de trabalho e as demais experiências das mulheres no território, teve origem as descrições e narrativas sobre o que foi vivido, e o que se vive no cotidiano.

Prevista na entrevista semiestruturada, a adição de perguntas mantém a perspectiva qualitativa, fazendo o uso desse instrumento nos termos de Kvale (2006): uma conversa com um propósito². A utilização de gravador e as transcrições realizadas, posteriormente, garantiram a leitura na íntegra, e a realização de análise do discurso, das entrevistas através das categorias: mulheres e território.

Em Goiana, mais especificamente em Tejucupapo, utilizou-se a cartografia social, que também foi devidamente gravada, seguida da análise do discurso a partir das categorias trabalho, ambiente e conflitos territoriais. Foram incluídos moradores do distrito, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, e que aceitaram por convite e mobilização da liderança da Associação das “Heroínas de Tejucupapo”. Os sujeitos participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), esclarecendo-se na oportunidade a justificativa, os objetivos, os procedimentos que serão utilizados, os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados³. Na análise e exposição realizada no estudo identificamos os sujeitos com nomes fictícios e número para proteger a identidade de todas as pessoas.

O mapa produzido durante a cartografia social também foi analisado, considerando-o enquanto linguagem produzida sobre o território, a partir das experiências dos sujeitos. Logo, a cartografia social realizada está alinhada com a oposição às abstrações universais que colocam o homem-masculino como um sujeito universal, resgatando-se a experiência de sujeitos políticos plurais, construtores de alternativas e formas de ser, modos de viver e de existir no território e sendo por isso, capazes de representa-lo através do ato de *cartografar* coletivamente, mesmo que sob a orientação de temas centrais eleitos pela equipe da pesquisa.

² “An interview has been defined as a meeting where a reporter obtains information from a person, as a meeting with another person to achieve a specific goal, and more generally, as a conversation with a purpose.” (KVALE, 2006, p. 483).

³ Projeto aprovado na Chamada Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018. Proponente: Aline do Monte Gurgel
Instituição de vínculo do proponente: Instituto Aggeu Magalhães/ Fundação Oswaldo Cruz (IAM/Fiocruz).

Os temas centrais e os grupos formados foram guiados pelos temas Saúde, Ambiente e Trabalho. O que decorreu dos temas centrais foi, portanto, resultado da capacidade de analisar e perceber experiências e ausências, na imagem e no discurso produzido, a partir do que se pretende nesse estudo. Para isso, elegemos dois temas centrais registrados nos quadros para a dissertação: território e experiências das mulheres.

Nas praças e ruas, comerciantes e transeuntes, dispõem de informações fundamentais sobre a localização de serviços públicos, tomando como referências elementos do território e do cotidiano de cada espaço. Por isso, foram os “informantes informais” que tornaram possível “chegar” em sindicatos, Centros de Referência em Assistência Social e Unidades Básicas de Saúde de Itambé e Aliança. Nesses dois últimos municípios visitamos serviços de saúde e centros de assistência social na tentativa de identificar e localizar *os sujeitos* dessa pesquisa.

Pisar no chão do território compõe os procedimentos metodológicos desse trabalho. Observar as condições de trabalho, sentir os cheiros exalados pela natureza e da poluição ambiental, identificar as diversidades de usos da terra, enxergar o que restou da Mata Atlântica, nessas porções do território pernambucano e nordestino, ouvir as vozes dos sujeitos políticos. Além disso, caminhar junto com as comunidades nas trilhas, decorrem de uma escolha do método e de materiais da pesquisa.

Com o uso de satélites e georreferenciamento poderíamos ter escolhido analisar imagens, sem pisar na Zona Canaveira. Todavia, ficamos com as duas opções. Durante as visitas aos sindicatos rurais, assentamentos de reforma agrária, Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) fotografamos as ruas, os canaviais registrando com o uso do aparelho de *smartphone*, GNSS o percurso realizado. O uso do equipamento viabilizou a elaboração dos mapas através do Sistema de Informações Geográficas, o QGIS 3.4.

A elaboração de mapas corrobora com a afirmação de Koga (2003, p. 196): “Os mapas são referências antigas, instrumentos de aventureiros, exploradores, navegadores, militares, estrategistas. Seja pela sua utilidade de orientação ou de exploração do território, os mapas simbolizam o terreno e suas características”.

A *análise dos dados* remete a abordagem qualitativa. A análise dos discursos das entrevistas, da cartografia social e do mapa de Tejucupapo, foi antecedida pela análise de relatórios de pesquisa, de dissertações e teses sobre os sujeitos e o território da pesquisa. A análise do mapa da cartografia social se baseia na constatação de Koga (2003, p. 198), “Como instrumento de linguagem, sem dúvida, os mapas vem se mostrando cada vez mais eficientes

enquanto formas de representação do espaço e sua relação com as condições de vida e dos seus habitantes”.

A análise das entrevistas seguiu a condensação de significados de Kvale (1996), a partir da qual realizamos a elaboração de um quadro para distinguir temas centrais e unidades naturais da análise, contidas nos discursos. Através da identificação do território e de aspectos de sua formação social, política e econômica, condensamos a análise sobre os espaços, as experiências e expectativas dos sujeitos da pesquisa. Procedemos com a entrevista semiestruturada, e perseguimos duas questões centrais nas perguntas: quais as condições de trabalho das mulheres nos canaviais? E, quais as expectativas das mulheres no território? Com o uso da triangulação metodológica, recorreremos a um cuidadoso estudo da literatura e da interseccionalidade, para sistematizar o conteúdo das entrevistas.

Na compreensão de Akotirene (2018), a orientação geopolítica interseccional dialoga com as Epistemologias do Sul. Conquanto, Santos (2000; 2018) situe o poder patriarcal para explicar as diferenças sexuais, como provou o feminismo negro, o poder patriarcal omite a discriminação racial, dentro e fora do espaço doméstico. Todavia, a opção pela interseccionalidade, não inviabiliza ou desacredita a capacidade explicativa dos espaços estruturais proposto por Santos (2000), e que utilizamos para analisar com maior nível de detalhamento as relações construídas e reconstruídas no espaço da produção.

Por oportuno registramos que na academia, foram as epistemologias feministas, conforme Sousa Santos (2000) que mais avançaram na construção de saberes não cartesianos, permitindo uma expansão analítica nos estudos sobre o espaço doméstico, o espaço da produção e o espaço da cidadania. Recorreremos, portanto, a estas epistemologias para a investigação do gênero no território, e das experiências e expectativas das mulheres, no período da coleta de dados através das entrevistas e da cartografia social (junho de 2019 a novembro de 2019).

A persistência para atingir os objetivos do estudo, comporta os desafios da interrupção dos encontros para a cartografia social, em função do “derramamento de óleo”, que impactou toda a costa brasileira e de forma severa a costa nordestina; e uma escrita, recortada pela Pandemia da “COVID 19”, e medidas adotadas em âmbito regional na busca de conter a disseminação da doença e a mortalidade das pessoas.

2 A TRADIÇÃO EM DECADÊNCIA? ESTADO E USINAS DE AÇÚCAR NA ZONA CANAVIEIRA

A proposta desse capítulo é caracterizar a relação entre o Estado e o mercado sucroalcooleiro em diferentes períodos da formação sócio-histórica Zona Canavieira. A expressividade econômica do setor é de longa data, e continuam sendo significativos, a área plantada e os empregos gerados, apesar de ter diminuído o quantitativo de usinas de açúcar, na Zona Canavieira de Pernambuco, ao longo dos anos 2000 e 2010. Os mapas e as tabelas serão analisados a partir da bibliografia consultada e das visitas de campo realizadas nos municípios da pesquisa. As comparações entre as políticas de incentivos à produção sucroalcooleira, em diferentes períodos e territórios e a discussão sobre a ação do Estado são realizadas para provocar a identificação do papel das instituições nas relações de poder e para acumulação capitalista.

A construção do capítulo evoca deslocamento geopolítico, ousando apontar as relações estabelecidas pelo setor sucroalcooleiro em escala mundial. Deslocar as análises para a identificação de territórios distintos é um caminho sem volta.

Apesar de recorrer à formação sócio-histórica, não se pretende historiar sobre o território, mas alinhar-se a transposição de supostas universalidades, indicando aspectos coloniais no território do estudo. O monocultivo açucareiro, e agora sucroenergético, iniciado pelos colonizadores, continua revelando a continuidade de relações coloniais de poder, assentados na concentração de terras e capitais, e que incidem sobre os modos de ser e de viver nele, de produzi-lo e de nele mesmo construir experiências.

2.1 A divisão do território e a Zona Canavieira

A Zona Canavieira é um território de relações construídas para exploração da terra, quando da substituição da Mata Atlântica pela *planta doce*: a cana-de-açúcar. Praticamente extinta, a mata e a biodiversidade do bioma foram, ao longo dos séculos, sendo destruídas para a implantação do monocultivo agroaçucareiro, alicerçado sobre a concentração fundiária e a exploração da força de trabalho de outrem, capazes de combinar extermínio e expulsão de povos originários, escravidão e apropriação privada da natureza, sob a colonização.

O território é a afluência de relações sociais e usos da natureza e do espaço, expressando tradição e transformações, que superam os limites político-administrativos de

regiões, estados e municípios, construídos pelo Estado. Segundo Andrade (2004, p. 19) “[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

Reiteramos que o território implica em ação humana, não necessariamente a imediata, mas o conjunto delas, mediado por instituições (SANTOS, 2007; HARVEY, 2011; GRZYBOWSKI, 2012). É a ação humana que se apropria da natureza, movimenta e transforma os espaços e os corpos, a serviço de uma lógica política e econômica.

Importam-nos a atenção ao fato do território caracterizado pela *planta doce*, exalar o amargo da acumulação privada de riquezas, exploração capitalista, pobreza, violências, conflitos e resistência, em que o Estado e a aristocracia sucroalcooleira se mantiveram entrelaçados. O desaparecimento dos canais da paisagem, o fim dos engenhos e usinas, não erradica, por si só, a exploração da natureza, o autoritarismo, as violências contra animais e pessoas, o racismo, a pobreza e as desigualdades sociais, nos remetendo a amarga formação sócio-histórica canvieira, porque apesar de ser a cultura da cana-de-açúcar que marca a aparência do território e a paisagem, são as relações que se estabelecem entre os seres vivos, humanos ou não, que se constituem como o núcleo (“a alma”) do território.

O Estado português organizou a divisão do território na colônia⁴, em capitânias hereditárias e pela divisão de terras em sesmarias⁵, permitia-se, pelas instituições, a expulsão e extermínio de diferentes povos, solidificando a exploração da natureza, e um sistema agroexportador. A formação do território, tendo sido iniciada a partir da exploração de grandes lotes, ou melhor, muitas léguas, de terras, que passaram a ser utilizadas para a monocultura canvieira, com a escravidão de pessoas para o trabalho, contou com a Igreja Católica e o governo português, enquanto instituições que incentivaram e legitimaram a acumulação de capital, por uma aristocracia agrária (FURTADO, 2005).

Essa forma de colonizar destruiu experiências e modos de vida de povos tradicionais, que antecederam o uso e a ocupação do território antes da colonização. A sesmaria era um

⁴ Segundo Faoro (2012, p. 120) “A obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição das terras. Aí se fixava o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de condensar populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação”. De acordo a pesquisa do autor, o regime das sesmarias, serviu para consagrar as “extensões latifundiárias” e só foi anulado em 1822, quando através de uma Resolução, o Príncipe Regente, reconhecia posseiros, sem títulos, como proprietários.

⁵ A Lei das Sesmarias foi promulgada em Santarém (Portugal), em 28 de maio de 1375. A legislação foi aplicada a colônia desde o início da exploração de terras para a implantação de engenhos. Segundo Martins (2003, p.146): “Assegurava o senhorio do rei sobre o território do reino, o que lhe dava o direito, constantemente exercido, de redistribuir as terras devolutas, abandonadas ou incultas, o que foi comum no Brasil principalmente nos séculos XVI e XVII”.

lote de terra distribuído por um donatário da capitania, em nome da Coroa portuguesa. Segundo Silva (2008, p. 355) “o sistema sesmarial não pôde ser apontado como pelo caráter altamente concentrado da estrutura agrária”, haja vista que a posse tornou-se a principal forma de apropriação territorial na colônia. Com a necessidade de incorporação de mais terras para a ampliação dos monocultivos, a posse era a estratégia para ampliação da propriedade privada de terras.

A formação sócio-histórica Zona Canavieira, confunde-se com a história da colonização portuguesa e das resistências dos povos originários no Brasil, haja vista que durante todo o período colonial inexistia a regionalização que conhecemos, prevalecendo no século XVI, capitanias (BERNARDES, 2007), e que a metrópole preocupava-se em estimular a acumulação de riquezas nos engenhos de açúcar.

Nas colônias portuguesas, o lote deveria ser povoado e as terras cultivadas, com culturas definidas por quem recebeu o direito e o dever de uso sobre o mesmo. Por ser instituída pelo Estado, através de instrumento jurídico, a sesmaria, e os tributos, que incidiam sobre o que era produzido nela, eram regulados pelo colonizador.

Das sesmarias coloniais, nas Américas, se ergue o poder do Estado para organizar povos e populações, arrecadar tributos sobre a produção e a dominação da natureza, para acumulação de riqueza, haja vista que os povos tradicionais desconheciam essas relações de poder e modo de produção. Para Furtado (2005) a colonização do século XVI e atividade açucareira surgiram ligadas, uma a outra.

Sob o regime jurídico das sesmarias, institui-se a divisão do território canavieiro em engenhos de açúcar, localizados nas proximidades do litoral, para produzir o açúcar, vendido no mercado externo (ANDRADE, 1994). Na Zona Canavieira, nem a tentativa de organização em províncias, pelo Estado, nem em Paróquias, pela Igreja, foi mais significativa, no tempo e no espaço, do que a divisão por engenhos. Nos engenhos, modos de vida, experiências e sociabilidades foram sendo construídas para produzir a vida material, a partir da escravidão de pessoas, e a vida imaterial, através de práticas culturais e religiosas (PRADO JÚNIOR, 1961; FREYRE, 1999).

A divisão do território por engenhos de cana-de-açúcar, desde o século XVI, e posteriormente, em Usinas, nos séculos XIX e XX (ANDRADE, 2011) conformou a exploração de terras agricultáveis e o uso dos cursos d’água, mananciais e rios, de modo que as relações sociais, políticas e culturais estabelecidas dentro das unidades, sobretudo as que se referem às relações entre proprietários de terra, donos de usinas, fornecedores de cana e

pessoas escravizadas, trabalhadores e trabalhadoras, extinguíram quaisquer outras divisões realizadas pela Igreja, ou pelo Estado português⁶.

As mudanças políticas que se processaram com a independência, a criação do Império e do poder nacional, e depois, da proclamação da República, contribuíram para a divisão político-administrativa que as precedeu cronologicamente (BERNARDES, 2007). Aos poucos, a identificação em regiões materializava o rompimento com a estrutura econômica e política colonial portuguesa, no Império (1822-1889) e a existência de elites políticas nacionais e de problemas sociais diferenciados na extensão do país, durante a Primeira República (1889-1930).

A divisão em estados, e a regionalização, amparados pela categoria *região*, revelam segundo Bernardes (2007), a ação planejada do Estado, mediante os interesses de conhecer os espaços, planejar as ações e administrar investimentos para viabilizar a industrialização, nos anos 1940. A criação de institutos e conselhos, pelo Estado, viabilizou a regionalização com mapas nacionalmente produzidos⁷.

Para Contel (2014) as mudanças nas divisões são resultantes do acúmulo na produção de conhecimentos pelos pesquisadores do IBGE, de novas produções teórico-metodológicas, e de estudos voltados ao desenvolvimento econômico. Na primeira divisão político-administrativa oficial do Brasil, em 1942, através de decreto federal foi demarcado o Nordeste, formado pelos seguintes estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas (FRANCISCO, *on-line*). Desde esta divisão até a atual, o Nordeste, e todas as regiões brasileiras⁸, tiveram incorporados a si estados e municípios.

As discussões teóricas e empíricas, em diferentes áreas de produção do conhecimento, enfatizaram em períodos históricos distintos, a existência dos *vários Nordestes*, contrapondo-se a homogeneidade na identificação do espaço. Bernardes (2007) apresentando vários *Nordestes* situou diferentes interesses econômicos, territorialidades e identidades, no espaço geográfico, que foi sendo apropriado pelos colonizadores, durante a

⁶ Proponho uma compreensão do engenho como uma unidade territorial, a fim de evitar a redução do uso termo ao uso da terra, as relações econômicas e ao espaço da produção. Nesse sentido, esta compreensão difere daquela realizada por Palmeira (2009, p.173): “O termo *engenho* designava no passado o conjunto plantaço-fábrica e, mais especificamente, a fábrica onde era produzido o açúcar. Hoje o termo é utilizado em Pernambuco, onde os últimos engenhos propriamente ditos deixaram de moer na década de 1950, para designar qualquer grande propriedade que plante cana para fornecer a uma *usina*”.

⁷ Segundo Santos e Castiglione (2014, *on-line*, p. 3) antes de 1930 o mapeamento nacional ainda não havia sido sistematizado, ou seja, não existia representação cartográfica, que permitisse o Estado brasileiro fazer a gestão da exploração da natureza e o controle sobre as populações, sobretudo de grupos protagonistas de revoltas populares, em períodos antecedentes.

⁸ O Estado brasileiro decretou em 1970 a segunda divisão regional e em 1990, a terceira e atual regionalização do país (CONTEL, 2014). Nessa divisão o Nordeste é formado por nove estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

colonização portuguesa. Segundo o autor, há elementos econômicos e políticos-institucionais coloniais que influenciaram um sentimento de pertencimento do que viria a ser o Nordeste, de hoje: a importância do porto do Recife, para importações e exportações, a categoria de capitania-geral atribuída pela coroa portuguesa a Pernambuco e a criação da Diocese de Olinda, mantendo-se ainda assim, características geográficas culturais, sociais e econômicas diversas na extensão da colônia, e posteriormente no Império.

Ao analisar a formação econômica, Araújo (1997) enfatizou a presença de subconjuntos socioeconômicos, originados dos processos de ocupação do espaço, e que resultaram em heterogeneidades econômicas intrarregionais, ao final do século XX. Considerando aspectos econômicos e sociais, Oliveira (1981, p. 32) reconheceu “vários nordestes”, e um deles como “*locus* da produção açucareira”. As análises permitem constatar no período correspondente ao final do século XIX, e o século XX, a manutenção do domínio da aristocracia agrária sucroalcooleira, sobre a capacidade de acumulação de riquezas e de poder político no território.

A divisão político-administrativa dos municípios, regulamentada pelo Estado brasileiro, no âmbito da Constituição Federal de 1988, demarcou as áreas de interferência política e jurídica, representando a unidade de gestão de políticas públicas. A divisão em municípios tem sido fundamental para o planejamento, o financiamento e a execução de serviços públicos, com destaque para os serviços de educação, saúde e infraestrutura urbana. Todavia, na Zona Canavieira, o Engenho e a Usina de açúcar e álcool são, até o presente, uma unidade territorial, que identifica e é identificada no território como legítima e válida, indicando que proprietários de engenhos e usinas, herdeiros da aristocracia açucareira, ainda detêm concentradas a propriedade da terra e poder político e econômico.

A apreciação da Zona Canavieira requer agrupar, sem sobrepor, aspectos históricos, culturais e políticos do que, hoje, século XXI, se constituem como municípios, e as territorialidades diversas, expandindo-se à medida que são intensificadas as transformações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, em curso. A Zona Canavieira é em si um território que se espalha por estados e municípios, pelo rural, o urbano e o periurbano, nos dias atuais, que lhes são singulares e específicos, combinados na realidade material da agricultura capitalista, indústrias tradicionais, expulsões e acumulação do capital, e também da agricultura familiar, das comunidades tradicionais pesqueiras e extrativistas, e povos quilombolas.

A Zona Canavieira de Pernambuco é o território tomado metodologicamente para essa dissertação⁹, na Zona Canavieira do Nordeste brasileiro, com particulares usos da terra e a relevância do setor sucroalcooleiro no espaço, e específicas relações de poder. Por assim, a Zona Canavieira é heterogênea e transforma-se, à medida que, as experiências e diferentes sujeitos constroem-na cotidianamente. Através da identificação e investigação do uso da terra e área ocupada por canaviais, empregos no setor sucroalcooleiro, presença de usinas de açúcar, e experiências sociais na luta pela terra, a Zona Canavieira¹⁰, em Pernambuco, compreende atualmente os seguintes municípios (mapa 1):

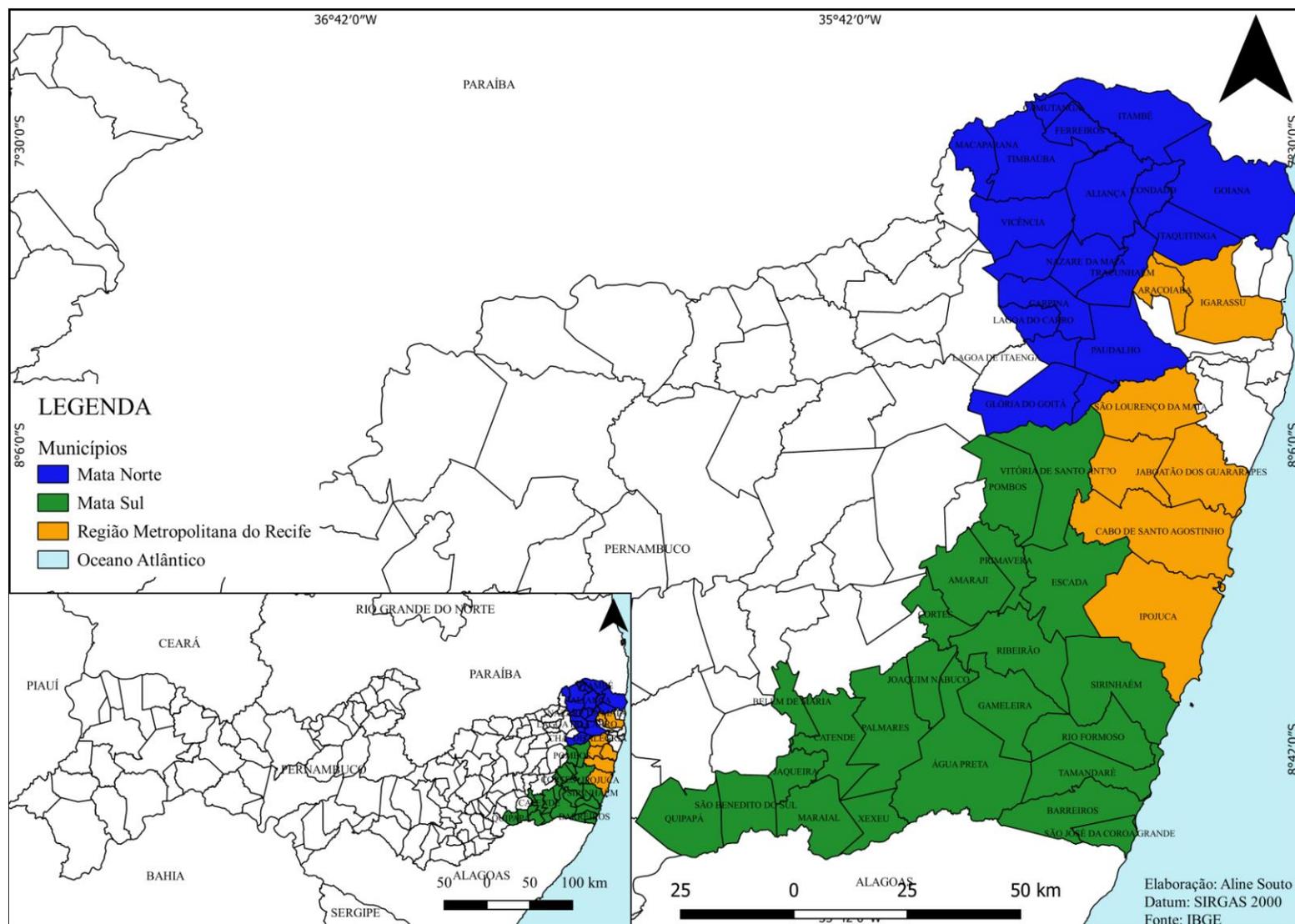
- Municípios da Mata Norte: Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Goiana, Glória do Goitá, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência.
- Municípios da Mata Sul: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Tamandaré, Vitória de Santo Antão, Xexéu.
- Região Metropolitana do Recife: Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno.

No Mapa 1, a identificação dos municípios e a separação em Mata Norte, Sul e Região Metropolitana do Recife seguiu a regionalização do estado de Pernambuco, por Regiões de Desenvolvimento (RD).

⁹ Não se constitui como objetivo desse trabalho propor uma nova divisão político-administrativa, nem regionalizações do país ou do estado. Tomo a identificação dos municípios, estado e regiões, compreendendo o Estado como regulador oficial das relações sociais (AKOTIRENE, 2018) e por isso, as divisões oficiais como importantes ferramentas para instrumentalizar as análises e construções teóricas. Dada à opção metodológica, na qual me apoio, o que proponho é compreender o território, para analisar como se processa nele opressões cruzadas e resistências, nas experiências das mulheres.

¹⁰ A expressão “Zona da Cana”, semelhante a denominação Zona Canavieira, foi utilizada por Lima (2011, p. 72), que afirma ser incoerente chamar de Zona da Mata o espaço tomado para a produção sucroalcooleira. Na Tese de Doutorado em Geografia, *Dissidência e fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana Nordestina”*: o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco, a pesquisa empírica, contempla os três estados da Federação, conforme organização político-administrativa do IBGE.

Mapa 1 - Zona Canavieira em Pernambuco



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração: Rodrigo Silva.

As primeiras RD foram criadas nos anos 1990, para a incorporação no Plano Plurianual (PPA)¹¹. Através de decretos estaduais a regionalização intraestadual foi sendo alterada, considerando a divisão em municípios (que por sua vez antecede as RD) e aspectos políticos, culturais, econômicos e territoriais (CONDEPE/FIDEM). Atualmente, o estado de Pernambuco tem 12 RD: Sertão de Itaparica, Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Moxotó, Agreste Meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Mata Sul, Mata Norte e Região Metropolitana do Recife (RMR).

Os aspectos políticos e econômicos tiveram, recentemente, importância notável na inclusão e exclusão do município de Goiana na Região Metropolitana do Recife, por exemplo. O município que passou a integrar a RMR em dezembro de 2017, retornou a RD Mata Norte em 2020, depois da votação da decisão na Assembleia Legislativa do Estado. O Poder Legislativo considerou que as reduções nas alíquotas de impostos para a Mata Norte, por serem menores que na RMR, contribuem para manter os estímulos a instalação de indústrias e prestação de serviços no município de Goiana

A divisão do estado de Pernambuco, em RD, está assentada numa concepção de desenvolvimento econômico que defende a dinamização dos setores produtivos e a industrialização, com a ampliação de infraestrutura logística, e investimentos públicos e privados combinados. Simultaneamente, revela a capacidade do Estado de, através de planos e programas, fazendo uso de orçamentos e finanças públicas, atender as necessidades sociais e demandas do mercado.

Carregando em si, as estratégias das gestões estaduais para planejamento e ações de cunho político-administrativo, as RD, em Pernambuco receberam diferentes investimentos públicos (federais¹² e estaduais). As ações foram para promover a diversificação das atividades produtivas e industrialização, contribuindo, especificamente nas RD Mata Norte e Mata Sul, para a instalação de empreendimentos industriais e ampliação do consumo, no espaço físico anteriormente, tomado para o monocultivo sucroalcooleiro.

Para Guimarães Neto e Oliveira (2018) as diferentes regiões de desenvolvimento, e as cadeias produtivas que estão inseridas nelas, precisam ser contempladas no planejamento e nas políticas estaduais para superação desafios que emergiram com a crise de 2008, como a

¹¹ O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988, no artigo 165. “§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1988).

¹² Segundo Singer (2016, p. 33) o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, marcou o início de “maior ativismo estatal” para “alavancar o crescimento econômico”.

qualificação profissional, e infraestrutura, por exemplo, e as novas demandas de serviços, insumos e financiamentos.

Apesar de concordarmos com Rogers (2017) na constatação de que, continuar se referindo ao espaço como Zona da Mata soa como um anacronismo, haja vista o desmatamento da Mata Atlântica para a continuidade do monocultivo sucroalcooleiro, a identificação da Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana, conforme as RD no mapa 1 permite identificar as transformações econômicas nos espaços, e as dinâmicas territoriais, já que os dados de fontes oficiais são estratificados conforme a divisão regional, adotada pelos governos estadual e municipais. Diante da divisão em municípios, uma porção norte, vizinha ao Estado da Paraíba, e outra ao sul, limite com o Estado das Alagoas, no percurso investigativo, do território, é possível empreender análises das transformações nos espaços e das experiências de sujeitos políticos¹³.

Apesar das transformações econômicas, numa frase, a Zona Canavieira é um território de contradições e de resistências políticas, culturais, simbólicas, individuais e coletivas, nos espaços da produção e no espaço doméstico, em que os sujeitos políticos constroem experiências sociais, diferenciadas por unidades de práticas sociais de sexo, gênero, “raça”/cor, geração, e sexualidade.

2.2 Usinas de Açúcar em Pernambuco, concentração de terras e acumulação do capital.

A concentração fundiária, promovida pela colonização e a forma de exploração da terra e das pessoas, marcam a Zona Canavieira, e um longo rastro de violências e desigualdades acompanham-na. Para concentrar terras, em forma de propriedade individual, a expulsão de povos originários foi uma medida adotada pelos colonizadores, e como já afirmamos legitimada pelo Estado português (RIBEIRO, 1995; FURTADO, 2005).

Pela forma predatória da colonização, a destruição da Mata Atlântica, aumentava ao passo que era expandido o monocultivo açucareiro e os “fabricos de açúcar” adquiriram maquinários mais eficientes. Segundo Andrade (1994, p. 154) o interesse de atender os mercados de açúcar na Europa, levou o Estado a financiar “engenhos centrais”, com máquinas

¹³ Nessa dissertação de mestrado as transformações nos espaços urbanos, rurais e no periurbano serão analisados no capítulo 2. As experiências sociais das mulheres no território, através da interseccionalidade, serão discutidas e analisamos com maior nível de detalhamento no capítulo 3.

e equipamentos que revolucionaram o processo industrial na colônia¹⁴, levando o mesmo autor a concluir que: “[...] A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, a partir do século XVI, chegava ao Brasil com um século de atraso, quando foram implantadas as primeiras fábricas de certa expressão”.

Os engenhos centrais não podiam cultivar a cana, nem escravizar pessoas no processo industrial. À medida que a produção industrial era incentivada pelos governos, e pelo Estado, se implantava a separação entre o trabalho rural e o trabalho industrial, enquanto a acumulação de capital se utilizava das expropriações e das violências típicas da acumulação primitiva. A acumulação primitiva foi o ponto de partida de um novo modo de produção de mercadorias e sociabilidades, na Europa.

Em Marx (2013 [1867]), a acumulação primitiva refere-se aos processos que antecedem a acumulação capitalista pela extração de mais-valor, o que inclui a expropriação das terras de camponeses europeus, do século XVI, para que se tornassem assalariados. No momento histórico e no estudo sobre a situação da Inglaterra, tomados por Marx, e em todas as particularidades que se possa encontrar, a expropriação de terras é base da acumulação primitiva.

Fontes (2010) fez um alerta importante sobre a continuidade dos processos de expropriação, como estratégia em curso e intrínseca ao capitalismo, ao passo que integra a expansão e a extensão de relações sociais capitalistas, capazes de gerar até o presente o mesmo resultado encontrado por Marx (2013), no século XIX: a massa de trabalhadores livres, que precisam vender sua força de trabalho.

A expropriação da população rural inglesa teria criado, segundo Marx (2013 [1867]) grandes proprietários fundiários, de modo que muitas formas de relações com a terra e com o assalariamento decorreram da expulsão dos camponeses de suas terras, e um processo longo (de mais de um século) foi originando formas diversas de explorar o trabalho assalariado e a propriedade privada da terra. Todavia, o surgimento do capitalismo industrial só pode ser explicado, na modernidade marxista pela possibilidade de acumulação primitiva na exploração colonial, em sua forma mais violenta e brutal, capaz de afetar todo o globo terrestre.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da

¹⁴ A aquisição de maquinaria por comerciantes de açúcar e algodão produzidos na colônia beneficiou os setores de beneficiamento do algodão, com vistas a produção de tecidos para o mercado interno, e o beneficiamento do açúcar, visando produzir para exportação (ANDRADE, 1994).

produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 998).

Apesar de considerar a exploração da natureza e dos povos *não europeus* fundamentais a acumulação primitiva, Marx (2013 [1867], p. 1011) amplia sua análise noutros rumos (a dívida pública, o crédito e capital portador de juros, e a extração de mais-valia), e termina por situar as expropriações ocorridas na Inglaterra na pré-história do capitalismo, afirmando que,

[...] a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital.

A continuidade de expropriações e a manutenção dos métodos da acumulação primitiva, sobretudo em sua lógica colonial e colonialista, e analisada por Fontes (2010, p. 45) “As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”. Nessa análise, dois tipos de expropriação se combinam para a expansão das relações capitalistas no plano mundial, em diferentes períodos históricos,

A expropriação primária, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo, [...] (FONTES, 2010, p. 44).

Rosa Luxemburgo (1970), por sua vez, restringe a acumulação primitiva a um fenômeno utilizado na Inglaterra, entre o fim da Idade Média e o século XIX, mas admite que, no que ela chama de política colonial moderna, os métodos são os mesmos daquele período, variando a escala. Luxemburgo (1970) defendeu que a destruição de estruturas e formas de vida não-capitalistas, com a apropriação violenta dos meios de produção e forças de trabalho dos povos tradicionais são processos típicos da acumulação primitiva que continuam sendo utilizados pelo capital-imperialista.

Para Federici (2017) a acumulação primitiva chama a atenção para a capacidade de, pelo uso da violência, seres humanos serem forçados ao trabalho, sob condições e termos que eram impostos por outrem. A acumulação primitiva, do século XVI, tanto na Europa como

nas colônias americanas, consistia na acumulação de força de trabalho, na forma de bens roubados e de indivíduos liberados para a exploração; todavia, na Europa os processos de expropriação de terras incluem, na análise de Federici (2017), a guerra e a reforma religiosa, enquanto nas colônias, os colonizadores se apropriavam de terras comunais para implantação da *plantation*.

Além das expulsões e expropriações¹⁵, o monocultivo sucroalcooleiro, e a surgimento das usinas de açúcar, no século XIX, conservou as condições de vida e de trabalho próximas da escravidão, mesmo com a implantação do salário no trabalho industrial. O uso de instrumentos rudimentares, a extensão da jornada de trabalho, e as condições de moradia, continuaram similares, antes e depois da abolição da escravidão, para as famílias que residiam nos engenhos e trabalhavam nas Usinas (DABAT, 2003; GORENDER 2011; ANDRADE 2011)¹⁶.

Com o poder central do Estado nacional instalado na cidade do Rio de Janeiro, a formação do setor açucareiro nacional, e a sua pujança, no século XIX, incluem as formalidades e a origem desse Estado, articulados à capacidade de estimular a agricultura capitalista e a industrialização, através de incentivos e financiamentos, à medida que seguia permitindo a escravidão de pessoas. Segundo Bernardes (2007) a escravidão mantida pelo Império, era vista como um grande feito, que garantia a unidade nacional.

A transformação dos engenhos centrais em usinas se constitui como um salto do processo industrial, pela utilização de mais maquinaria, estimulado pelos governos imperiais, em todo o território nacional, e pelo elevado preço do açúcar nos mercados internacionais. Para Andrade (2011) o surto usineiro, especificamente, em Pernambuco entre os anos 1890 e 1900, foi estimulado por empréstimos de governos locais, que estavam por sua vez condicionados à utilização pública das estradas de ferro que fossem construídas, por exemplo.

As Usinas de açúcar são unidades fabris instaladas no Nordeste brasileiro, no século XIX, e durante todo o século XX (ANDRADE, 1994). Concentravam capital agrícola, industrial, e terras, aliás, grandes propriedades, formadas pelo conjunto de engenhos. Ao agrupar engenhos de açúcar sob a propriedade da mesma pessoa, ou da mesma família¹⁷, a Usina, do século XIX, passou a representar mais uma inovação administrativa e econômica,

¹⁵ As expulsões e expropriações secundárias e os conflitos territoriais, e por terra, no século XX e XXI serão analisados no próximo capítulo.

¹⁶ No próximo capítulo retomaremos a relação entre a formação da classe trabalhadora no Nordeste, o escravismo e questão agrária e regional. Por hora, o que estamos situando aqui é a relação entre a concentração de terra, o surgimento das usinas no território e as permanências no processo de acumulação capitalista.

¹⁷ A concentração da propriedade privada é tão perene no território que até o início dos anos 1990, em Pernambuco, usinas e destilarias, segundo Andrade (1995), eram empresas administradas pelas mesmas famílias, desde o período colonial.

do que social e política, haja vista, conforme já afirmamos a perenidade da combinação entre formas de trabalho muito próximas e escravidão e acumulação do capital.

As Usinas de Açúcar foram concentrando mais terras para o cultivo, a fim de aumentar a produtividade industrial açúcar, haja vista que a capacidade das máquinas instaladas era superior à disponibilidade de cana-de-açúcar plantada nos anos antecedentes. Com a aquisição de máquinas mais potentes do que as utilizadas pelos engenhos, a indústria conseguia produzir mais açúcar. Assim, na Zona Canavieira de Pernambuco, na mesma pessoa, física ou jurídica, “*da usina*”, estava concentrada a propriedade privada da terra, o processo produtivo agrícola e o processamento industrial.

Juntos, expropriação e escravidão se constituíram como ferramentas da acumulação primitiva que tornava possível a instalação de usinas de açúcar. Dito de outro modo, o escravismo estava atado a concentração de terras no processo de implantação das Usinas. A escravização de pessoas negras e industrialização do setor sucroalcooleiro, na Zona Canavieira, mantiveram atadas “raça”, classe e gênero, forjados em processos de acumulação primitiva e a colonialidade, conformando experiências no território canavieiro. A industrialização do setor sucroalcooleiro, que eliminou modos de ser e de viver de povos quilombolas e indígenas, e manteve condições de trabalho similares a escravidão responde também pela exclusão das mulheres do trabalho industrial, como discutiremos nos próximos capítulos.

Na conjuntura permeada por conflitos entre os antigos senhores de engenho e os emergentes donos de usinas, em que foram criadas políticas de apoio financeiro a instalação de usinas de açúcar e financiamento para compra de máquinas, além da melhoria e ampliação da infraestrutura necessária ao escoamento da produção. Isso mostra que o apoio do Estado, em forma de incentivos para o capital comercial, sobretudo o estrangeiro (ANDRADE, 1994) ultrapassou séculos e revela as relações de poder no limiar das mudanças e permanências no território.

2.3 Estado e setor sucroalcooleiro: dos incentivos e subvenções *no Proálcool* à desregulamentação neoliberal dos anos 1990

O Estado brasileiro, e as estruturas e relações de poder, conformadas na década de 1930, regulamentaram os diferentes setores econômicos. Nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) o modelo agrário-exportador começou a ser substituído por estratégias nacionais de industrialização (OLIVEIRA, 2003; IANNI, 1975), o que incluía para o setor

sucroalcooleiro, a regulação da produção de açúcar e álcool¹⁸, na busca por evitar a superprodução de açúcar e de fomentar a produção de álcool.

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool¹⁹ impactava as ações de governos estaduais, diminuindo a autonomia dos acordos locais, deslocando para o governo federal a capacidade de regular, fiscalizar e estimular o setor. Desde então, o estímulo à produção de etanol combustível é atravessada pela regulação estatal, e sofre as influências do mercado mundial do petróleo.

Na década de 1970, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar surgia vislumbrando o aumento da produtividade. Para Baccarin (2005, p. 59), “Embora, já se desenvolvessem, anteriormente trabalhos de melhoramento genético da cana-de-açúcar no Brasil, é a partir do PLANALSUCAR, que eles ganham maior consistência e abrangência, com a implantação de doze estações experimentais, espalhadas pelo Sudeste e Nordeste”. O Programa está extinto, contudo, nunca mais foi abandonada a perspectiva de melhoramento da espécie para aumento da produtividade. Atualmente, centros de pesquisa em Universidades públicas cumprem com o “dever” de pesquisar e desenvolver técnicas para a continuidade do cultivo, numa nítida relação entre o papel da pesquisa pública e o mercado.

Com a implantação de um Estado ditatorial, notadamente demarcado pelo golpe de 1964, a estratégia desenvolvimentista se fortalece e frações burguesas aspiram programas específicos para subsidiar a monocultura canavieira. Dessa vez, o açúcar perde lugar pra produção do álcool, em função da dependência energética, do mercado internacional.

A existência de crise ou, simplesmente, a ausência dela, nos mercados de petróleo e açúcar, são para Santos (1993, p.11) o parâmetro econômico básico que compõe a política do álcool, no Brasil, “Os altos preços de petróleo terão importância fundamental na definição das políticas econômica e energética”. A autora justifica-se apontando que, a política energética, formulada em 1974, tratou o álcool como uma entre outras formas de substituir o consumo do petróleo importado.

No cenário mundial, o que se convencionou chamar de choque do petróleo, provocava aumentos dos preços do produto e de seus derivados, comprometendo internamente, a política desenvolvimentista, adotada pelo governo militar do período. Nessa conjuntura, para evitar a recessão, e tentar superar os impactos de uma crise do petróleo que havia se iniciado ao fim

¹⁸ A utilização de combustível produzido a partir da cana-de-açúcar tem relação com a modernização dos engenhos e o surgimento das usinas, analisado no item anterior. A primeira bomba de combustível e álcool combustível do país data de 1927, e foi instalada no Recife, pela Usina Serra Grande (AMARAL, 2007).

¹⁹ O IAA foi criado pelo Decreto nº 22.789, de 1 de junho de 1933, com a finalidade de assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria-prima ao fabrico de álcool.

de 1973, atravessou 1974 e, em 1975, já ameaçava o crescimento do PIB, o governo lança o Proálcool. Somente a partir daí, o que era ventilado como possibilidade, diante dos preços do petróleo, foi fincado como saída. Os incentivos à produção do álcool combustível no Brasil, não podem ser entendidos longe dessa trama. Segundo Araújo (1993, p.49),

Ao mesmo tempo em que se buscava reduzir o peso das compras de petróleo na geração do déficit comercial, via PROALCOOL (para gerar outro energético) e via aumento da produção interna de petróleo realizada pela PETROBRÁS, o governo implementava estimulantes políticas de incentivo às exportações e fazia prosseguir o processo de industrialização via substituição das importações.

O lançamento do Proálcool, em 1975 representa, pois, uma resposta estatal para os impactos de uma crise internacional, no mercado de combustíveis do país. Em seu art. 1º, o Decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975, anuncia: Fica instituído o Programa Nacional do Álcool visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos (BRASIL, 1975).

A relação entre o Proálcool e o mercado, tornou o programa passível de uma reorientação em 1979, dados os choques do petróleo que sucederam a criação do programa. Nos anos seguintes, as ações decorrentes do novo estímulo à produção do álcool hidratado, só foram possíveis graças ao aumento da frota de carros movidos, exclusivamente, ao combustível renovável (BACCARIN, 2005).

A opção do governo brasileiro, pelo incentivo a produção de etanol, foi uma decisão política, para um problema econômico, que dialoga com a capacidade de produção de *commodities* pelo grande capital e a acumulação capitalista no agronegócio brasileiro. De acordo com Santos (1993) o grande capital, beneficiado com o Proálcool, refere-se ao conjunto de plantadores de cana, usineiros, donos de destilarias, fornecedores de equipamentos e a indústria de automóveis. A partir da análise da autora sobre os setores que compõe o grande capital, afirmamos que na operacionalização do Proálcool, se materializou a relação entre capitais internos e externos, e entre o agronegócio e a indústria automobilística.

Avaliando a distribuição dos custos e benefícios do Programa entre os anos de 1975 e 1985, Santos (1993, p. 200), apontou especificamente, quem (quais setores) ganhou com o Proálcool: “O próprio governo, pelo fortalecimento interno da imagem do regime militar autoritário e pelo aumento de prestígio aos olhos da comunidade internacional [...]; Os consumidores de automóveis (classes média e alta) [...]; O “grande capital” especialmente os produtores de açúcar e álcool [...]”.

Ao entrar em sua segunda fase, nos anos 1980, a necessidade de aumento da produção do etanol, contou com a capacidade dos solos, novas “tecnologias” agrícolas e financiamento governamental para a expansão da área plantada, resultando em destruição de reservas naturais, degradação ambiental, e expulsão de *moradores dos engenhos*. Para as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais o aumento da área plantada e da concentração de terras pelas usinas, materializava o fim da possibilidade de residir nos engenhos, pois, extinguia-se a disponibilidade de terras para construção da habitação e das lavouras de subsistência. Sem liberdade de escolha, famílias inteiras passaram a residir em agrovilas ou em “arruados” no entorno das cidades²⁰.

Além disso, com o Proálcool, através da alocação de recursos estatais e de uma política econômica, alinhada à realidade energética, o mercado sucroalcooleiro se utilizou da tecnologia agrícola e genética, para provocar a destruição ambiental, em curto espaço de tempo, com vistas ao atendimento da tecnologia dos automóveis. Logo, tem-se a tecnologia atendendo ao desenvolvimento tecnológico, numa simbiose, rumo à consolidação da Revolução Tecnológica científica, no agronegócio brasileiro, em detrimento do meio ambiente e da vida humana.

De acordo com Cunha (2011, p. 21), a década de 1990, se iniciou com o setor apresentando características decorrentes do planejamento e controle, resultantes do Proálcool, das quais importam citar: “[...] produção agrícola e fabril sob o controle das usinas, [...] e competitividade fundamentada, em grande medida, nos baixos salários e na expansão extensiva da produção”.

Na análise meticulosa da relevância do Proálcool, para as usinas, Cunha (2011) assinalou que, o Programa previa garantir a ocupação da capacidade ociosa das usinas e que, por sua vez, na primeira fase da implementação, gerou não só construção de novas unidades, mas consolidou a produção de etanol pelas usinas. Ou seja, o que se verificou foi um salto da capacidade de transformação do setor industrial, que não se separou da produção agrícola, reforçando a fusão entre usineiros e produtores. Uma fusão que, por sua vez, seguia mantendo a figura do *fornecedor de cana*.

O *fornecedor de cana* dos anos finais do século XX, *dono de engenhos*, era também dono de canaviais, em terras próprias ou arrendadas. Para Andrade (2011) as usinas, ao adquirirem mais terras e engenhos falidos, eliminariam os fornecedores, que por sua vez

²⁰ A concentração de população nas áreas urbanas será analisada no próximo capítulo.

surgiam em função das potencialidades industriais da própria usina de açúcar. Como também explicava o autor:

A usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguzeiro. O antigo senhor de engenho, ao desmontar seu velho banguê, de bueiro quadrado e baixo, sempre localizado na meia encosta, transforma-se em fornecedor proprietário. Sua figura de produtor de matéria-prima para a fábrica, lembra, guardadas as proporções, a figura do lavrador da era colonial, assemelhando-se o atual usineiro ao antigo senhor de engenho. Realmente, o fornecedor está na dependência do usineiro, como o lavrador estava na do senhor de engenho, uma vez que até 1930 não tinha o usineiro a obrigação de moer a cana do fornecedor, [...]. Nem todos os fornecedores, porém cultivam terras próprias, pois muitas vezes eles alugam engenhos da usina para plantar enquanto os fornecedores proprietários têm muitas vezes, cotas em várias usinas, ao dependendo exclusivamente de uma, os fornecedores rendeiros estão vinculados à usina proprietária da terra que lavram, só podendo fornecer a ele as canas que cultivam (ANDRADE, 2011, p. 102).

Decorridas duas décadas dos anos 2000, as usinas em atividade na Zona Canavieira (mapa 2) afinaram os negócios com *fornecedores de cana*. A diversidade de fornecedores, suas origens e classe social, com a permanência do arrendamento de terras por usinas e por outros fornecedores, contrariou a tendência de desaparecimento analisada por Andrade (2011). Decorrido duas décadas desde o fim do Proálcool, do total de 231,3 mil hectares de área colhida na safra 2018/19 (CONAB, 2019), por exemplo, 126 mil hectares foram cultivados pelas Usinas, enquanto 105 mil hectares advém de fornecedores²¹.

A expansão da produção e o monopólio das usinas foram abalados pela descontinuidade do Proálcool, e pela desregulamentação do setor sucroalcooleiro. As medidas tomadas pelo Estado, para liberalização do setor, estavam inseridas na conjuntura marcada pela crise fiscal, e adoção de novas políticas econômicas. Amaral (2007) sistematizou os elementos da desregulamentação do setor, entre os anos 1980 e 1990, apontando-os, em nível nacional: redução do apoio governamental à produção do álcool, fim do controle da produção, abertura da exportação e a liberalização dos preços do açúcar e do álcool.

O saldo de desregulamentações, privatizações e abertura dos mercados, é uma consequência da estratégia neoliberal, que se apresentou como possibilidade e meios para a economia e política brasileira. A extinção do IAA, durante o Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) representou para o setor sucroalcooleiro nacional o abertura para a financeirização, à medida que, a dívida do Tesouro Nacional, com os usineiros, passou a ser negociada no mercado financeiro (SZMRECSÁNYI; SÁ, *on-line*).

²¹ O fechamento das usinas e as dinâmicas territoriais serão analisados com maior nível de detalhamento no próximo item desse capítulo.

O Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Luiz Carvalho, em entrevista à Revista Opiniões (2018), reconheceu: “O setor produtivo canavieiro cresceu e amadureceu sob a égide do Estado (IAA), em legislações que definiam tudo ao empresário: cotas de produção e de exportação; características do produtor de cana-de-açúcar; preços; além de julgar e baixar sanções!”.

Segundo Cunha (2011, p. 21), “[...] a desregulamentação imposta pelo governo federal tornou livres os preços do açúcar cristal, da cana e do álcool etílico, o monopólio do mercado brasileiro foi quebrado e as exportações, que antes eram centralizadas, foram privatizadas”.

As novas relações estabelecidas entre o Estado e o setor sucroalcooleiro em âmbito nacional, impactaram nas relações estabelecidas localmente, em nível estadual e regional, entre os usineiros (que representavam o mercado sucroalcooleiro) e os governos estaduais. De acordo com Amaral (2007), nos anos 1988, o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, isentou as usinas do ICMS, por *dez* anos.

Nesse território, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, criada em 1959, aspirava promover diversificação produtiva, com incentivos à instalação de indústrias²² e também esbarrou no poder constituído pelos “donos de engenho”, proprietários de usinas e fornecedores de cana, sem tocar na questão agrária e agrícola (CAVALCANTE E FEITOSA, 2019).

É sob a relação entre Estado e *usinas*, que o setor sucroalcooleiro de Pernambuco se apoiou em incentivos governamentais estaduais, mesmo com o fim de incentivos do governo federal. Para “socorrer” as usinas, entre 1998 e 1999, o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) emprestava valores aos usineiros, tratando-se, portanto, “[...] de uma indústria privada que faz apropriação capitalista do lucro e socializa os prejuízos” (ANDRADE, 1994, p. 43).

Os prejuízos do monocultivo sucroalcooleiro, que se expandia sob o estímulo dos governos estaduais, vão desde a destruição ambiental, até a manutenção de condições de trabalho precárias, com intensificação das violências e conflitos territoriais. No início dos anos 1990, segundo Andrade (1994) a contaminação da natureza pelas usinas de açúcar, pelo uso de agrotóxicos e o descarte indiscriminado de dejetos industriais nos rios, comprometia o abastecimento de água das cidades.

²² Sobre a atuação da Sudene e a indústria no Nordeste, consultar Araújo (1997), com o título Herança de diferenciação e futuro de fragmentação.

No transcender da análise, da relação entre Estado e do mercado sucroalcooleiro, conseguiremos identificar as mudanças e as dinâmicas recentes da Zona Canavieira, já que na relação entre eles, *tudo muda, e nada muda*: mudaram as políticas governamentais, com a manutenção da cooperação entre *donos de usinas e governos*, para a continuidade da produção no território canavieiro, baseado na continuidade de áreas plantadas, investimento para elevação de produtividade e exploração da força de trabalho.

2.4 Ruínas versus monopólios?

O processo de fechamento das unidades de produção sucroalcooleiras, em Pernambuco, iniciado anos 1980, no bojo da desregulamentação do setor, estava associado aos rumos tomados pelo mercado para solucionar a crise provada pela liberalização dos preços, privatização das exportações e fim dos subsídios aos portos.

Com o fim dos estímulos federais, particularmente do *Proálcool*, para o aumento da produtividade pela expansão da área plantada, o mercado direcionou os esforços para garantir a acumulação intensiva, que consistia em mecanização da área agrícola (plantio e corte da planta), redução de vagas de trabalho, e utilização de tecnologias agrícolas (IEL/NC; SEBRAE, 2005).

Todavia a geomorfologia do espaço explorado pelos canaviais impedia (e ainda dificulta) a mecanização nos canaviais, em Pernambuco. Com a baixa mecanização, a manutenção dos canaviais continuou demandando significativo número de trabalhadores e, por isso gerando empregos e trabalho agrícola, ao longo dos anos 2000. Por outro lado, para manter a produtividade, e os lucros, usinas e fornecedores de cana precisam garantir a continuidade de área plantada no Nordeste. Segundo Cunha (2011) a expansão de usinas sucroenergéticas e áreas plantadas no Centro-Sul acontecem em função do uso das tecnologias aplicadas a mecanização de plantio e colheitas.

O acompanhamento da redução da área colhida e da produtividade no Nordeste, na década 2010-2020, e o crescimento dos mesmos no Centro-Sul (tabelas 1 e 2) revelam a continuidade das dinâmicas afirmadas por Cunha (2011), de expansão da área plantada e da produtividade em territórios com áreas mecanizáveis, e ainda, estratégias de desenvolvimento local e regional.

De acordo com Carvalho e Marin, (2011) a retomada de políticas agroenergéticas, e programas de incentivos fiscais para o etanol, aliado ao baixo preço da terra, promoveram a expansão do setor sucroalcooleiro nos estados do Centro-Sul. Sendo assim, as estratégias já

utilizadas, em séculos anteriores na Zona Canavieira do Nordeste, são também utilizadas no Centro-Sul: a da concentração fundiária, com a figura da usina (uma empresa) condensando capital agrícola e industrial.

Na tabela 1 merece destaque a área colhida na região Sudeste. O aumento de área colhida, aliado ao uso de mecanização, é resultado da relação entre o capital nacional e estrangeiro, diante da demanda da mistura de etanol anidro na gasolina. Segundo Oliveira (2016) o entrelaçamento de capital nacional e estrangeiro, ao compor a mundialização do capital, tornou as empresas nacionais sucroalcooleiras, com sede na região Sudeste, nas maiores empresas mundiais do setor. Para o mesmo autor, fusões e associações entre essas empresas, promovem a expansão do setor e a territorialização dos monopólios. O fenômeno de territorialização de monopólios no Sudeste, investigado por Oliveira (2016), é compreendido pelo autor, como uma estratégia da agricultura capitalista mundializada, que está estruturada sobre a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais.

A redução da área colhida no Nordeste acompanhou o longo processo de fechamento das usinas. De fato, entre os anos 2000 e 2010, foi possível identificar dois fenômenos intrínsecos ao setor sucroalcooleiro, especificamente em Pernambuco: o primeiro, unidades fabris que continuam no território e monopolizam terra e trabalho, com geração de empregos e renda (na safra 2017/2018 correspondem a 71 mil vagas formais e diretas, segundo o Sindaúcar-PE²³); e segundo, as usinas que fecham e o capital que “migra”, para outros setores ou para outro território.

Nas tabelas 1e 2, é possível identificar aumento de área colhida e de produtividade na região Norte. A expansão de cultivos açucareiros tem sido influenciada pelo aumento da área plantada no estado do Tocantins, e na região do MATOPIBA. A região criada pelo Decreto nº 8.447 (BRASIL, 2015), que instituiu a articulação de esforços governamentais para incentivo a atividades agropecuárias por estados e municípios nas áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

De acordo com Fernandes, Cassundé e Pereira (2018) no MATOPIBA, a territorialização dos monopólios, é intensificada com investimentos de fundos internacionais, que transformaram latifúndios em terras produtivas, produzindo conflitos. Para os autores, a

²³ Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE, 2007) não há bases precisas, para apurar o contingente de empregos gerados, em virtude da utilização de trabalhadores clandestinos e temporários pelos empregadores. Ainda, de acordo com o DIESSE por razões *metodológicas*, os dados apresentados pelos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho (RAIS) e os gerados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não devem ser comparados entre si, nem com os dados das entidades empresariais.

associação entre fundos internacionais, grupos transnacionais e o Estado mudaram a questão agrária para os povos indígenas e quilombolas que disputam o território.

Na formação de distintos territórios canavieiros, fica evidente que: a) as empresas monopolistas mundiais, que detém a maior produtividade no setor sucroalcooleiro, passam a construir no Centro-Sul do Brasil, um território canavieiro distinto da secular Zona Canavieira da região Nordeste; b) mercados e Estado exercem sobre os territórios, relações de incentivos e apoios para a manutenção da produção de *commodities*, e formação de monopólios capitalistas, que se apropriam da natureza e exploram diferentes categorias sociais.

A cada notícia sobre o fechamento, inatividade e falência de uma usina de açúcar, em Pernambuco ressurgem o questionamento sobre os rumos do tradicional setor sucroalcooleiro no Nordeste brasileiro. Na safra 2000/2001, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019) registrava 33 unidades de produção em Pernambuco, e apenas 21, na safra 2006/2007.

Tabela 1: Série Histórica de Área Colhida de Cana-de-açúcar (em mil hectares)

REGIÃO/UF	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21 ⁽¹⁾
Norte	19,6	34,5	42,0	46,4	47,6	51,0	52,3	49,5	49,6	45,6	46,6
Nordeste	1.113,3	1.114,6	1.083,2	1.030,2	979,0	916,9	866,5	842,2	834,1	844,4	861,4
PE	346,8	326,1	312,1	284,6	260,1	254,2	243,7	223,2	231,3	237,3	234,4
Centro-Oeste	1.202,6	1.379,4	1.504,1	1.710,8	1.748,5	1.715,3	1.811,5	1.804,5	1.793,3	1.819,9	1.797,5
Sudeste	5.136,6	5.221,0	5.243,3	5.436,3	5.593,1	5.454,6	5.700,2	5.448,4	5.342,2	5.200,6	5.183,6
Sul	584,0	613,1	612,4	587,8	636,3	516,9	618,8	584,9	570,1	531,6	517,7
BRASIL	8.056,1	8.362,6	8.485,0	8.811,4	9.004,5	8.654,8	9.049,2	8.729,5	8.589,2	8.442,0	8.406,7

Fonte: Conab, 2020 (adaptado).

(1) Previsão da Conab, em maio de 2020.

Tabela 2: Série Histórica de Produtividade de Cana-de-açúcar (em mil toneladas)

REGIÃO	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21 ⁽²⁾
Norte/ Nordeste*	55.926	57.460	49.706	52.678	57.843	50.433	48.656	50.021	54.021	59.381	57.168
Centro-Sul*	80.968	68.613	72.419	77.844	72.123	80.237	75.332	75.105	74.323	78.107	77.187
BRASIL	77.446	67.081	69.407	74.769	70.495	76.903	72.623	72.543	72.234	76.133	75.025

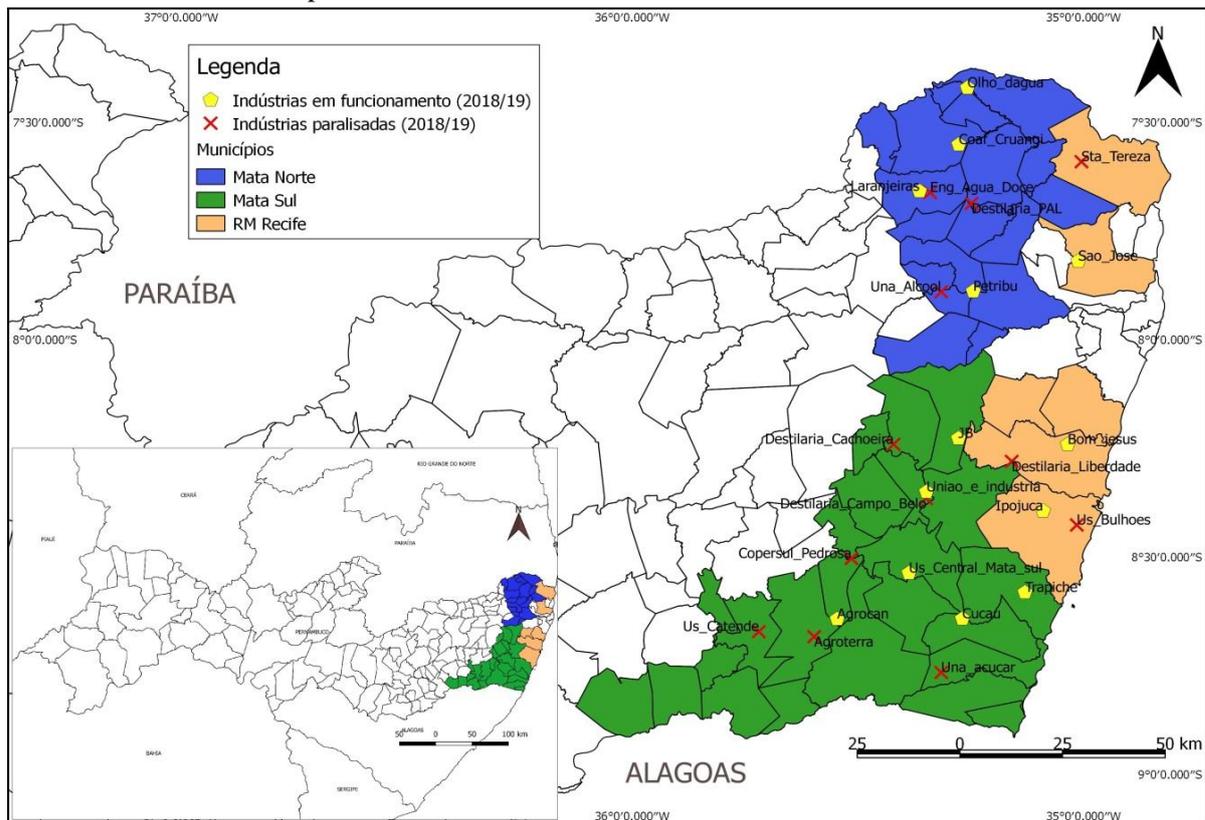
Fonte: Conab, 2018 (adaptado). *Na metodologia utilizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Centro-Sul inclui os seguintes estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, e Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já o Norte/Nordeste refere-se aos estados: Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

(2) Previsão da Conab, em maio de 2020.

Das 12 unidades em atividade, em Pernambuco, na Safra 2018/2019 (representadas no mapa 2), nenhuma delas está associada à burguesia internacional, nem através de fusões, nem existe o registro de investimento de empresas mundiais para aquisição de terras ou unidades de produção sucroalcooleira no território. A manutenção de terras e de indústria sob a propriedade da aristocracia agrária local, ou de uma burguesia regional, e a perenidade da concentração fundiária e industrial levou Andrade (2001, p. 274) a afirmar que:

A agroindústria açucareira pernambucana permaneceu isolada de interferência de capitais do Sudeste e do exterior até os dias atuais [2001], fato que ocorreu também, com grande intensidade, no setor têxtil e de mineração, que estiveram sempre sob o controle da oligarquia açucareira. Implantada no século XVI, manteve o controle político e econômico do estado até quase os nossos dias. Famílias tradicionais vêm controlando engenhos banguês, usinas e destilarias, contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar os seus empreendimentos.

Mapa 2 - Usinas ativas em Pernambuco – Safra 2018/2019



Fontes: IBGE, 2018. CONAB, 2019. Elaboração: Aline Souto.

As usinas em atividade sintetizam a persistência da tradição sucroalcooleira (imagem 1), e a relação entre o setor e os atuais programas governamentais para estímulo a produção de biocombustíveis. A usina da imagem 1, em atividade, recebe incentivos estatais e além de açúcar e álcool, tem uma empresa, na mesma planta industrial, na qual a atividade primária é

a geração de energia elétrica, a partir da biomassa de cana-de-açúcar (Pirapama Bionergia) e a maior produtora de gás carbônico (CO₂) do Nordeste (Carbo Gas).

As usinas inativas, com construções seculares e imponentes, sem produzir açúcar, etanol ou energia, tornam-se ruínas, que contrastam com as novas dinâmicas territoriais, políticas e sociais. Fechar uma Usina de Açúcar, no Nordeste brasileiro, e na Zona Canavieira de Pernambuco é mais do que desligar os botões da unidade industrial, e deixar de fabricar o produto doce: é o presente de costas para um modo de exploração da terra e das pessoas. As ruínas (imagem 2) que indicam a redução dos empregos no setor sucroalcooleiro revelam também que as unidades ativas continuam promovendo conflitos territoriais, e apropriação da renda da terra.

Inclusive as usinas que fecharam, deixando de cumprir as obrigações trabalhistas, tiveram suas áreas ocupadas e moradias autoconstruídas revelaram a cronologia das ocupações por terra até a formação de distritos e bairros. Na imagem 2, as ruínas da usina Massaussu, sem atividade desde 1992, foram servindo para autoconstrução de moradias para trabalhadores e trabalhadores que recorreram a Justiça para receber direitos trabalhistas desde aquele ano. Hoje o distrito de Massaussu, zona de expansão urbana do município de Escada, tem na autoconstrução de moradias a quase exclusividade da provisão da habitação para quem as famílias de famílias trabalhadoras rurais, e aposentados e aposentadas rurais, sendo o número de aluguéis irrisório, e transitório.

Imagem 1 - Usina em atividade no município de Vitória de Santo Antão.



Fonte: Aline Souto (2020)

Imagem 2 - Ruínas da Usina Massaassu, no município de Escada



Fonte: Aline Souto (2019)

Imagem 3 - Canaviais nos morros no município de Escada



Fonte: Aline Souto (2019)

Imagem 4 - Canaviais no município de Aliança



Fonte: Google Maps. Julho de 2018.

Na Zona Canavieira de Pernambuco, da janela de um automóvel, ou de um avião, ao olhar atentamente conseguimos perceber que os canaviais continuam conferindo o uso a terra, uma observação que se materializa nos dados da CONAB, exposto na Tabela 1: 237,3 mil hectares de área colhida. Contudo, a monotonia verde (imagens 3 e 4), que anunciava a monocultura açucareira, está fraturada pela diversificação econômica e as atuais estratégias das empresas para produção de lucros e acumulação de capitais, na Zona Canavieira.

A Usina Santa Tereza, no município de Goiana, do grupo João Santos, por exemplo, diversificou suas atividades econômicas, passando a investir no setor de comunicação e produção industrial de cimento (ALBUQUERQUE, 2015). A Usina Santa Tereza demitiu trabalhadores e trabalhadoras da indústria açucareira em 2017, e está inativa desde então,

mantendo a propriedade de “*engenhos*” e plantações de cana-de-açúcar, com trabalhadores rurais, contratados temporariamente para tarefas específicas na área agrícola. Os trabalhadores contratados direta, ou indiretamente, terceirizados, realizam o trabalho manual no plantio, e depois para a colheita, de modo que o vínculo trabalhista se mantém pelo período da atividade.

Já a Usina Petribú, com a sede no município de Lagoa de Itaenga, que pertence a mesma família por três séculos contínuos e está ativa, tem a propriedade de 18.515,00 hectares de terras sob o monocultivo da cana, e diversificou as atividades através de formação de um Grupo Empresarial, de mesmo nome. O Grupo Petribú investe atualmente, em sucroenergia, adquiriu outras plantas industriais, instalou unidades agroindustriais na região Sudeste do país, e terminais marítimos em Pernambuco (GRUPO PETRIBU, *on-line*).

No setor sucroenergético, os custos do frete da cana, impactam na rentabilidade da lavoura e por isso, para garantir retornos de investimentos e lucros da atividade, a proximidade entre as áreas de cultivo e as unidades industriais é relevante. Com os fechamentos, por inatividades e falências, das unidades industriais, a cana-de-açúcar plantada tem sido comercializada com unidades industriais situadas nos estados vizinhos de Alagoas e da Paraíba. Por outro lado, persiste a tendência de diversificação dos usos da terra, com a substituição de canaviais por pastagens e pecuária, encarados com uma saída para a falta de usinas no território.

As empresas instaladas em outros estados do Nordeste possuem relevante relação com o capital internacional. A Destilaria Tabu, com sede em Caaporã, na Paraíba, vizinha dos municípios da Mata Norte é uma empresa do grupo Belga Alcotra Bioenergy, referência na produção de etanol carburante e extrafino (TABU).

Até 2018, a GIASA, localizada em Pedras de Fogo na Paraíba pertencia a Biosev (companhia inglesa Louis Dreyfus Company), e foi vendida para o Grupo Olho D'Água, em 2019. Além da GIASA, o Grupo Olho D'Água possui duas empresas sucroalcooleiras: Usina Central Olho D'Água, em Camutanga – PE e a COMVAP – Açúcar e Álcool Ltda (Piauí) (GRUPO OLHO D'ÁGUA).

Na realização das visitas de campo, para a feitura dessa dissertação, identificamos as pastagens para bovinos, nos municípios avizinados as Alagoas (imagem 5). Segundo França e Wanderley (2018) a pecuária já é uma realidade em áreas antes utilizadas pelo setor sucroalcooleiro, contudo, a insuficiência de frigoríficos para processamento e armazenagem de carnes tem limitado a bovinocultura.

Imagem 5 - Pastagem no município de Água Preta



Fonte: Aline Souto (2019)

Essas mudanças e permanências, no setor sucroalcooleiro, impactam na formação do território e suscitam diferentes questões, quais sejam: estaria a tradição econômica sucroalcooleira em decadência? O setor sucroalcooleiro irá continuar ressurgir e, reabrindo unidades industriais, manterá o monocultivo canavieiro? Embora essas questões tenham emergido no processo de análise e feitura dessa dissertação, ultrapassam os objetivos definidos, mas apontam para possibilidade de ampliação dos estudos em tempos futuros, no sentido de mergulhar e aprofundar o conhecimento das dinâmicas econômicas e sociais que permeiam a continuidade do setor sucroalcooleiro no território.

2.5 Um deslocamento da Zona Canavieira de Pernambuco até o sistema mundial

“de um lado o canavial/Noutro os restos da floresta tropical” *Philippe Wollney*

Na América Latina, a produção e consumo dos biocombustíveis e a participação estatal para o setor foi analisado por Corder, Vian e Braun (2010). Segundo os autores, os programas bioenergéticos dos países latino americanos são justificados com argumentos que vão desde o meio-ambiente, a distribuição de renda, a diminuição da dependência de exportação de petróleo e, nesse sentido, o Estado estimula a produção dos biocombustíveis através de redução de impostos, subsídios e regulamentação da mistura com os combustíveis fósseis.

Desde o fim do Proálcool, os estímulos à produção de biocombustíveis, sem perder de vistas os negócios em nível mundial, se apoiam no mote da sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente. Em outras palavras, a mistura gasolina-etanol, os incentivos e subvenções ao

setor sucroalcooleiro são medidas que permanecem fazendo parte das estratégias, com a adição do elemento conhecido, e difundido, internacionalmente: o compromisso ambiental.

Nos anos iniciais do século XXI, as mudanças no mercado petrolífero brasileiro, e a crise do setor sucroalcooleiro tiveram momentos de tensões. Em 2001, surgia a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide²⁴, e em 2002, a Lei do Álcool (Lei nº 10.453, de 13.5.2002). Ambas, segundo Baccharin (2006) garantiam maior tributação à gasolina e por isso, davam competitividade ao etanol, e uma possibilidade, a saber: subsídios de preços e de logística do álcool.

Com o aumento dos preços da gasolina, em 2002, e a manutenção dos subsídios estatais, uma inovação tecnológica se somou aos esforços para recuperação do setor sucroalcooleiro: a do bicomcombustível. Para Leite e Cortez (2008) a competitividade do etanol, no século XXI, está associada ao uso de veículos com motores capazes de circular com livre mistura do biocombustível e gasolina, a necessidade de redução de poluentes e aos preços praticados no mercado petrolífero.

Em 2003, os veículos fabricados com tecnologia bicomcombustível – *flex-fuel* – inauguravam a ilusão da possibilidade de escolha no uso dos combustíveis. A ilusão por sua vez se desmanchava quando o consumidor comparava os preços dos dois produtos. Os preços continuavam sendo resultado das políticas de governo, e do Estado, e das decisões do mercado, não excludentes entre si, nem antagônicas.

Ademais, a aparência de que, o consumo do etanol é menos danoso ao meio ambiente do que o uso de gasolina conseguiu ofuscar pesquisadores. A partir daí, sob o mito do combustível renovável, biodegradável, foi construído um discurso capaz de impregnar pesquisas e a produção do conhecimento sobre essa fonte energética e seu papel no contexto global.

A dita sustentabilidade que, torna o etanol, um combustível que poderá substituir os derivados de petróleo foi e é, na realidade brasileira, produzido mediante a monocultura. Essa forma de produzir, ancorada na fórmula da agricultura capitalista, tem creditado em suas consequências a concentração de terra, o comprometimento da produção de alimentos, contaminação do ar, da água, e do solo pelo uso de agrotóxicos, expulsões e expropriações de comunidades e povos tradicionais, com agravamento de violências e conflitos no campo (SANT'ANA, 2012).

²⁴ “A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) foi instituída por com a finalidade de assegurar um montante mínimo de recursos para investimento em infraestrutura de transporte, em projetos ambientais relacionados à indústria de petróleo e gás, e em subsídios ao transporte de álcool combustível, de gás natural e derivados, e de petróleo e derivados” (SENADO BRASILEIRO, 2001).

Sobre os custos sociais do monocultivo canavieiro, no estado de São Paulo, mesmo com o aumento da mecanização e redução no número de trabalhadores assalariados, Sant’ana (2012) frisou que:

[...] o aumento dos gastos é atribuído à presença dos trabalhadores migrantes de outras regiões do estado que se deslocam para trabalhar nas atividades do setor no período das safras que ocorrem entre os meses de março e dezembro. Na realidade, porém, estes gastos são os custos de reprodução da força de trabalho que é permitido ao capital socializar com a sociedade e com o Estado. (SANT’ANA, 2012, p. 56-57).

Ao invés de discutir impactos e vulnerabilidades socioambientais e territoriais promovidas pela expansão do monocultivo sucroalcooleiro, os impulsos governamentais para a venda do etanol amparou-se na necessidade de reduzir os índices do aquecimento global e com as potencialidades do mercado sucroenergético. *Operação Etanol* foi o termo utilizado por importante revista do setor sucroalcooleiro, para divulgar as negociações em torno da taxaço do etanol brasileiro, entre os então presidentes Lula (Brasil) e Barack Obama (Estados Unidos), em 2009²⁵.

Os compromissos com a venda do biocombustível, no entanto, vinham sendo tratados pelo Brasil de longa data. Em 2007, o discurso do então presidente Lula, na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em Bruxelas-Bélgica, foi enfático: “Os biocombustíveis contribuem diretamente para combater a fome e a miséria ao criar condições para um crescimento econômico sustentável. [...] O plantio da cana-de-açúcar não comprometeu ou deslocou a produção de alimentos”. E mais adiante, completou:

Os mesmos governos que reiteram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a redução do efeito estufa não podem criar empecilhos para que os biocombustíveis se transformem em commodities internacionais. Não podem taxar suas importações com pesadas alíquotas, que não aplicam ao petróleo (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007).

A atuação ativa do próprio presidente para a venda de biocombustíveis no mercado internacional carregava a ideia de que se fazia possível uma conciliação entre o mercado de biocombustíveis e a defesa do meio ambiente, com erradicação de desigualdades econômicas e sociais. Na análise de Gomes (2018, p. 93): “Inserido num pacto essencialmente

²⁵ O termo é da Capa da Revista CanaMix, de abril de 2009 (UNICA). Na foto, os presidentes um de frente pro outro apertam as mãos.

conservador, a hegemonia lulista reatualizou o mito da conciliação entre as classes sociais, não tocando em nenhuma das dimensões estruturais do país [...]”.

O discurso acabou deixando nítidas as propostas econômicas adotadas pelo governo brasileiro naquele momento. Sobre as medidas governamentais adotadas na reedição do apoio estatal ao setor sucroalcooleiro, Santa’Ana (2012) chama a atenção para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ao destinar recursos ao setor dos agrocombustíveis, desencadeou as fusões e aquisições de empresas transnacionais no setor sucroalcooleiro, sob o domínio do capital financeiro²⁶.

Em 2008, a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada no Brasil, discutiu elementos técnicos da produção e consumo, e a possibilidade de reduzir impactos ambientais e mudança climática mundial. Os temas não saíram da agenda política, contudo, a crise de 2008, iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos e a visibilidade conferida ao pré-sal redirecionaram os esforços para uma revisão dos negócios no mercado financeiro e dos biocombustíveis²⁷.

A crise 2008 foi caracterizada por Harvey (2011) como a responsável por espalhar o pânico em todo o sistema financeiro do mundo, o que inclui os mercados de exportação de açúcar e a produção do etanol. Nos anos de 2008-2015, o setor sucroalcooleiro apostou em pesquisas para melhoramento genético e ganhos de produtividade, a continuidade da parceria entre os motores *flex* e a sucroenergia, e a criação de novos produtos derivados do etanol, para continuar expandindo-se territorialmente e acumulando capitais, ancorados pela aparente preocupação com alterações climáticas.

De acordo com Pitta e Mendonça (2014) a expansão do setor depois da crise de 2008 manteve-se em função da rolagem de dívidas, haja vista que existe uma prevalência do setor financeiro sobre os demais setores econômicos. Amparados pela financeirização, as fusões e incorporações entre empresas significaram a ampliação das possibilidades de acesso ao mercado de capitais e juros (PITTA, 2016).

²⁶ Escapa aos objetivos discutir e analisar o caráter político e ideológico dessas medidas.

²⁷ Sobre as consequências da crise de 2008 e o endividamento das usinas sucroalcooleiras nas safras subsequentes a Tese de Fábio Teixeira Pitta (2016) oferece uma análise detalhada. Segundo o autor, “Quando da crise fenomênica de 2008/2009, adveio à subida de preços do dólar e a redução de preços do açúcar, fazendo com as usinas de achassem impedidas de continuar com suas formas de endividamento/financiamento, o que levou às falências e fusões, não apenas daquelas empresas alavancadas nos derivativos cambiais”. (PITTA, 2016, p. 116). A crise de 2008, ao afetar todo o comércio global internacional, fez os preços do petróleo oscilarem, junto com a demanda e a oferta nos mercados. Como o fator “finitude” do produto interfere nos seus preços, a possibilidade de explorar mais reservas é sempre uma chance para a recuperação de lucros. Contudo, analisam Pedrosa e Córrea (2016) a crise de 2008 teve impactos pouco duradouros no mercado de petróleo, tornando os investimentos no pré-sal atrativos.

Em 2014, Elizabeth Farina, presidente da União da Indústria de Açúcar (Unica) disparou numa entrevista ao Jornal Folha de São Paulo: “O interesse pelo pré-sal tirou o foco do etanol. E o combate à inflação, feito por meio de controle de preços e redução da Cide, foi mortal. Eliminou o diferencial tributário que garantia competitividade ao etanol [...]”. E foi mais enfática ainda: “Hoje, ninguém duvida que a política econômica está quebrando o setor de etanol”.

A dependência da Cide para garantir competitividade ao etanol, na venda direta ao consumidor final (quem abastece o veículo) continua sendo central nas articulações entre o setor sucroalcooleiro e as políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, mesmo depois das intervenções governamentais, a saber:

- 2012: o Ministério da Agricultura anunciava o Plano Estratégico do Setor Sucroalcooleiro fundamentado nas seguintes ações: renovação dos canaviais, atender a capacidade das usinas e elevar a oferta de matéria-prima (que inclui ampliar a área plantada), para garantir a continuidade da produção²⁸.
- 2013: O governo federal autoriza o aumento da mistura do etanol anidro na gasolina de 20% para 25%, e metas de financiamento da produção e da estocagem do etanol, através de crédito e redução de juros²⁹.
- 2017: surgia a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), enquanto parte integrante da Política Energética Nacional.

Em 26 de dezembro de 2017, através da Lei nº 13.576/17 foi instituída a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). A previsão formal era que o Renovabio contribuísse com indicadores positivos para a questão ambiental, e com o mercado dos biocombustíveis, tendo em vista a expansão da produção e uso, com foco no abastecimento interno, com regularidade.

Reflexões decorrem dessas previsões. A primeira refere-se a não exclusividade para setores produtivos, já que a política refere-se aos biocombustíveis (os derivados de biomassa renovável). Diferentemente do que ocorreu no Proálcool, que se reportava ao setor sucroalcooleiro, o Renovabio é direcionado a uma fração de produtores de outras culturas agrícolas, destinadas a produção de combustíveis renováveis, que figuram no mercado. Sabendo que os principais biocombustíveis líquidos são o etanol e o biodiesel (ANP, 2017),

²⁸ Ao estabelecer o nexu comparativo, percebemos a repetição da fórmula do Proálcool. O elemento novo reside, pois, no que para fins desse estudo consideram-se as bases e um marco ao que virá: os incentivos a renovação dos canaviais, sob o manto da necessidade de ampliar a produção do etanol, enquanto combustível “limpo”.

²⁹ O pacote de incentivos foi anunciado no endereço eletrônico do Ministério da Economia.

estava projetado os impactos do Renovabio para o setor sucroalcooleiro, na cadeia produtiva e logística do etanol, além da esperança na “liberalização do setor”.

A UNICA (*on-line*) defendia: “O RenovaBio representa uma política inovadora de descarbonização do setor de transportes, em linha com os compromissos ambientais que o Brasil assumiu na Conferência do Clima. Trará previsibilidade para a retomada dos investimentos e crescimento da produção do biocombustível (etanol, biodiesel, biometano, biogás), sem depender de subsídios do governo e de renúncia fiscal”.

Nesse universo, a questão ambiental aparece como mote e justificativa para e no Renovabio. A ideia de desenvolvimento sustentável não é nova, e tem sua popularização na década de 1990, com a realização da *Rio 92* - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, que deu origem a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A partir de então, o clima e a necessidade de preocupação com a elevação das temperaturas, tem justificado acordos, protocolos, planos e formulação de metas globais e nacionais de redução da emissão de poluentes.

O Acordo de Paris compõe os objetivos e instrumentos do Renovabio, e foi assinado em 2015. Segundo o MMA (BRASIL, 2016) o compromisso que decorre do Acordo de Paris é para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável, no sentido de manter o aumento da temperatura média global. O financiamento veio de organizações internacionais: o Banco Mundial, através do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Fundo Verde para o Clima (GFC) e da Cooperação Sul-Sul.

O Renovabio realiza a certificação da produção e importação eficiente dos biocombustíveis. E mais do que isso, provê Créditos de Descarbonização (CBio). O CBio é o instrumento para fins de comprovação da meta individual do distribuidor de combustíveis. Daí por diante, um mercado de créditos de carbono se soma as possibilidades de negócios entre o setor petrolífero e o agronegócio, e o novo produto nem é uma mercadoria.

Entre a agricultura capitalista sucroenergética e o mercado de petróleo nada de invisível os une. Aliás, sobre o assunto a Nozaki (2017) fez um relevante levantamento que importa resgatar. A saída da Petrobrás do ramo de biocombustíveis, mediante a venda de usinas e redução de 62% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), sendo esse desastroso conjunto parte da política de desinvestimento da empresa. Para o autor, a política defendida por Pedro Parente, (Presidente da Petrobras - junho de 2016 a junho de 2018) reforçou a entrada de empresas transnacionais no mercado energético brasileiro.

Ao vender usinas de açúcar e álcool para empresas transnacionais, a Petrobrás passou a contribuir para a territorialização dos monopólios, já apresentada nesse capítulo. Coligados, os setores aqui situados, não se cansam em ser destrutivos e tudo precisa proporcionar mais-valor no mercado.

Nessa marcha, em escala local, no Nordeste, o presidente do SINDAÇÚCAR Alagoas via no Renovabio o fim da crise das usinas no estado. O setor patronal, em Pernambuco, não duvidou que a política “reanimasse” os negócios na Zona Canavieira, e novos acordos, apoiados nos governos estaduais. Especificamente em Pernambuco, o presidente do Sindaçúcar, Renato Cunha, destacou em entrevista ao Jornal Folha de Pernambuco:

Vamos discutir a regulação do Renovabio e as projeções de demanda dos combustíveis, para que a produção faça face a esta demanda [por combustíveis]. O intuito é aferir a segurança do abastecimento nacional nos próximos vinte anos, envolvendo etanol, biodiesel, diesel, gasolina e gás [...]. O Brasil tem uma capacidade comprometida de produção de gasolina e diesel, mas os biocombustíveis podem diminuir as importações que o Brasil poderá ter que fazer na área veicular (CUNHA, 2018).

Nesse quadro, emerge a seguinte afirmação: sob o mito do biocombustível renovável e a utilização do açúcar de cana, está a perenidade do monocultivo sucroalcooleiro na Zona Canavieira de Pernambuco. Este monocultivo preservou a continuidade da exploração do trabalho, de homens e mulheres, sob a estratégia de expansão dos cultivos e expulsões, aliadas a destruição ambiental, adoecimentos e violências contra trabalhadores e trabalhadoras, que tem classe, “raça” e gêneros.

No bojo da disputa pelo fundo público, e por empresas públicas brasileiras, para amparar a produção de agrocombustíveis, a possibilidade de lucros crescentes conservando a exploração da terra e das pessoas, contrasta com a pobreza em ascensão. Considerando os aspectos referentes à renda, estamos em via de aumento da pobreza no Brasil, e na região Nordeste. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE (2018 e 2019), e construída pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua, em 2016, 25,7% da população brasileira estava em situação de pobreza, ou seja, com renda inferior a R\$ 406 por mês; uma percentagem que foi elevada para 26,5%, em 2017. Em 2018, com 25,3%, ficou marcado o triênio de registros acima de 25% da população brasileira em situação de pobreza, cravando assim, o aumento da pobreza, que era de 22,8%, em 2014 (IBGE, 2019)³⁰.

³⁰ Os dados com a Síntese de Indicadores Sociais são divulgados pelo IBGE, através do endereço eletrônico, e analisados pela equipe Editoria Estatísticas Sociais. Disponíveis em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>> e <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia->

Em 2017, do total de pessoas em situação de pobreza no Brasil, 44,8% residia no Nordeste. É também nessa região, que se registrou o aumento da concentração e desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, que era 0,545 em 2018, e elevado a 0,059, em 2019 (IBGE, 2020)³¹.

A pobreza que acompanhou a formação das classes sociais e de categorias sociais distintas na região Nordeste e na Zona Canavieira, desde o fim do escravismo tem se dado pela inserção no trabalho assalariado, e também nas possibilidades de acesso à terra, diretamente afetado pela disputa por áreas para o monocultivo sucroalcooleiro. Sobre a pobreza das famílias na Zona Canavieira, Julião (1962, p. 57) registrou: “Toda a sua riqueza é a sua miséria – a prole numerosa, doentia, sem futuro. Só lhe resta uma mercadoria para vender, a força de trabalho, mesmo quando o braço não tem mais força”.

A pobreza e a concentração de renda, de terras e de poder econômico de empresas nacionais e transnacionais no setor sucroalcooleiro se mantém em meio a inovação da venda de créditos de carbono, e da criação de uma calculadora³² capaz de medir um elemento químico, uma invenção ancorada nas tecnologias e artefatos digitais, que valora e transforma em a *qualidade do ar* em capital, no mercado financeiro.

Da imperiosa relação entre o mercado de biocombustíveis e o setor veicular, novidade para este século seria proposições de alternativas para o transporte individual. Contudo, nos espaços urbanos, as políticas de mobilidade amargam o uso *automóvel flex* (próprio ou contratado e pago com uso de aplicativo) ou da bicicleta, enquanto disputamos uma vaga no próximo engarrafamento, para gastar o “valioso combustível limpo”, que adquirimos somente quando ele é mais barato que a gasolina.

Durante a pandemia do novo coronavírus, a redução do consumo de combustíveis e a queda dos preços do petróleo no mercado internacional, fez com que os preços da gasolina caíssem. Também ocorreu a redução do consumo do etanol, que por sua vez teve o preço reduzido, evidenciando, mais uma vez, a dependência do mercado de etanol brasileiro para com o mercado de Petróleo (CNA/SENAR, 2020).

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>.

³¹ Dados extraídos do módulo Rendimento de Todas as Fontes, da PNAD Contínua, e divulgados pelo IBGE, em 06 de abril de 2020, através do endereço eletrônico. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27596-nordeste-e-unica-regiao-com-aumento-na-concentracao-de-renda-em-2019>>.

³² Marcelo Morandi (SNA, 2018), chefe geral da Embrapa Meio Ambiente, explica: “A RenovaCalc gera uma nota de eficiência energética e ambiental que é medida em gramas de dióxido de carbono (CO₂) equivalente por megajoule do biocombustível gerado”.

Para garantir ganhos, na safra 2020/2021, o setor sucroalcooleiro tende a maximizar a produção de açúcar, e continuar dependendo do aumento da Cide sobre a gasolina, e da redução de impostos sobre a venda do etanol (RODRIGUES e SOARES, 2020). O futuro do RenovaBio tornou-se incerto, porém a continuidade dos canaviais continua gerando impactos nos territórios.

Enquanto é vendido “crédito de carbono”, para frear a destruição ambiental, a disputa pelo território incendeia tal qual o canavial. Assim sendo, é preciso perceber, analisar e questionar as transformações que estão se processando nos espaços para evitar reducionismos, polarizações e hierarquizações sobre as experiências de diferentes sujeitos.

3 A ZONA CANAVIEIRA NO SÉCULO XXI: ENTRE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E A ATUALIDADE DA QUESTÃO REGIONAL

Nesse capítulo vamos apresentar, analisar e questionar as transformações nos engenhos, nas cidades e o periurbano que caracterizam a Zona Canavieira do século XXI como um território em transformação. Entre usinas de açúcar e empreendimentos *não-açucareiros*”, precisamos perceber as relações de poder contidas nas transformações espaciais e na forma atual da disputa por terra, as perenidades contidas no espaço da produção.

Estes aspectos indicam uma dinâmica de desenvolvimento que articula o espaço da produção e o espaço do mercado, à medida que a degradação da natureza acontece com vistas a maximização de lucros e as necessidades sociais. As transformações nos espaços rurais, urbanos e no periurbano quando examinadas, através de levantamento bibliográfico e documental, dados quantitativos e pesquisa empírica revelam dinâmicas territoriais, diante um amplo espectro de mudanças e de permanências ficando ainda mais evidentes no espaço da produção e no espaço do mercado.

A concepção de dinâmica de desenvolvimento está orientada pela perspectiva de Santos (2000) que a explica enquanto o princípio de racionalidade que defini e gradua a pertença de relações sociais e as mudanças nelas. De acordo com o autor, a dinâmica de desenvolvimento no espaço da produção processa-se pela lógica da acumulação capitalista que toma a exploração do trabalho e da natureza como condição para a produção, enquanto a mercadorização das necessidades envolvem consumo e consumidores, individuais orientados pelo paradigma do consumismo individualista (SANTOS, 2000; 2018).

3.1 As intersecções na região Nordeste: acionando a questão regional

No tocante as relações de trabalho, no lapso de tempo entre o pós-abolição e a proletarização, com assalariamento, as permanências e mudanças seguiram um curso distinto nas regiões brasileiras. A brutalidade das condições de trabalho e a miserabilidade, depois da abolição confirmam a similaridade entre grupos escravizados e *moradores*, com manutenção de violências patronais contra trabalhadores e trabalhadoras rurais (DABAT, 2005).

Por garantir acumulação de capitais, o escravismo unificou e inaugurou diferenciações, entre as regiões latino-americanas, pelas formas como foi sendo superado. Segundo Andrade (2011, p. 109): “A liberdade de ir e vir, de não ser propriedade de um senhor, foi a única conquista que o escravo conseguiu com a Lei Áurea”. Dessa feita, para o

autor, o instrumento jurídico eliminou a escravidão, instituiu a liberdade da venda da força de trabalho. A liberdade da venda da força de trabalho, por sua vez, foi seguida por relações não assalariadas, salários precários, longas jornadas de trabalho, acesso a moradias insalubres e manutenção da fome.

No trabalho nos canaviais, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e a continuidade das ações promovidas pelas Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais respondem pelas primeiras convenções coletivas e, por isso, pela possibilidade de criação de tabelas de tarefa, tendo por referência o pagamento de salário mínimo. A medição das tarefas e a remuneração, que foram conquistadas na década em 1960, apareceram até 2019 nas Convenções Coletivas assinadas pelos Sindicatos dos Cultivadores de Cana de Açúcar no Estado de Pernambuco, Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco - FETAEPE³³.

Para Alencastro (2018, n.p.) o tráfico de pessoas para escravidão “[...] explica boa parte da diferença entre Centro-Sul e o Nordeste do Brasil”. Segundo o historiador, *o café* só pode se expandir em função da eficácia do tráfico negreiro no Centro-Sul, e sem concorrente no mercado mundial a produção se expande, optando posteriormente, pelo trabalho de imigrantes, sem eliminar as relações escravistas ou seus traços nas outras áreas do agronegócio.

Essa constatação contribui para reiterar o argumento de Oliveira (1993) sobre a *acumulação primitiva* do café, que se distancia por sua vez, ou se segmenta nos termos do autor, do restante do país, ao adotar a imigração como solução a continuidade da exportação do café, se congela o escravismo no restante do país. Chico de Oliveira (1993) termina por constatar que, ao mesmo tempo em que, se resolvia, com o trabalho do imigrante, uma questão do mercado de trabalho e da terra, em um espaço, conformando o território do que hoje é o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, congelou-se o escravismo no Norte e Nordeste.

Ao Estado, e sua relação com a industrialização de algumas regiões, bem como com a sua relação com a economia nacional é atribuída a possibilidade de expansão do capital. Nesse contexto, Oliveira (1993) reconheceu que a permanência da questão agrária e da questão do mercado de trabalho foi consequência das alianças entre uma burguesia sem hegemonia e oligarquias agrárias retrógradas, criadora de um monstro.

³³ Conforme exame realizado nas convenções coletivas dos STRs.

Esse monstrengo deixou intacta a questão agrária, irresoluta a questão do mercado de trabalho no campo, com o que reiterava a própria questão agrária e, por extensão, também sem resolução a questão negra no coração da própria industrialização (OLIVEIRA, 1993, p. 59).

Apropriando-nos da categoria questão regional, na sua inteireza e originalidade de Francisco de Oliveira (1993), podemos afirmar a questão regional é também uma marca ou um traço da colonização que permaneceu entre nós. Quando a tese da questão regional foi esboçada sob o manto da hegemonia inacabada, o autor escrevia sob o ataque do neoliberalismo percebendo-o enquanto cansaço da burguesia, levando-o a concluir que, os direitos trabalhistas e os avanços no campo dos direitos sociais não eliminaram a miséria.

Embora persista a necessidade de retomar o uso da questão regional como categoria de análise no Nordeste, e por isso, na Zona Canavieira de Pernambuco, deslocar a capacidade de superação dos traços coloniais, para a superação da miséria, diante da possibilidade de uma burguesia revolucionária implica na permanência de uma perspectiva ilusória e europeizada. Essa perspectiva, por sua vez, não só corre o risco de “culpar” uma burguesia ou oligarquias açucareiras, mas nega os elementos da resistência, e das r-existências, por diversas categorias sociais, camuflando relações raciais, de sexo, gêneros e geracionais construídas, historicamente, no espaço da produção, no território.

Além disso, quando se fala da questão do mercado de trabalho, o percurso toma como pontos de partida e de chegada o trabalho assalariado masculino. Quase sempre, as análises seguem repetindo o que Carvalho³⁴ (2003, p. 46) identificou entre historiadores, “Apesar da maior parte da historiografia sobre o sistema escravista se concentrar no estudo do trabalho masculino, o problema do trabalho doméstico feminino é inseparável da própria noção de escravidão”.

A forma como mulheres negras estão e foram inserindo-se no espaço da produção, com a mediação do salário compõe a questão da superação da escravidão e a questão agrária. A participação em movimentos sociais e agrupamento em torno de lutas sociais pelo território, no bojo da questão agrária ou da questão urbana, ao contrário do que parece ser uma forma de negligenciar a disputa por um corpo, e apartada do sujeito político mulher, se configura como conflito que é por terra, corpo e território de modo entrelaçado, articulado, e pela intersecção de classe, “raça” e gênero.

De modo semelhante, a relação entre direitos trabalhistas e terra, nas ações sindicais, nos anos 1960, 1970 e 1980, a disputa por terra e pelo corpo, desde os anos 1990, e 2000 são

³⁴ O autor afirma ainda que, “As índias foram as primeiras pessoas escravizadas pelos europeus no Brasil, adquiridas ou tomadas aos povos da costa em meio às transações com pau-brasil”. (CARVALHO, 2003, p. 46).

atravessadas por práticas e formas políticas, instituições e movimentos sociais diferentes entre si (comissões religiosas, movimentos de luta por terra, moradia) capazes de articular lutas por território e autonomia. A luta pela terra e as lutas por um corpo de mulher, para constituir o ser mulher continuam a ser centrais na construção de experiências no território.

Contudo, é urgente a necessidade de alargar as estratégias metodológicas, para o desafio teórico, posto a compreender as experiências atuais e vindouras, inclusive nas formas de organização popular, para garantia de direitos. A conquista da terra e regularização fundiária não estanca a demanda por educação, saúde, assistência social e saneamento ambiental.

Se as lutas por direitos sociais não eliminaram a miséria, tampouco deixar de lutar por eles torna a vida possível para mulheres negras. A resistência das mulheres reside na possibilidade de ter renda, através da venda da força de trabalho, por isso as disputas por direitos trabalhistas e por terra fazem muito sentido para a sobrevivência e a construção das experiências. E também, do ponto de vista imaterial resistir inclui ser rezadeira, e de curando doenças colocar em cheque o poder do cristianismo do colonizador e dos saberes médicos e farmacêuticos da ciência moderna.

R-existir inclui por isso, a manutenção dos mitos vivos no trabalho assalariado e na relação com natureza (*como o mito do pé de cajá*) e fora dele, que ao unir material e imaterial fazem sentido para as mulheres negras. Práticas e saberes diversos desafiam a dinâmica de desenvolvimento nos espaços estruturais.

Identificar os elementos da questão agrária não resolvida, seus aspectos e a existência de uma questão urbana e do mercado de trabalho, ou ainda os traços coloniais na formação nacional e opressões cruzadas que afetam os sujeitos de maneiras distintas, implica em desviar da possibilidade de compreensões incapazes de identificar opressões cruzadas.

Na construção sociológica de Souza (2009; 2017), ao referir-se à continuidades de elementos da escravidão entre nós e, que inevitavelmente hoje, conformam nossas relações sociais, afirma a escravidão permanece por outros meios, assim expõe:

[...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação (SOUZA, 2009, p. 21).

Segundo Souza, a *ralé*, enquanto classe diferencia-se do “lumpemproletariado” marxista, e se reproduz “como mero corpo”, (2009, p. 23), que “continuam sendo explorados na sua “tração muscular”, como cavalos aos quais os escravos de ontem e de hoje ainda se

assemelham” (2017, p. 60). No diálogo-crítica ao Gilberto Freyre, Souza (2017, p.31) completa: “Meu experimento sociológico parte dessa ideia de uma escravidão peculiar, ao mesmo tempo semi-industrial e sexual, como semente das relações de classe e de gênero no Brasil”.

É também da crítica a Freyre, que Souza retoma uma categoria criada por ele mesmo: “ralé de novos escravos”. A origem da nova ralé é, segundo ele consequência da abolição formal da escravidão, em 1888.

Para os grandes senhores de terra, a libertação foi uma dádiva: não apenas se viram livres de qualquer obrigação com os ex-escravos que antes exploravam, mas puderam “escolher” entre a absorção dos ex-escravos, o uso da mão de obra estrangeira que chegava de modo abundante ao país [...] e a utilização dos nacionais não escravos. (SOUZA, 2017, p. 47).

Uma leitura atenta, e regionalizada, rapidamente capta que a relação entre escravismo e imigração não é um fenômeno totalizante para a conformação das classes sociais, no Brasil. Ao tomarmos por referência os estudos regionais, para tratarmos do escravismo e da formação da classe trabalhadora no Brasil, retomamos da discussão de Oliveira (1993) que a chegada de imigrantes não é um fenômeno uniforme na costa brasileira. Por não ter conhecido o assalariamento de imigrantes, no Nordeste brasileiro, trabalhadores e empregadores vivenciaram relações diversas, entre elas a moradia, marcada pela disponibilidade de terra e de moradia, com assalariamento, e não menos brutal que o escravismo, no tocante as condições de trabalho. As condições do morador se assemelhavam a dos escravos, contudo não há dúvida que se trata de uma condição de trabalho diferente, mesmo que ainda sob a monocultura latifundiária.

Apesar do avanço no conceito de classe para interpretar o Brasil, Souza (2009) não escapou da hierarquização das categorias e desconsiderou as formas de resistência do povo negro traficada até aqui. Além disso, as generalizações que perfaz camuflam conquistas históricas no campo dos direitos trabalhistas e direitos sociais. Ao estabelecer com densidade teórica e conceitual, um *continuum* entre o período colonial e escravista até a conjuntura atual Souza deixou o rastro de afirmação que “o vento que sopra ainda é o das senzalas”, negando avanços constitucionais importantes, arriscou o desprezo às lutas trabalhistas, por terra e de povos tradicionais, por territórios, que se inscrevem como disputas importantes para mulheres negras na Zona Canavieira de Pernambuco.

Quando identificamos específicas condições de trabalho, num território, é oportuno tratar da questão regional, e de processos que foram tornando essa questão atualizada e reatualizada, mesmo com mudanças postas pela dinâmica de desenvolvimento, em diferentes períodos da história. De outra feita também é fundamental questionar sobre as interseccionalidades e como elas se processaram nesse território e continuam interferindo no espaço da produção.

É preciso identificar que as experiências das mulheres negras tem no polo oposto a si um sistema de privilégios orientado para acumulação capitalista, por sujeitos que tem classe, “raça” e gênero também. Para Biroli e Miguel (2015, p. 41), “[...] tanto a clivagem racial quanto a de gênero exercem efeitos na possibilidade de que um determinado indivíduo se encontre em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade”.

Segundo os autores, a pobreza tem relação direta com a renda, o que direciona a seguinte constatação:

[...] não se pode tratar a diferença de renda como questão de gênero isoladamente. As desvantagens incidem sobre *determinadas mulheres* relativamente a *determinados homens*; gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam *mulheres negras* em posição de maior desvantagem. A convergência entre essas variáveis estabelece uma pirâmide na qual a base é formada por mulheres negras, com o posicionamento em sequência de homens negros, mulheres brancas e, por fim, no topo, homens brancos. As posições mais elevadas conjugam patamares superiores de rendimento médio e ocupações mais valorizadas (o que define posições que não se esgotam no salário recebido, desdobrando-se no acesso a espaços, contato, respeito). (BIROLI E MIGUEL, 2015, p. 41-42).

Numa tentativa de promover mudanças econômicas, e no espaço da produção, no Nordeste, o governo federal por meio de decisões políticas resolveu impulsionar a industrialização do século XX, através de agências e incentivos a empreendimentos e depois com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. De acordo, Andrade (1993, p. 44): “O setor industrial foi a preocupação básica da Sudene, de vez que na época de sua criação dominava a ideia de que a industrialização era a chave do desenvolvimento”.

Segundo Araújo (2013) a industrialização, com concentração de cerca de 80% do valor da transformação industrial na região Sudeste, nos anos 1970, ampliava desigualdades regionais. Essa desigualdade, recursiva, foi contemporânea a mudanças nas relações sociais, e de resistências.

Na análise de Andrade (1993), a industrialização promovida preservava contradições, e acentuava o empobrecimento de algumas regiões do país, assim explicava,

O processo de industrialização desenvolvido à sombra da SUDENE trouxe grandes benefícios à região, com a produção de mercadorias de grande demanda na mesma, atenuando a importação, a abertura de um mercado ponderável para mão-de-obra qualificada, com repercussões no crescimento das estruturas universitárias, o desenvolvimento de atividades na área de serviços, o estímulo ao desenvolvimento da rede rodoviário e o aumento da renda dos Estados, mas teve também uma série de insucessos. A industrialização não foi uma absorvedora de mão-de-obra não-qualificada ou pouco qualificada, nem impediu que o processo de marginalização dos migrantes que vinham para a cidade fosse detido, nem que continuasse a haver uma expressiva migração de trabalhadores rurais para o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste, até durante os anos sessenta, e para as áreas periféricas e subpovoadas do próprio Nordeste, nos anos setenta. (ANDRADE, 1993, p. 23).

Na Zona Canavieira, o que Andrade (1993) descreve como mão-de-obra não qualificada, foi construindo com as demandas das usinas de açúcar e a expansão dos canaviais, o assalariamento de posseiros, e a proletarização de populações originárias, representando um avanço de relações capitalistas mediadas por salário, na região Nordeste, o que segundo o autor desafia categorias marxistas e weberianas. É um desafio recorrente haja vista que Andrade (1993) o percebe mediante a observação da existência de múltiplas relações sociais e de trabalho, com assalariamento ou não, com vistas à acumulação de capital, nos anos 1960/70. É também uma referência a povos e comunidades tradicionais, com relações de foro, posse, meação e tantas outras associadas à posse da terra, o direito de propriedade, uso do solo, e acumulação de bens, com concentração de renda e poder político, com aprofundamento de conflitos por terra, da questão agrária.

Ademais, proponho uma identificação de transformações espaciais e dos processos de industrialização entre os anos 2000 e 2019, para identificar como elas preservam distintas relações sociais e de trabalho, que impactam no espaço da produção, e nas experiências dos sujeitos políticos.

3.2 Transformações e disputas nos espaços rurais: entre engenhos e assentamentos rurais

“Quem pode resistir a este saara de sacarose?” Philippe Wollney.

A destruição da Mata Atlântica e degradação da natureza para implantação do monocultivo sucroalcooleiro atravessou séculos, com a definida e conhecida capacidade de geração de lucros e acumulação capitalista. Ao longo do século XX, as formas de resistir a

apropriação da natureza e a exploração do trabalho têm na disputa por terra aspectos que relevantes para as transformações se processaram no território do estudo.

Entre os anos 1950 e 1960, as resistências e disputas por terra se intensificaram na Zona Canavieira de Pernambuco. Segundo Bezerra (2012, p. 32),

A amplitude do movimento dos canavieiros trouxe ao palco das mobilizações trabalhistas, grupos políticos e instituições religiosas envolvidos com a discussão das questões agrárias e ocupados com a organização e orientação do movimento dos trabalhadores canavieiros, entre eles as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a Igreja Católica.

As Ligas Camponesas³⁵ constituíram parte das lutas por acesso à terra e às condições de vida dignas, para as famílias que viviam nos engenhos, sob relações de trabalho e condições de vida similares a escravidão. As Ligas, pela proposição de suas ações e objetivo de existência desafiavam a relação entre Estado e setor sucroalcooleiro, na manutenção da concentração fundiária, movendo-se pela proposição da reforma agrária. Assim, colocavam em xeque o direito de propriedade, a renda da terra e as relações de trabalho.

A propriedade privada da terra foi legalmente instituída no território, em 1850, com a Lei 601 – *Lei de Terras*. Antes disso, a concentração de terras pelo apossamento, o arrendamento e/ou a venda de lotes seguiam ilegalmente, haja vista que a sesmaria formalizava o uso da terra, e não a propriedade.

De acordo com Silva (2008, p. 357) a lei de 1850 tinha por proposta a demarcação e venda de terras devolutas, e o financiamento da imigração de trabalhadores, entretanto, “Uma copiosa legislação auxiliar – três leis, dois regulamentos, oito decretos e mais de cem avisos – não foi suficiente para que o objetivo inicial se tornasse realidade”. A recusa dos posseiros e de “donos de engenhos” em regularizar a propriedade particular da terra fazia com que a posse continuasse a ser praticada, amparada em políticas estaduais, e sob o uso de violências físicas e extermínios de comunidades e indivíduos³⁶.

Conforme analisou Martins (1979, p. 339),

³⁵ Segundo Abreu e Lima (2003) a denominação de *Ligas* foi utilizada pela polícia (Estado) para caracterizar como comunista a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuárias de Pernambuco, criada para assistência as famílias que pagavam o foro aos donos de engenhos. De acordo com a autora, o nome foi apropriado pelos integrantes do movimento que surgiu e se fortaleceu através de mobilizações locais e na cidade do Recife, e da participação em congressos, encontros e palestras.

³⁶ Silva (2008) registrou que até a mesma a Constituição de 1891, não garantiu a posse de territórios indígenas, o que deixou povos e comunidades tradicionais vulneráveis nos conflitos e cobiça de terras, que culminaram em extermínios.

A Lei de Terras garantiu a mobilização das instituições jurídicas e policiais na defesa da propriedade fundiária, garantindo, ao mesmo tempo, o caráter compulsório do trabalho, da venda da força de trabalho ao fazendeiro por parte dos trabalhadores que não dispusessem de outro meio de viver senão a sua capacidade de trabalhar.

O impedimento jurídico das famílias de trabalhadores, comunidades tradicionais e povos aquilombados, combinou-se com poder político e econômico, dos donos de engenho. Essa afirmação corrobora com a tese de Silva (2008), de que não foi a lei quem produziu a exclusão, mas a adaptação dela aos interesses de elites agrárias.

Ao analisar as consequências da lei de terras no país Stedile (2011, p. 24) afirmou que “A lei de terras é também a “mãe” das favelas nas cidades brasileiras”, haja vista a impossibilidade de pessoas que foram escravizadas, de conseguir terra no espaço agrário, migrando para as cidades portuárias e instalando-se em morros e alagados.

De outra feita, quando a Lei de Terras estabeleceu normas cravou, formalmente, no âmbito do Estado nacional, a existência de proprietários de terras, que por sua vez estavam alinhados as colonialidades, constituídas desde a instituição das sesmarias. Ou seja, existindo resistências e modos de ser e de viver de povos negros e indígenas, e fazendo esses sujeitos usos diversos da terra, a propriedade de terras não lhes foi garantida com a implementação da Lei de 1850, nem legalmente, nem administrativamente.

Para Feliciano (2006, p. 27) “[...] libertou-se o escravo para escravizar o acesso à terra, impossibilitando que os trabalhadores negros/pobres tivessem também a possibilidade de algum benefício ou sobrevivência”. A negação da terra a indígenas e quilombolas indica que as violências contra os povos e comunidades tradicionais continuavam a ocorrer conforme a necessidade de ampliação de canaviais, ou da demanda por açúcar no mercado internacional.

O avanço do apossamento de terras e a migração para outras áreas pelas populações indígenas, negras e povos que viviam nos engenhos, no período histórico que sucedeu a Lei de Terras, estão ainda relacionados com a abertura das estradas e ferrovias, e com a capacidade material e política dos donos de engenhos em manter a propriedade da terra. É que os presidentes das províncias foram designados como instâncias decisórias sobre a propriedade das terras, segundo Silva (2008), o que reforçou a relação entre os poderes públicos e a categoria social que se legitimava, oficialmente, junto ao Estado brasileiro: a dos proprietários de terras.

Foram os proprietários de terras quem acumularam a renda fundiária, e como segundo Sousa Santos (2016, p. 238), “A renda fundiária não opera no vazio social”, foram

estes mesmos donos de engenhos estabelecendo alianças com proprietários industriais, financeiros. As alianças entre usinas de açúcar, industriários e comerciantes conferem sentido explicativo a capacidade de exploração da natureza, com destruição da Mata Atlântica na Zona Canavieira de Pernambuco, exploração de trabalhadores e trabalhadoras de distintas identidades étnico-raciais, e acúmulo de poder econômico, por proprietários fundiários no território³⁷.

Ao final do século XIX, a instalação e construção de habitações nas cidades, com o alojamento em mocambos e áreas alagadas na cidade do Recife, por populações oriundas dos engenhos tem relação com os usos e a liberação de terras dos cultivos de açúcar, mas também com as possibilidades de trabalho no porto do Recife e a necessidade de pessoas para o trabalho na indústria têxtil (LIMA, 2005). Isso revela a capacidade de interferência dos proprietários fundiários, do monocultivo açucareiro, na formação de núcleos urbanos, em toda a Zona Canavieira.

Um século adiante da assinatura da Lei 601 de 1850, as Ligas Camponesas reivindicavam por terra, numa lógica inversa aquela inicialmente implantada pelo Estado português, e a da própria Lei de Terras. A ousadia das *Ligas* estava na capacidade de desestabilizar a lógica de apossamento, de propriedade privada para exploração da natureza, e das relações de trabalho forçado nos engenhos, ao propor a posse e a produção de alimentos para trabalhadoras e trabalhadores, que tinham como única mercadoria a força de trabalho.

O surgimento das Ligas, e a urgência dos conflitos por terra esteve preenchido pela perspectiva de luta pela vida, e a necessidade básica de alimentar-se e ter local de moradia. Ao descrever os sujeitos políticos das lutas por terra, que compunham, junto com arrendatários, moradores, posseiros e meeiros, as Ligas Camponesas, Julião (1962, p. 56) registrou:

Proletário que é, não dispõe o assalariado agrícola de bens de produção. Não possui haveres, pois até o casebre que mora pertence ao capitalista do campo. Se hoje é despedido, amanhã deve buscar trabalho, a qualquer preço, para não perecer. É a regra. Proíbem-no de plantar e criar. A área da terra que lhe dão, quando não mora nos restos das senzalas antigas, é limitada para que não se distraia do trabalho, nem edifique nada capaz de lhe assegurar fixação à terra.

³⁷ “As relações entre a propriedade fundiária e o capital devem ser analisadas com base nas investigações empíricas detalhadas, orientadas por teorias regionais que tornem possível concretizar o quadro teórico geral da articulação dos modos de produção numa dada formação social” (SANTOS, 2016, p. 238).

As Ligas Camponesas expuseram para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, das distintas categorias sociais do Brasil, à mídia jornalística, e as páginas da história nacional a expropriação e as violências no campo. Como analisou Abreu e Lima (2004, p. 191):

Até então, os conflitos no campo eram resolvidos apenas com base na força do proprietário, que recorria a expedientes como a destruição da lavoura, a expulsão dos foreiros e a demissão de moradores, quando não atentava contra a própria vida dos que ousavam protestar. A partir das Ligas, os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação e mobilizações, além de atuarem na esfera jurídica, com base no Código Civil.

O Código Civil era utilizado pelas Ligas para reivindicar pelo direito de permanecer nas terras (ABREU E LIMA, 2003). Reprimidas pelos proprietários de terra e pelo Estado, as Ligas foram eliminadas pela Ditadura militar (1964-1986)³⁸.

Contudo, a questão agrária desvendada por partidos políticos, pelas ações da Igreja Católica, pela sindicalização, e pelas próprias Ligas através das reivindicações, por direitos trabalhistas e terra, havia deslocado a intervenção estatal. Com a criação da Lei 4.214, de 02 de março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR³⁹, o Estado interferia nas relações de trabalho e no espaço da produção.

Segundo Palmeira (2009, p. 174),

O Estatuto do Trabalhador Rural, instrumento legal inocente em outras áreas do país, transformou-se na Zona da Mata de Pernambuco, tais eram as condições sociais aí prevaletentes, em uma poderosíssima arma de luta dos trabalhadores. Uma atividade política quase diária da massa rural obrigava os proprietários a se curvarem às disposições do Estatuto, a cumprirem a “tabela de campo” estabelecida pelo Governo Arraes.

Mais do que legislações dispersas no tempo e na história do território, os movimentos sociais no território escalaram a conquista da tabela de tarefas, de salário fixado

³⁸ Sobre a trajetória das Ligas na Zona Canavieira de Pernambuco, as contradições e embates políticos das disputas pela terra, a leitura da Tese Revisitando o campo: Lutas, organização, contradições - Pernambuco - 1962-1987, de Abreu e Lima (2003) é fundamental. Escapa aos objetivos desse item, e desse trabalho, uma investigação criteriosa sobre as Ligas. A identificação dos conflitos se dá no sentido de analisar a importância deles e dos sujeitos envolvidos nas transformações no território. Os conflitos revelam interesses em torno da propriedade fundiária, e de direitos sociais e trabalhistas e por isso, compõem os espaços rurais. De outra feita, a luta por terra confere sentido às resistências das mulheres negras quando identificamos que as opressões são cruzadas, como será analisado no capítulo 3.

³⁹ “Após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, os patrões da zona canavieira de Pernambuco foram forçados a se submeter a obrigações que lhes eram até então desconhecidas, como estabelecer contratos de trabalho formal mediante assinatura das carteiras de trabalho, e pagar o salário mínimo, o repouso remunerado, o 13º salário, as indenizações por demissão etc. Como as instituições estatais, à exceção dos Tribunais do Trabalho, pouco controlavam os patrões no que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista, a pressão sobre a classe patronal foi exercida primordialmente pelos dirigentes sindicais, que, desde a segunda metade dos anos 60, passaram a investir sistematicamente na regulação jurídica dos conflitos. [...] Esta dinâmica contribuiu para a introdução do direito como regulador das relações sociais nos engenhos.” (SIGAUD, 2004, p. 145-146).

com base no salário mínimo. Na Zona Canavieira de Pernambuco, as reivindicações de assalariados foram sendo cristalizadas, nos anos 1960, em torno dos sindicatos rurais e da sindicalização (BASTOS, 1984), que sobreviveram à ditadura militar, ainda que sob forte repressão, com uma postura hierarquizada, focada nas convenções e legislação trabalhistas.

Segundo Feliciano (2006, p. 36) “O regime militar designou a incumbência de se realizar um projeto de lei de reforma agrária [...] [e] Devido à conjuntura e as circunstâncias políticas, esse documento não se limitou apenas à questão fundiária.”, passando a abarcar assuntos relacionados à política agrícola e ao modelo de modernização da agricultura, que consistia na atração e ampliação de empresas agrícolas. O documento que o autor se refere e analisa é o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964).

Durante os governos militares, na ausência de democracia política, a perseguição de lideranças dos movimentos sociais, extinção de partidos políticos e prisões de líderes religiosos, combinado com os incentivos a produção do álcool combustível em Pernambuco, constituem as conexões políticas e econômicas para a concentração fundiária nos anos 1970 e 1980.

Segundo Dabat (2003), o Proálcool teve efeitos que levaram a concentração exacerbada da propriedade fundiária e a expulsão dos moradores do perímetro das plantações, na Zona da Mata de Pernambuco⁴⁰. O que antes era estimulado pelo mercado internacional, a derrubada de matas e suspensão das relações de ‘morada’, dessa vez tinha um componente nacional estatal: o financiamento para expansão da lavoura canavieira.

Nos anos 1979 e 1980, a retomada de greves e mobilizações, organizadas em torno do sindicalismo rural, com destaque para a Greve de 1979⁴¹ e o montante de conflitos, em ebulição na Zona Canavieira, durante os anos 1990, revelam aspectos relevantes para compreensão dos espaços rurais, no século XXI.

Primeiro, as greves revelam que a tranquilidade suposta por Page (1971, p. 12), nunca existiu. No início dos anos 1970, o autor afirmava: [Nordeste brasileiro,] “Um regime militar autoritário suprimiu revolucionários e reformadores radicais; tudo está calmo – mortalmente tranquilo, [...]” (PAGE, 1971, p. 12). As reivindicações por direitos trabalhistas, através da deflagração de uma greve, e a conquista de aumento salário, adicionais de

⁴⁰ Discussões e análises sobre o Proálcool foram realizadas no capítulo 1 dessa dissertação.

⁴¹ Referimos-nos a retomada das greves, haja vista que a reabertura dos sindicatos se deu meses após o Golpe de 1964. Segundo Sigaud (2004, p. 131): “Passados alguns meses do golpe, graças à mediação de padres da Igreja Católica junto aos militares, os sindicatos foram reabertos e começaram a se reestruturar. As greves e manifestações pelo cumprimento dos direitos eram impensáveis na nova conjuntura. Os militares, no entanto, mantiveram a Justiça em funcionamento e não revogaram o Estatuto do Trabalhador Rural, a lei votada pelo Congresso Nacional em 1963 estendendo a legislação trabalhista ao campo. Os dirigentes sindicais empenharam-se então em estimular os moradores a encaminharem reclamações à Justiça do Trabalho, com base na nova lei.”

insalubridade e periculosidade, formalizados em Convenção Coletiva, por exemplo, anunciam não só a ausência da tranquilidade, como a capacidade de organização política e de resistências ao autoritarismo, por assalariados e assalariadas rurais, no território.

Segundo, a via dos direitos passava a ser entendida como possível, na organização das lutas sociais e por reforma agrária. Menos como um direito meramente formal, burocrático e legalista, do que como um direito que poderia ser materializado. Os direitos trabalhistas, e as pautas sindicais (estas atravessadas por distintas orientações políticas e, também religiosas), desestabilizavam os privilégios da relação entre o Estado e o setor sucroalcooleiro. As convenções coletivas, e as mobilizações por direitos na Zona Canavieira revelavam iniquidades sociais, que incidem sobre as pessoas e o território, e por isso, sobre sujeitos específicos dotados de corpos e alma, uma origem étnico-racial e geração, que demandaram do Estado respostas jurídicas e políticas. Isto é, homens, mulheres, negros e negras, crianças e adultos, marcam nas suas trajetórias de vida, e na história do território o reconhecimento da capacidade do direito em refletir demandas sociais e políticas. As demandas são interpeladas, na Zona Canavieira de Pernambuco, pela necessidade de outro Estado, não autoritário, militarizado, e que estava combinado ao setor sucroalcooleiro, na ausência das mediações ante as expulsões dos engenhos e na presença nos incentivos às usinas de açúcar e álcool⁴².

Diante do entendimento do direito como um sistema social, que opera como um lugar de aumento da complexidade social (SANTOS e CARLET, 2016), registramos que, as reivindicações por direitos trabalhistas apresentavam contradições. As convenções coletivas e os acordos firmados passaram a incluir elementos das relações de produção, típicas da morada, como a concessão de terras, conforme analisou Sigaud,

Como pude observar, desde as minhas primeiras idas a campo, no início dos anos [19]70, os trabalhadores queixavam-se de que os patrões não lhes davam mais *sítios*, que não lhes ajudavam quando estavam doentes, que não mais consertavam suas casas. Acreditavam que tal mudança de comportamento tivesse sido causada pela chegada dos direitos e a descreviam valendo-se da linguagem dos sentimentos: os patrões tinham sido tomados por uma espécie de "ódio" em relação a seus *moradores*. Com os contratos coletivos oriundos das greves, algumas das obrigações

⁴² A concepção dos direitos que foi se cristalizando, entre assalariados e assalariadas rurais, na Zona Canavieira de Pernambuco, depois da greve de 1979, e nas ações sindicais de construção das Convenções Coletivas, nos anos 1980, 1990 e 2000, corroboram com as análises de Souza Santos e Carlet (2016, p. 307), que afirmam: “[...] embora o direito e o sistema judicial sejam instrumentos que tradicionalmente têm sido utilizados pelas classes dominantes para preservar os seus privilégios, não estão imunes às lutas sociais e por isso, podem, em certas circunstâncias, ser utilizados pelas classes ou grupos sociais oprimidos ou excluídos para combater esses privilégios e lutar por maior justiça social”.

da *morada* foram postas sob a égide da coerção jurídica: tornaram-se direitos (SIGAUD, 2004, p. 148).

As transformações no espaço agrário, na Zona Canavieira de Pernambuco, foram moldadas por resistências políticas, lutas pela terra e lutas sociais, que fizeram ferver os conflitos, sob a memória, e com a experiência social e de participação política em Ligas, sindicatos, grupos religiosos e partidos políticos. Em paralelo a estas resistências, as contradições na luta pela terra, incluem opressões às mulheres rurais, trabalho infantil, e afastamento em relação às discussões sobre igualdade racial e de direitos de comunidades e povos tradicionais indígenas e quilombolas.

A ampliação dos conflitos por terra, ao longo dos anos 1980, na conjuntura política nacional de redemocratização, foi acompanhada por conquistas de direitos das mulheres no Brasil, e a construção de pautas por mulheres trabalhadoras rurais. A problemática do acesso das mulheres à terra e a propriedade rural, foi analisado por Melo e Sabbato (2008) explicitando a relação entre a capacidade de articulação das mulheres para o desvelar da masculinização da propriedade rural.

Na Zona Canavieira, a participação das mulheres nas organizações sindicais, com filiação em sindicatos rurais, e participação nas greves⁴³, portanto, nas lutas por direitos trabalhistas, e a organização das mulheres por acesso à terra inscreve as mulheres como sujeitos políticos no território, e traz a tona as intersecções entre “raça”, classe e gênero nas transformações no rural.

Mulheres trabalhadoras rurais, assalariadas e agricultoras que participaram da implantação do que Sigaud (2005) classificou como *forma acampamento*, identificam tanto as opressões cruzadas quanto, as experiências de transformação dos espaços. Isto é, nas lutas por direitos trabalhistas e por acesso à terra evidenciam a concentração fundiária, e os sujeitos da classe de proprietários fundiários, e ao mesmo tempo o alinhamento do Estado com a masculinização das formas de acesso à terra. Mulheres acampadas desafiaram material e simbolicamente a lógica masculina de exploração da natureza, e de dominação sobre os seus corpos, porque irromperam no território, com pautas que já estavam postas publicamente (relações de trabalho e reforma agrária) e com outras pautas, que foram por elas mesmas

⁴³ Bezerra (2012) realizou uma investigação sobre a participação das mulheres nas greves e a sindicalização, a inclusão de pautas como licença maternidade, e atenção à mulher gestante, resgatando e discutindo a história da participação das mulheres das lutas por direitos trabalhistas. A autora registrou a história das trabalhadoras rurais da Mata Sul de Pernambuco, no decênio dos anos 1980.

postas para fora do espaço doméstico (violência intrafamiliar, direitos sexuais e reprodutivos, direito de propriedade, e herança)⁴⁴.

No início dos anos 1990, as ocupações de terras na Zona Canavieira aconteceram sob a articulação entre sindicatos, Movimento Sem-terra (MST)⁴⁵ e Comissão Pastoral da Terra (CPT). As ocupações mobilizaram trabalhadores e trabalhadoras assalariados, e a contestação e a resistência assumiram forma e conteúdo até então desconhecidos no território.

Na pesquisa bibliográfica, realizada nessa dissertação, identificamos duas referências sobre qual teria sido a primeira ocupação de propriedades rurais na Zona Canavieira com apontamentos escritos. A autora Lygia Sigaud (2004, p. 151) registrou que,

Em 1992, o MST organizou a primeira ocupação de terra de envergadura na zona canavieira. Mais de mil pessoas, a maioria trabalhadores dos engenhos, entraram nas terras do engenho Camaçari, em Rio Formoso. Os dirigentes sindicais deste município deram seu apoio e participaram da ação. Nos anos seguintes, outras ocupações ocorreram em Rio Formoso e no antigo distrito de Tamandaré, tornado município em 1996. De início, foram produto da colaboração do MST com o sindicato, e a partir de 1996, promovidas em separado pelas duas organizações.

Já a CPT (CPT Nordeste II, n. p.) explica que,

Em Pernambuco, a primeira ocupação de terra ocorreu no dia 08 de fevereiro de 1986, um sábado de Carnaval, quando 158 famílias ocuparam o Engenho Pitanga 1, pertencente à família Lundgren, localizado entre os municípios de Abreu e Lima e Igarassu, na Região Metropolitana de Recife/PE. A ocupação teve o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Igarassu e de Abreu e Lima, da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Pernambuco (FETAPE) e da Pastoral Rural que posteriormente se filiou à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 05 de março de 1986, por ordem judicial expedida por um juiz em Igarassu, as famílias foram obrigadas a deixar o local. O despejo foi executado por mais de 200 policiais que destruíram todo o acampamento.

O que é apropriado afirmar, diante das divergências quanto ao município ou data, é que a realização do acampamento materializa a estratégia política da ocupação coletiva de terras (SOUSA SANTOS e CARLET, 2016). De outra feita, o acampamento passou a ser

⁴⁴ A relação entre as transformações nos espaços da produção e espaços domésticos será retomada no próximo capítulo.

⁴⁵ A ocupação marcou a origem do MST, em 1979, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Fernandes (2000, p.19) “o MST nasceu da ocupação de terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. [...] A ocupação é uma realidade determinante, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre passado e o futuro”.

utilizado no espaço agrário, da Zona Canavieira de Pernambuco para a garantia do direito à terra⁴⁶.

No lapso de tempo entre as ocupações e a criação de um de assentamento de reforma agrária, as transformações no espaço são precedidas pelo reconhecimento do Estado, da forma adotada e do direito de acesso a terra, como analisaram Sigaud, Rosa e Macedo (2008, p. 108):

O Estado brasileiro acolhia a ocupação como um pedido de redistribuição de terras e reconhecia, no movimento que a promovia, um representante legítimo; no acampado, um pretendente à terra. Os proprietários das fazendas entendiam que o acampamento era uma ameaça a seu direito de propriedade e buscavam judicialmente a reintegração da posse. Por fim, a existência de acampamentos era interpretada como um sinal de que ali se pleiteavam terras.

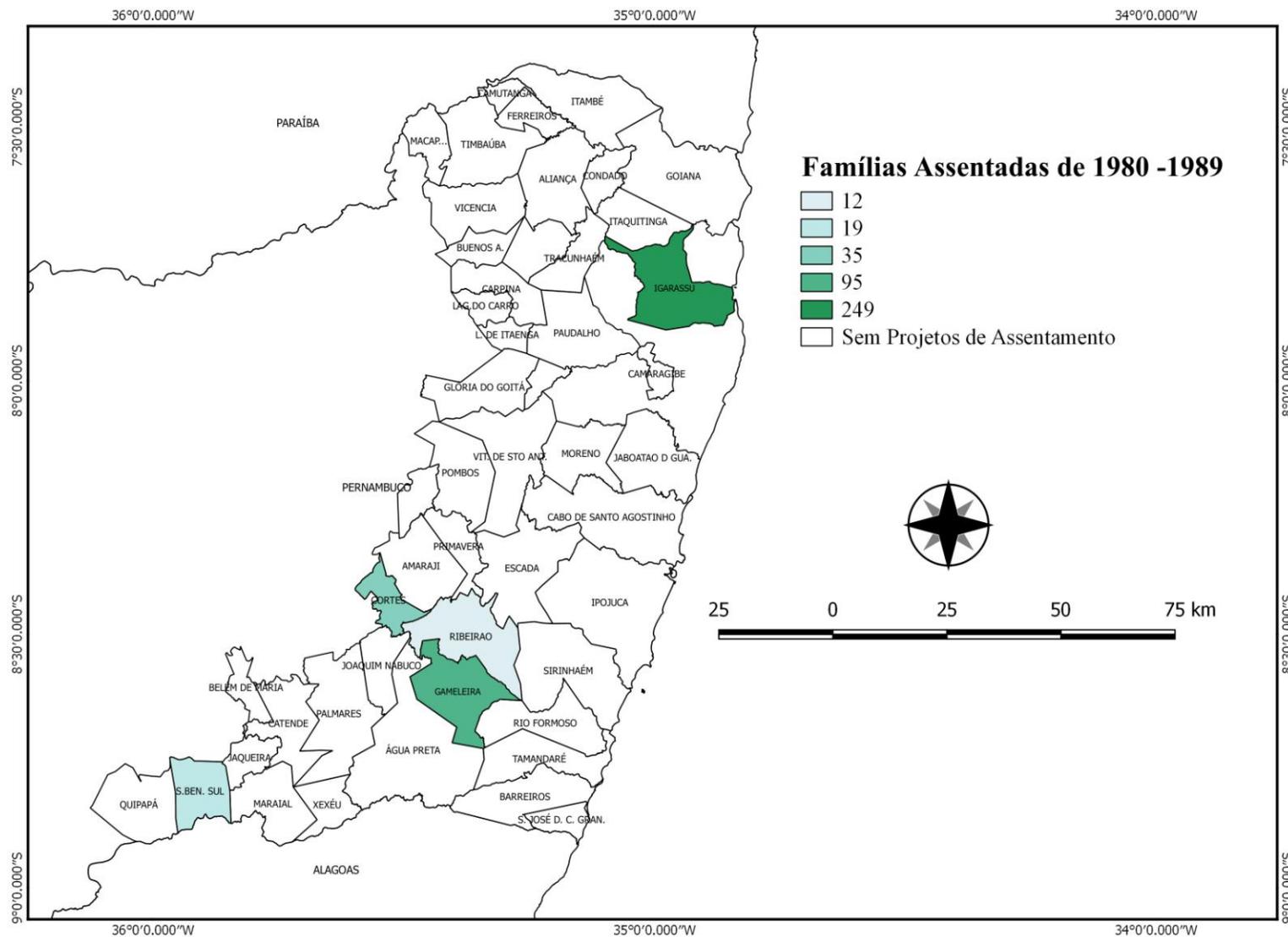
“O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2020, n. p.), sendo a desapropriação a forma mais utilizada para aquisição da terra pelo Estado, e por isso a que precede a divisão entre as famílias que serão assentadas. As ocupações em Pernambuco revelaram os conflitos por direitos trabalhistas e por terra, e a irresolutividade da questão agrária. Isto é, a demanda pela criação de assentamentos de reforma agrária, e pelo cumprimento, de legislações trabalhistas por parte das usinas de açúcar se alongou no tempo.

Na Zona Canavieira, a indicação das áreas para implantação de assentamentos de reforma agrária tem sido realizada por movimentos sociais. A indicação de áreas através dos movimentos sociais e sindicais no espaço agrário é regulamentada pelo Decreto 2.250 de 1997 (BRASIL, 1997). No território se destacam quantitativamente os projetos de assentamentos rurais criados pelo governo federal, através do INCRA. O total de 84% dos projetos de assentamentos (PA) do território, entre 1987 e 2017, foi publicado através de portaria em Diário Oficial da União, nos municípios representados nos mapas 3, 4, 5 e 6.

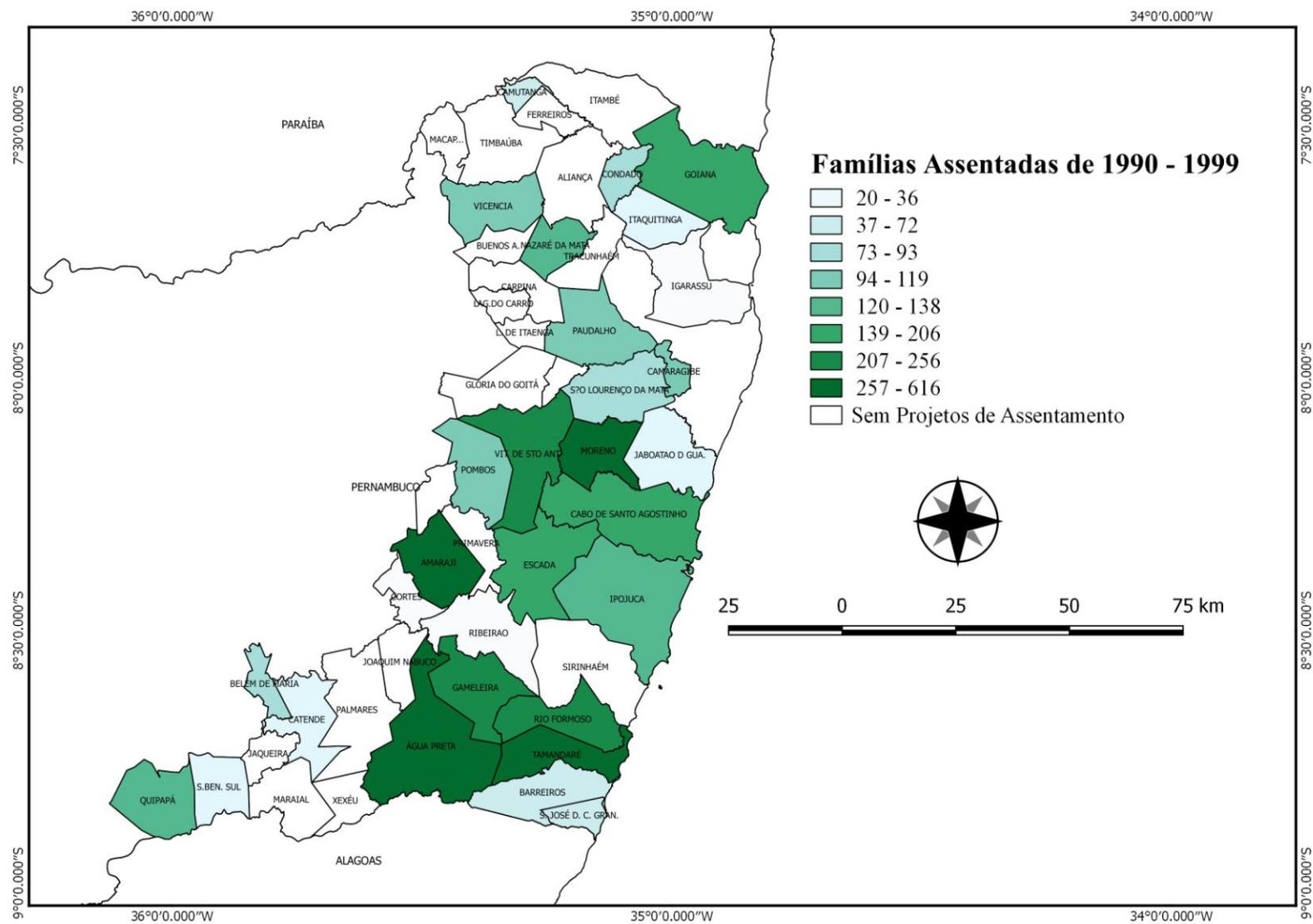
Os projetos de assentamento criados pelo governo de Pernambuco, em 11 municípios, da Zona Canavieira foram entre 1965 e 2002 (mapa 7), os quais atenderam 2.333 famílias, numa área de 26.881,1423 hectares. Os Projetos de Assentamento Estadual (PE) são uma modalidade para o assentamento de famílias em áreas obtidas pela unidade da federação.

⁴⁶ Sobre a garantia do direito à terra, e a forma acampamento ver Sigaud (2004; 2005). Para a autora não existe um único fator capaz de justificar as lutas por terra, e a forma que assumiram no território, mas a perda da tradição ajuda a compreender as lutas por direitos nos engenhos.

Mapa 3 - Projetos de Assentamentos Rurais Federais (1980)



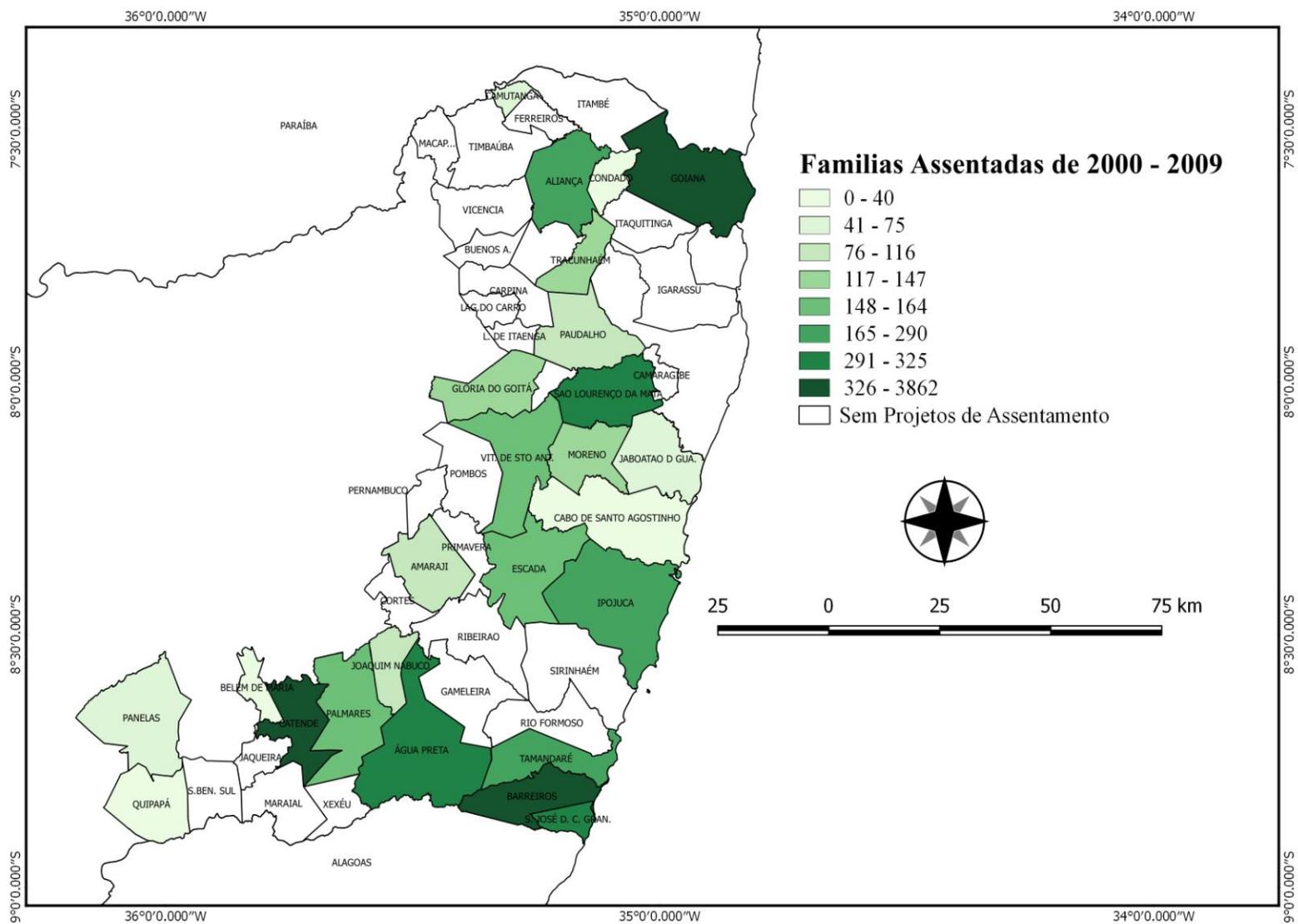
Mapa 4 - Projetos de Assentamentos Rurais Federais (1990)



Datum: SIRGAS 2000.

Fonte: INCRA, 2019. IBGE, 2018. Elaboração: Aline Souto.

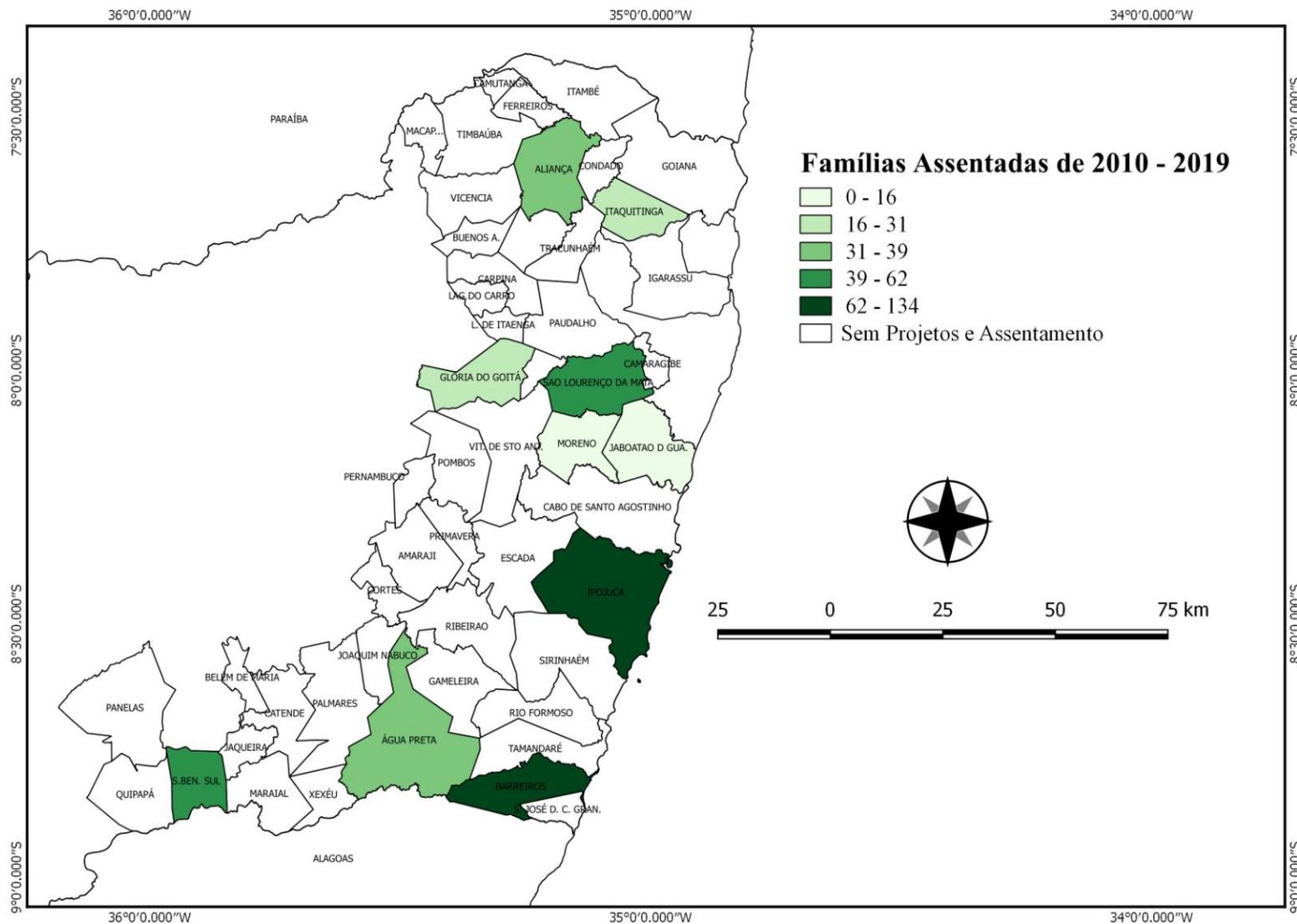
Mapa 5 - Projetos de Assentamentos Rurais Federais (2000)



Datum: SIRGAS 2000.

Fonte: INCRA, 2019. IBGE, 2018. Elaboração: Aline Souto.

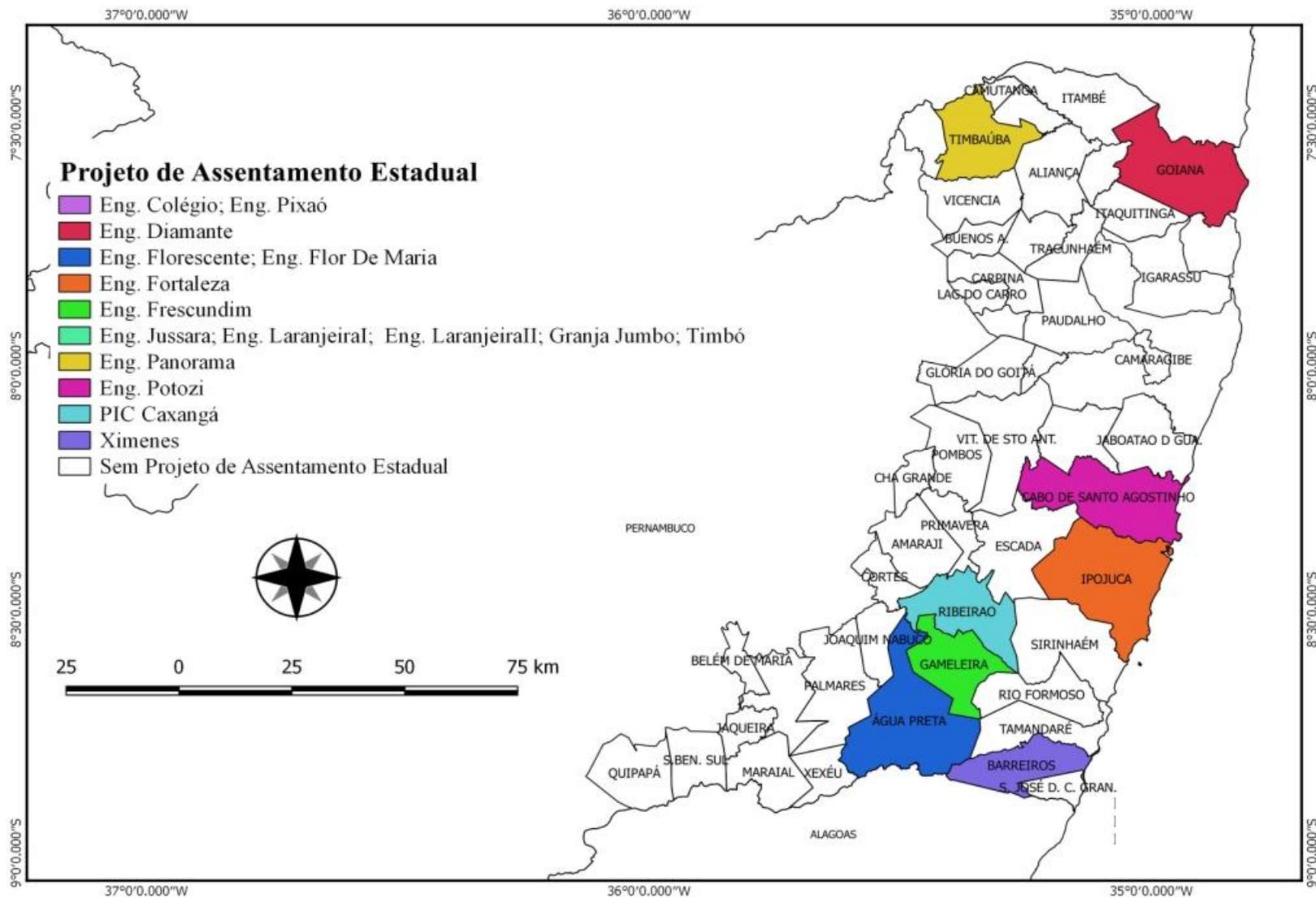
Mapa 6 - Projetos de Assentamentos Rurais Federais (2010)



Datum: SIRGAS 2000.

Fonte: INCRA, 2019. IBGE, 2018. Elaboração: Aline Souto.

Mapa 7 - Assentamentos Rurais criados pelo Governo de Pernambuco



Datum: SIRGAS 2000. Fonte: IBGE, 2018. INCRA, 2019. Elaboração: Aline Souto. *PIC – Projeto Integrado de Colonização.

Durante as visitas de campo e realização das entrevistas, na feitura dessa dissertação, registramos transformações de engenhos em assentamentos rurais, materializando o início de uma nova divisão territorial, que dialoga com diferenciações em relação aos engenhos, no produzir das sociabilidades de/por diferentes sujeitos políticos e na acumulação do capital. A relação *de morada* e/ou de assalariamento que existia no engenho, e comporta a exploração do trabalho com a mediação do salário, em condições de trabalho delimitadas pela legislação trabalhistas e acordos coletivos, foi substituída pela agricultura familiar.

A prática da agricultura familiar no território envolve alguns elementos essenciais para compreensão das transformações espaciais e as experiências dos diferentes sujeitos políticos. Primeiro, advém da regulação do Estado, que implanta o Projeto de Assentamento Rural através de instrumentos formais, públicos, a obrigatoriedade de manter na área do assentamento a agricultura familiar. O Estado assumiu uma posição relevante ante as disputas e conflitos por terras, saindo da posição de ente exclusivamente reconhecido pelo incentivo as usinas de açúcar, para regulação de acesso à terra⁴⁷.

Em Pernambuco, a divisão dos lotes para uma família beneficiária é chamado de *parcela*. Nas parcelas, só podem trabalhar, portanto, sujeitos do mesmo grupo familiar, que passaram a se identificar como agricultores e agricultoras. A identificação “agricultora” e “agricultor” são utilizadas pelas famílias que residem nos assentamentos rurais e pelo Estado.

Para Wanderley (2014) a categoria *agricultor* remete a atividade produzida pela e para a família, tendo sido criada no âmbito de um programa estatal. A autora defende que com o uso corrente da categoria, diluiu-se o conteúdo histórico-político da palavra camponês.

Por outro lado é uma denominação que nega aquela utilizada nas fichas e documentos do INCRA, de família beneficiária. A expressão beneficiária é utilizada por autarquias e órgãos da administração pública, para indicar que a família ou o indivíduo acessaram/acessam um serviço ou garantia, associados a um direito formalmente reconhecido, através de um programa ou projeto, ou seja, através do planejamento e ação do Estado, nas diferentes esferas.

A não identificação com o termo beneficiária entre os sujeitos na Zona Canavieira reforça para os governos, os movimentos sociais, e os próprios indivíduos que o acesso a terra está constituído como um direito, que foi inventado e conquistado. Essa análise corrobora com as conclusões do estudo de caso realizado por Sigaud (2004), que assim explicou:

⁴⁷ Não é que o Estado tenha deixado de incentivar o setor sucroalcooleiro, e como analisamos no capítulo 1, a relação histórica continua sendo fundamental para a acumulação capitalista.

Da chegada dos direitos até a década de [19]90, a introdução do direito foi produto das lutas sindicais, inicialmente através das grandes mobilizações (1963-64), depois por via da regulação jurídica do conflito e tudo aquilo que a supunha, como ensinar aos trabalhadores seus direitos e a implantação de uma infra-estrutura para recorrer à Justiça (décadas de 60 e 70), e, por fim, por meio das mobilizações coletivas em torno dos contratos de trabalho, que criaram novas obrigações patronais novos "direitos" e juridicizaram as obrigações da tradição. Durante todo esse período, o respeito aos direitos, progressivamente, passou a ser percebido pelos trabalhadores rurais como uma proteção, a partir do modelo daquela que lhes era garantida pelos patrões no contexto da morada. Quando a crise eclodiu na zona canavieira, muitos trabalhadores sentiram que estavam à beira de perder tudo: não havia mais nenhuma proteção, nem da tradição nem do direito. Esta representação contribuiu para que se dispusessem a ocupar os engenhos e a começar a inventar um novo direito: o direito à terra (SIGAUD, 2004, 156).

Como os assentamentos rurais sucedem, administrativamente, as ocupações o que a autora classificou como o início da invenção de um novo direito, já podemos registrar nesse estudo como um direito conquistado. Menos pelo tempo decorrido da análise da autora e das ocupações, e pelo percurso administrativo, juridicamente formulado, do que pela prática e identificação com a agricultura familiar no assentamento. Isto é, as relações de produção e as condições de trabalho para agricultores e agriculturas passam a compor o direito para além da regulação do Estado.

Segundo, nestes assentamentos rurais de reforma agrária a prática da agricultura familiar nega relações de trabalho com traços coloniais e escravistas, mas existe contraditoriamente, na área da *parcela* a manutenção do plantio de canaviais, com a utilização de métodos implantados no território pelas usinas de açúcar, como o uso de agrotóxicos, derrubada da vegetação característica da Mata Atlântica e queima da cana, que por sua vez coexiste com a pluriatividade (imagem 6). No Assentamento Canoa Rachada, município de Água Preta, a agricultura Amara⁴⁸, com a posse de 8 (oito) hectares, afirmou ocupar 7 (sete) hectares com canavial, tendo na mesma “parcela” criação de caprinos e *um bar*⁴⁹.

A pluriatividade e o cultivo de gêneros alimentícios nos PAs encaram a fome no território. Durante as entrevistas no município do Cabo de Santo Agostinho, Bezerra (2012) registrou a importância do plantio e da variedade de culturas para a diversidade alimentar, e valor nutricional das refeições entre as famílias que tinha acesso à terra⁵⁰, revelando tarefas e atividades associadas ao trabalho das mulheres.

⁴⁸ Nome fictício.

⁴⁹ Conforme entrevista realizada pela autora em 15 de julho de 2019. O crédito para o investimento inicial, no plantio dos primeiros lotes de cana é oriundo do Banco do Nordeste.

⁵⁰ O período do estudo da autora refere aos anos 1980. Dessa maneira esse acesso à terra trata-se de acesso ao sítio, que era uma área disponibilizada e regulada pela Usina ou pelo proprietário de um engenho, para que a família plantasse e criasse algum animal de pequeno porte (geralmente galinhas, patos e perus).

Nas entrevistas, Bezerra (2012) as mulheres relembram de fome, e das soluções a quem recorriam outras mulheres, com destaque para as mães, para conseguir alimentação. A pesca, a coleta de frutas, a criação doméstica e o cultivo do roçado ecoam nos discursos das experiências das mulheres da Zona Canavieira, desde o final do século XX.

Em estudo sobre três assentamentos de reforma agrária no município de Tamandaré, Silva, Barros e Souza (2009), identificaram que a cana-de-açúcar continuava a ser produzida, mas que havia diversidade de atividades agrícolas e de pecuária no uso da terra e da água. Existe uma resistência ao monocultivo, mas não a cana-de-açúcar, o que produz na paisagem a continuidade do “Saara de sacarose” a que se refere o poeta Philippe Wollney, citado no título desse item.

Diante da necessidade de comercialização da cana plantada, a venda ocorre das famílias assentadas para as usinas ativas em Pernambuco ou nos estados vizinhos⁵¹. Dito de outra forma, uma vez que famílias assentadas, de posse da terra, passam a cultivar cana-de-açúcar e vender a produção para usina, se estabelece uma relação de compra e venda da mercadoria *cana*. A relação no espaço da produção se dá entre *fornecedores* e usina. A produção é medida em toneladas, contabiliza-se o Açúcar Total Recuperável (ATR), e o pagamento é realizado da usina para a fornecedora ou o fornecedor.

Imagem 6 - Moradias entre canavial - PA Santa Maria, Escada



Fonte: Aline Souto (2020).

Agricultoras e agricultores da Zona Canavieira revelaram em entrevistas e conversas informais que na condição de fornecedora e de fornecedor não é criada uma vinculação com a usina, não existe tradição, costume ou o dever de moral de venda exclusiva para uma usina ou

⁵¹ A presença de usinas e a relação com os estados vizinhos foram analisadas no capítulo 1 desse estudo.

patrão. A superação da ideia de ter um “patrão”, quase sempre o *dono de terras*, a possibilidade de acessar programas no âmbito do Estado, e de ter crédito em instituições financeiras, aparecem como razões para negar a lógica dos *engenhos e todo o sistema que o manteve por séculos*.

Imagem 7 - Casa de agricultor no PA Fortaleza, Ipojuca



Fonte: Aline Souto (2019)

Os assentamentos rurais se materializam ainda como lugares de moradia. Quando algum indivíduo do grupo familiar identifica formas de complementação da renda familiar, e existe a possibilidade do assalariamento no setor agropecuário, nas seculares usinas de açúcar, ou nas fazendas de gado, nas indústrias, ou no setor de serviços, e para as mulheres no emprego doméstico⁵², o imóvel rural é o lugar de morar. Isso era impensável antes dos assentamentos rurais de reforma agrária e da conquista do direito a terra. A concentração fundiária impedia qualquer possibilidade de vender a força de trabalho fora do engenho em que reside, e de complementação da renda familiar.

Os PAs criados no território se caracterizam pela brecha preenchida de novas possibilidades, capaz de transpor aspectos coloniais no espaço da produção. É a chance de romper com a produção sucroalcooleira dos engenhos que explorou e exterminou pessoas negras e indígenas, para o instante dos direitos, construído por sujeitos de direitos. Analiso ser por esse motivo que os conflitos por terra não cessam na Zona Canavieira.

A continuidade das expulsões, quase sempre regadas a violências físicas e degradação ambiental, com especulação imobiliária e disputa por usinas na ânsia da

⁵² O trabalho assalariado na condição de empregada doméstica será analisado no capítulo 3.

sucroenergia, ocorreram em simultaneidade com a instalação dos PAs e PEs, diante da questão agrária não resolvida. Isso porque usinas e proprietários continuam a concentrar terras, haja vista que,

[...] grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. (OLIVEIRA, 2001, p. 133).

Entretanto, dadas às bases metodológicas desse estudo, compreendemos que outro fator explica, ou confere sentido à concentração de terras na Zona Canavieira. Proprietários fundiários, usinas ou indivíduos avançam sobre modos de ser e de existir, com chances de transpor a disposição de terras para o setor sucroalcooleiro, para assegurar relações de poder que articulam o espaço da produção e o espaço doméstico, no rural, nos urbanos e periurbano. Tudo que aspira distanciamento da colonialidade e da produção sucroalcooleira, com capacidade para conferir a natureza outras relações com a natureza desestabiliza o poder dos proprietários fundiários. Por isso, a resistência é ameaçada e são estancadas as formas diversas de pensar, saber e construir experiências que passam a ser reprimidas sob múltiplas formas de violências, vide os assassinatos decorrentes de conflitos por terra registrados nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018; 2019).

A permanência nos assentamentos rurais de reforma agrária, na Zona Canavieira de Pernambuco exige a construção de experiências opostas à escravidão, violências, degradação ambiental, e de respeito às diversidades culturais, políticas, religiosas. Viver e produzir a vida material implica desafiar o território em sua gênese, desestabilizando as relações sociais e com a natureza, e as relações de poder, com destaque, para aquelas relações legitimadas no âmbito dos governos com *senhores de engenho*, predominantes em séculos antecedentes.

3.3 O espaço urbano e o periurbano: A cidade e as transformações urbanas

“entre o iphan & i-phones”
Caosnavial, Philippe Wollney.

A heterogeneidade das atividades econômicas, industriais e logísticas, nos espaços urbanos da Zona Canavieira, guarda em si uma vinculação: a relação com o Estado, enquanto indutor/captador de empreendimentos industriais *“não açucareiros”*. Igualmente, vinculados estão proprietários fundiários, que em períodos antecedentes concentraram engenhos inteiros,

e mantiveram usinas de cana-de-açúcar, com incentivos estatais⁵³ e proprietários de imobiliárias, construtoras e incorporadoras, mantendo assim, todos esses sujeitos e papéis entrelaçados, e por vezes também em disputa, na produção dos espaços urbanos e do perirubano na Zona Canavieira.

Os espaços urbanos no território e também os espaços intermediários, têm sofrido mudanças significativas, desde o início do século XXI. As vilas e aglomerações, inicialmente, erguidas para a instalação de lideranças religiosas católicas, funcionaram, durante séculos, como um local de encontro. Em Goiana, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, as vilas operárias são tombadas desde 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (SILVA, 2011).

As tecelagens erguidas entre os anos finais do século XIX, e início do século XX, construíram vilas operárias nas áreas se instalavam. Mesmo mantendo a perspectiva da integração entre o local de trabalho e de moradia, concomitantemente, favoreciam o aparecimento de singularidades urbanas, e de diferenciação dos engenhos de açúcar,⁵⁴ pela infraestrutura disponível, com o surgimento de serviços e comércios no entorno, e pelas relações de trabalho. Sem dúvida uma nova dinâmica, que contribuía com novas noções e ideias sobre o espaço urbano, associado como lugar de pecado e liberdade, tendo por referência a cidade do Recife (CARVALHO, 2003).

O crescimento demográfico no urbano, da Zona Canavieira, está relacionado à significativa instalação de pessoas nas sedes dos municípios, ocorrida no século XX, marcada, em especial, por dois momentos: a saber: um que se inicia nos anos 1950 e se intensifica nos anos 1960, e outro demarcado em meados dos anos 1970, quando da implementação do *Proálcool* (ANDRADE, 1994; SIGAUD, 1979; DABAT, 2003).

Até meados dos anos 1950, prolongaram-se nos engenhos as relações de *morada*, constituídas por traços escravistas, e pela articulação entre a produção de alimentos em terras cedidas e o salário (DABAT, 2003). Na *morada*, o local de trabalho e de moradia é o mesmo engenho, o qual tem regras e condições de trabalho que podem diferir entre um e o outro, mas em que a concessão da casa e de terra se soma ao salário para que as famílias se mantenham vinculadas ao proprietário das terras.

⁵³ Sobre os anos 1970, Palmeira (2009, p.177) registrou: “A situação da economia canavieira de Pernambuco é, para utilizar um termo de muito agrado dos proprietários rurais da área, dramática. Sem condições de sobreviver sozinha, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, ela tem, graças ao amparo do Estado, se aproveitado de conjunturas favoráveis ao produto de ambos os mercados”.

⁵⁴ Do ponto de vista arquitetônico é uma diferenciação, sem grandes transformações, haja vista que “Em alguns casos, grupos de casas semelhantes recebem alpendres frontais, que remetem à arquitetura de senzalas erguidas em engenhos de açúcar do Nordeste durante o período colonial e o século 19” (Correia, Ghoubar e Mautner, 2006, p. 16).

Desde a abolição da escravidão, a família trabalhadora poderia deslocar-se entre um engenho e outro, aceitando as regras daquele que se instalara e vinculando-se por isso, a outro *dono de engenho*. Mas, o que se iniciava na mesma década de dissolução da *morada*, era o trânsito para a *rua*. Referir-se aos núcleos urbanos como a *rua* é recorrente até o momento da produção da dissertação. A *rua* representa a área urbana mais perto de quem fala, enquanto *ir embora* significa uma migração do engenho para outros Estados da Federação⁵⁵.

A rua como sinônimo do urbano, é diferente da rua como signo do urbano, presente na obra de Lefebvre (1999). Segundo o autor, “Os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada, etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.)”. (LEFEBVRE, 1999, p. 111). Na Zona Canavieira de Pernambuco a rua era o lugar de autoconstrução da moradia e da própria vida, que se distanciava do “mando” e da regulação do tempo pelo “dono do engenho”, exigindo identificar o urbano não só como espaço de comercialização de itens, ou de serviços, e encontros.

Segundo Sigaud (1979) a transferência para a *rua*, iniciada em 1950, e alongada no tempo, indica a ruptura de relações sociais no campo, e mais do que isso, sugere que o urbano implicava na liberdade, contraposta a *sujeição* ao *dono/proprietário do engenho*. A autora anuncia a permanência no urbano como a novidade que se estabelece do *lado de fora dos engenhos*, e que foi impulsionada pelo surgimento de legislação trabalhista para trabalhadoras e trabalhadores rurais, nos anos 1960.

As pressões dos proprietários de engenhos, sistematizada por Sigaud (1979), inclui pressões diretas e indiretas. As pressões diretas, ou o movimento de “*botar para fora*”, se referiam a solicitação de saída da casa da Usina para expansão do canavial, omissão e falta de proteção à família por adoecimento ou morte do trabalhador da usina, e a interferência do proprietário no grupo familiar, solicitando o trabalho doméstico das filhas ou esposa do trabalhador.

A autora afirma que essa última forma de pressão direta se configurava como a mais eficaz, porque não cabia recurso na Justiça. Isto é, quando o proprietário solicitava o trabalho das mulheres de um grupo familiar de *moradores dos engenhos*, a exploração do trabalho das mulheres era desregulada e desprovida de direitos.

⁵⁵ A migração para outros estados (com destaque para São Paulo, Mato Grosso e Goiás) foi, em meados do século XX, e continua sendo, uma alternativa para quem perdeu ou deixou a condição de *morador* ou o emprego em usinas ainda em atividade no território.

Avaliamos que a negação do acesso à Justiça pelas mulheres contribuía para a pressão direta e a saída dos engenhos, rumo aos espaços urbanos, mas precisamos perceber que, quando o proprietário da usina requisita o trabalho das mulheres, e se apropria do tempo desses sujeitos, uma lacuna fica aberta no espaço doméstico da família trabalhadora. A lacuna é o trabalho não pago, dentro da casa e no roçado que se configura como importante fonte de alimentos, e de carne para a família.

A ausência de estudos sobre o fenômeno dificultam as conclusões sobre como as expulsões se processavam entre as mulheres negras que ficavam viúvas, por exemplo. Entretanto, como um fenômeno inacabado, as expulsões dos engenhos e a resultante instalação nos espaços urbanos, configura o urbano como uma experiência de resistir ao trabalho doméstico para o “dono da usina”, e ao que isso significava.

É que a apropriação do tempo de trabalho das mulheres além de impedir o cuidado com seus próprios filhos e o trabalho não pago destinado ao seu grupo familiar, contribuiu para forjar subjetividades, e a construção de privilégios para os sujeitos homens brancos. Se por um lado era um trabalho sem direitos trabalhistas, também o era sem direitos sociais e por isso, impedia o acesso à educação pública, para as meninas, e aos serviços de saúde, por exemplo.

Entre pressões indiretas estavam o descumprimentos de acordos sobre a quantidade e a natureza dos serviços. Esses descumprimentos resultavam na saída de *gosto e “vontade”* dos engenhos (SIGAUD, 1979). A saída de *gosto* envolve a possibilidade de construir moradias e roças em áreas públicas urbanas, quando se decide também por não buscar a mediação dos sindicatos e da justiça trabalhistas para solucionar a manipulação das condições de trabalho.

A opção da *rua* passa a envolver a forma como se deu a saída do engenho, e também a condição sob as quais se deu a saída. Se a saída de *gosto* culminar com o trabalho em outra usina de açúcar, ou para outro engenho, a alugar uma casa na rua, ou um quarto é transitório até que a família consiga terreno para construir casa para si. O aluguel é sempre visto como uma opção que deteriora a renda familiar e vista como uma submissão ao dono do imóvel, tal qual a submissão ao dono do engenho.

Do setor sucroalcooleiro emergia as diferenciações entre trabalhadoras e trabalhadores que residiam nos engenhos, e os que residiam nos núcleos urbanos. Além de separados entre os denominados “fichados e clandestinos”, permanentes ou temporários (safristas), quem permanecia nos engenhos mantinha preservada a *morada*, enquanto relação social e trabalhista. No entanto, aqueles que mudavam para as *ruas*, tornaram-se assalariados, o que

implica, a depender das condições de moradia e carga horária de trabalho, ter como exclusiva fonte de renda familiar o salário pago por Usina ou Fornecedor de Cana (contratante).

Entre *a rua* e os engenhos, a mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores tornada possível pela abertura de estradas e pela aquisição de meios de transporte pelos proprietários, revelava (e continua revelando) que os canaviais necessitam de “muitos braços fortes”, de ambos os gêneros, e até gerações, desde o cultivo até a colheita.

Durante as visitas exploratórias na Zona Canaveira de Pernambuco, entre julho e agosto de 2019, antes do início da Safra 2019/2020, em conversas informais servidores e servidoras públicas, comerciantes e sindicalistas relatavam que famílias inteiras saíam dos engenhos com dois principais destinos: Recife e Caruaru, para trabalhar nas “fábricas de jeans”, construção civil, setor de serviços e trabalho doméstico.

É interessante perceber que, se considerarmos a divisão municipal, a Usina é, em alguns municípios da Zona Canaveira é a única indústria que gerou e gera empregos significativos, e por isso faz deslocar-se diariamente trabalhadoras e trabalhadores entre as sedes dos municípios, e distritos, e os canaviais.

Imagem 8 - Transporte utilizado entre Escada e Primavera



Fonte: Aline Souto (2019)

Nos anos 1970 e 1980, com a expansão da área total de cana plantada, com incentivo do Proálcool, que impactou diretamente no espaço da produção, a migração para as cidades foi intensificada, intensificando a fixação do urbano, já iniciado em décadas antecedentes⁵⁶. A construção de moradias em agrovilas ou no entorno das cidades, em áreas públicas, o que

⁵⁶ No capítulo anterior analisamos o Proálcool e o impacto do programa na concentração de terras pelas usinas. No item anterior explicamos o impacto nos conflitos de terra já existentes mesmo antes da criação do referido programa.

inclui o leito dos rios, e o topo de morros por famílias expulsas ou migrantes dos engenhos revelam a emergência da questão urbana no território, mas também a formação de áreas periurbanas.

As ocupações de terras nos arredores da cidade, com apossamentos de áreas urbanas, se deu pela autoconstrução de habitações precárias em lugares desprovidos de infraestrutura e sem a regularização jurídica e fundiária. Ademais essa população, com a atividade laboral vinculada a atividade do cultivo da cana de açúcar, passou a enfrentar a busca por trabalho na cidade, ou seja, em outro espaço de produção.

Na Zona Canavieira de Pernambuco, o periurbano é constituído como espaço de moradia e de baixa oferta de serviços, seguindo as características de transição rural-urbana, identificadas por Miranda (2008, p. 28):

[...] são espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano.

Destacamos que o periurbano da Zona Canavieira está também profundamente marcado por conflitos sobre o uso do solo e disputas territoriais e ambientais, que incluem a preservação da biodiversidade de espécies animais e vegetais. Durante os encontros realizados para a realização da cartografia social, em Tejucupapo, município de Goiana⁵⁷ marisqueiras e pescadoras relatam o desaparecimento de crustáceos, associados por elas mesmas ao avanço da carcinicultura e a redução das áreas alagadas, típicas dos manguezais. Isso tem estreita relação com o avanço do canavial e das práticas adotadas no cultivo na área da RESEX Acaú-Goiana.

A população, que reside no referido Distrito de Tejucupapo recorda-se de inúmeros conflitos territoriais para continuidade da pesca artesanal e das atividades de coleta de espécies da Mata Atlântica, impactada pela expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e poluição dos cursos de d'água. O que registramos durante a realização da cartografia social no território foram conflitos relacionadas à degradação ambiental e ao aumento dos loteamentos e empreendimentos imobiliários privados, na faixa que se estende entre a sede de Goiana e Tejucupapo.

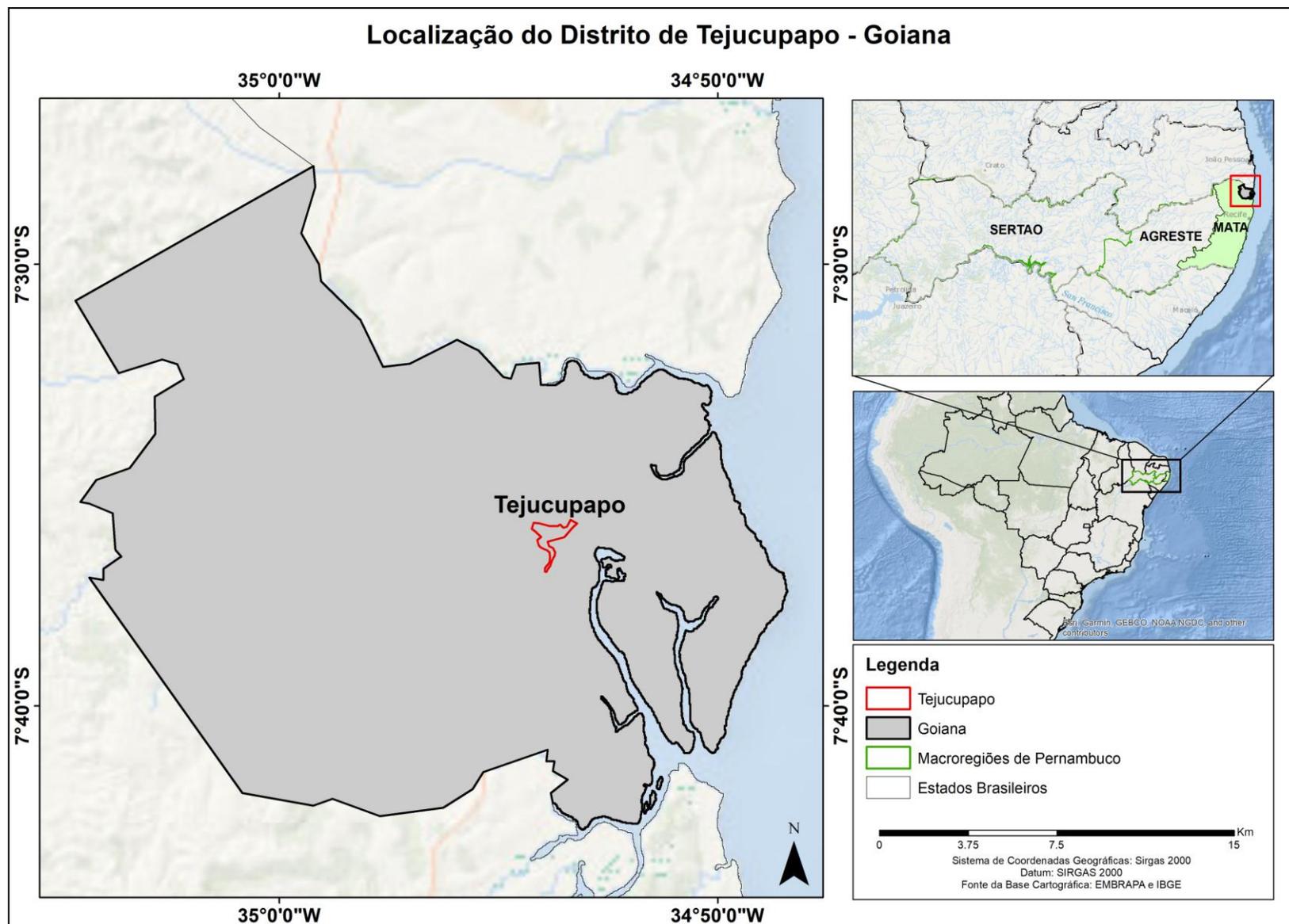
A transformação do uso da terra dos espaços urbanos, rurais e do periurbano, em que se registra a simultaneidade do uso secular para plantações de cana-de-açúcar, pesca artesanal,

⁵⁷ No Plano Diretor do município, Tejucupapo é núcleo urbano de Goiana, e refere-se a uma zona especial de urbanização e de expansão urbana.

e práticas extrativistas nos mangues e alagados da porção litorânea, com grandes empreendimentos industriais “*não-açucareiros*”, instalados recentemente, a instalação de Polo Automotivo e de outras industriais (vidro e bebidas) na RD Mata Norte, no município de Goiana desloca o epicentro das disputas por terra, para o espaço periurbano.

Ademais o avanço do capital imobiliário, que contribui para a transformação da moradia numa mercadoria, e impede a continuidade de modos de ser e de viver de povos tradicionais apoiou-se na mudança da legislação do município de Goiana. Isso revela a dinâmica de desenvolvimento que por sua vez é comum aos municípios da Zona Canavieira de Pernambuco.

Mapa 8 – Distrito de Tejucupapo



Elaboração: João Antonio dos Santos Pereira (2020).

Os condomínios horizontais, ofertados pelas imobiliárias apostam na demanda por moradia, impulsionada pelo aumento das vagas de emprego nos polos industriais na cidade de Goiana. Santos (2017) observou que as edificações das fábricas produziam impactos na morfologia urbana, e que atraíam novos moradores em busca de empregos, enquanto os complexos multiusos e condomínios residenciais são construídos com vistas ao atendimento de uma demanda futura de moradores com faixa de renda média e alta. Para a autora o novo desenho urbano produzido da articulação entre Estado, capital financeiro e capital imobiliário, preserva desigualdades socioespaciais.

Em Souza et.al. (2015) chamaram a atenção para essa nova forma de provisão de moradia, em que o mercado imobiliário aposta no atendimento da demanda da elite local, ao se referir aos condomínios criados no Cabo de Santo Agostinho (Reserva do Paiva e Convida). As autoras relembram que se trata de uma estratégia empresarial para dinamizar o mercado de terras.

Nos municípios do entorno do Complexo Industrial e Portuário de Suape (Cips)⁵⁸ a autoconstrução com verticalização, e a ocupação de morros, encostas, e da margem de rios e alagados revelam expropriações e a disputa por terra urbana ganha forma e conteúdo. Ao analisar as estratégias do Cips, Gumiero (2018) constatou que, entre 2003 e 2014, a ampliação das ações de implementação teve como referência de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobrás, e o Novo Plano Diretor Suape 2030, do governo de Pernambuco⁵⁹.

Neste lapso temporal foram diversas as formas de morar e de construir o espaço urbano. As ações realizadas pelos governos locais foram realizadas com incentivos do PAC I e II. De acordo com Souza (2018, p. 125),

A pressão por moradia tem provocado uma valorização do estoque existente e um aumento nos preços de venda e de aluguéis dos imóveis, o que amplia a dificuldade, de um lado, do acesso da população local ao mercado imobiliário formal, e, de outro lado, da aquisição de terras por parte do poder público para promover programas habitacionais de atendimento à demanda habitacional.

⁵⁸ Um estudo da Agência Condepe/FIDEM sobre os municípios influenciados pelas atividades industriais e portuárias proporcionou a criação de um Plano Estadual, denominado de Território Estratégico de Suape. A partir de então, compreende-se como os municípios de influência no TES: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada.

⁵⁹ Criado através de Decreto nº 37.160, de 23 de setembro de 2011. Institui o Plano Diretor - SUAPE 2030 e dispõe sobre o ordenamento do solo da Empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2011).

Estas dificuldades identificadas e discutidas por Souza (2018) evidenciam o papel, e o poder acumulado pelos proprietários de terra urbana. Na Zona Canaveira estes proprietários são as usinas de açúcar, *donos de engenhos*, ou fornecedores de cana, que passam a exercer um papel na urbanização, e contribuem para o agravamento da questão da habitação.

Com a demanda habitacional, insuficientemente mediada pelo Estado⁶⁰, e com a diversidade de usos do espaço nos municípios do entorno de Suape, o que tem se cristalizado nos espaços urbanos é a precariedade das condições de moradia. As casas parecem flutuar diante de uma observação desavisada. Se olharmos, de longe, para as colinas e morros, anteriormente preenchidos por canaviais (antes dos anos 2000), percebemos que as moradias foram se avolumando quase que dependuras nas encostas, criando ilusões de óptica (imagem 9).

Imagem 9 - Moradias autoconstruídas, em topo de morro, Ipojuca



Fonte: Aline Souto (2019)

Na realidade, para além das ilusões, se materializa no território o que Lima (2005, p. 73) analisou: “Na produção da habitação, sobressai o papel do proprietário da terra urbana que busca assegurar renda, obstaculizando e criando barreiras aos investimentos em habitação, em razão dessa renda dificultar, ainda que, parcialmente, o lucro projetado”.

Com os fluxos migratórios identificados em todos os municípios do Território Estratégico de Suape (TES), Lyra e Vasconcelos (2015) chamam atenção para os movimentos

⁶⁰ Nesse sentido Souza (2018, p.135) registrou ainda que, “o governo estadual atuou na urbanização de alguns assentamentos precários nos municípios de influência direta do complexo Suape: Charnequinha (Cabo de Santo Agostinho) e Camela (Ipojuca), por meio do PAC I. A atuação dos governos municipais do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca foi, de certo modo, insuficiente para o atendimento de uma demanda habitacional crescente, apesar das ações implantadas de urbanização, por meio do PAC II, e da construção de núcleos habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, concentrados na região de Ponte dos Carvalhos (Cabo de Santo Agostinho)”.

pendulares, e de intensos fluxos migratórios de populações que chegam aos municípios para ocupar postos de trabalho, e depois voltam a migrar, enquanto outros grupos permanecem. As autoras acenam para uma transição urbana nesses municípios, que implica em expansão do tecido urbano⁶¹.

As autoconstruções dos *moradores de engenho* foram somadas as casas dos migrantes atraídos pela possibilidade de empregos formais nas empresas instaladas no TES. Um fenômeno que anuncia um rompimento de relações de produção no território e que converge para a resposta de Oliveira (2006, p. 68) sobre a acumulação do capitalista no urbano no Brasil: “a industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”⁶².

A casa da Usina de açúcar, demolida no momento da saída da família que trabalhava nos engenhos, e a chegada de trabalhadores e trabalhadoras no urbano, para o trabalho nas industriais instaladas e nas obras de infraestrutura, implicam na mesma necessidade: a de construir uma casa para morar, ou alugar “um quarto”, em que o Estado se faz presente pela ausência de políticas habitacionais.

Em São Lourenço da Mata, conforme analisou Mello (2014) a expectativa de realização de um megaevento, a Copa do Mundo de Futebol de 2014, teve formas de apropriação simbólica distintas: a população esperava melhorias na qualidade de vida, e o setor imobiliário se firmar ao conquistar um novo mercado. No município os empreendimentos imobiliários visavam atrair investimentos, e prometiam uma mudança radical na paisagem, desde a construção da arena esportiva multiuso (imagens 10-12), até a instalação de cidades planejadas.

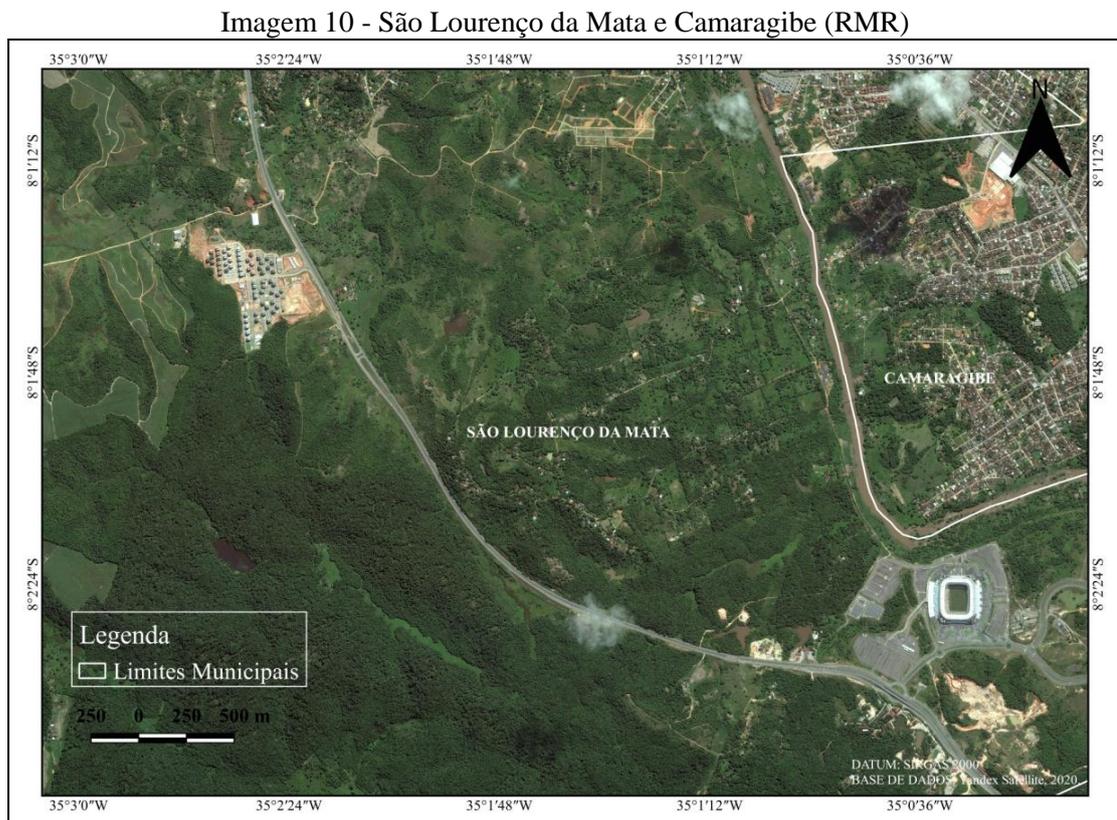
A construção de habitações com investimentos privados, de empresas consorciadas, interessadas na venda de produtos imobiliários, foi possível, formalmente, porque o zoneamento do município foi alterado, e a faixa de área rural foi tornada zona urbana. Essa forma de provisão de moradia se constitui com uma inovação no município, em sua forma de expansão urbana.

⁶¹ A ideia de uma transição urbana e de expansão do tecido urbano se apoia nos estudos de Lefebvre (1999). Para o autor o tecido urbano é corréio os resíduos de vida agrária.

⁶² “O capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário. Desse ponto de vista, a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital” (OLIVEIRA, 2006, p. 68).

A expansão urbana anunciada pela instalação de um Projeto conhecido como Cidade da Copa⁶³ revelava, a continuidade da apropriação privada de terra urbana, para expansão de capital imobiliário. Em visita as áreas durante construção do estádio⁶⁴ as demolições de casas construídas em área pública, eram antecedidas por indenizações das benfeitoriais, haja vista que a terra era do Governo de Pernambuco.

Depois dos megaeventos de 2013 e 2014, e a fase de obras viárias e o do estádio ficou o verdadeiro legado: as remoções e desapropriações, realizadas em Camaragibe, Recife e em São Lourenço da Mata (RAMALHO ET. AL., 2015). Para Galindo e Marinho (2018, p. 270) “A construção da Arena Pernambuco ficou isolada, sem a instalação da Cidade da Copa, ambicioso projeto imobiliário que seria o elemento dinamizador da região, mas que não se materializou”.



Fonte: Yandex Satélite (2020). Elaboração: Rodrigo Silva (2020). SIRGAS 2000.

⁶³ “A Cidade da Copa contempla um projeto imobiliário com 9 mil unidades habitacionais, centro de convenções, hotéis, universidade, *shoppings centers* e edifícios de escritórios, além da Arena Multiuso. Esse conjunto de empreendimentos faz com que esse bairro planejado seja anunciado como a primeira “Smarcity da América Latina.”” (RAMALHO, 2012, p. 12).

⁶⁴ Visitas realizadas em 2013, quando Bolsita CNPq de Apoio na Pesquisa “Metropolização e Megaeventos: Impactos da Copa de 2014”, Observatório das Metrôpoles/UFPE; com a coordenação local da Professora Ana Maria Filgueira Ramalho.

Imagem 11 – Arena Pernambuco, São Lourenço da Mata (RMR)



Fonte: Google Satellite (2020). Elaboração: Rodrigo Silva (2020). SIRGAS, 2000.

Imagem 12 - Condomínio Reserva São Lourenço



Fonte: Yandex Satélite (2020). Elaboração: Rodrigo Silva (2020). SIRGAS 2000.

Em Ipojuca, a rede hoteleira e os demais empreendimentos voltados aos turistas, transformaram antigas aglomerações urbanas numa robusta infraestrutura turística. O turismo representa outro importante setor econômico, que confere uso e consumo ao espaço urbano. Macêdo (2012) identificou que, a valorização imobiliária na praia de Porto de Galinhas gerou alta densidade no espaço e valorização das áreas a beira mar. As consequências analisadas pela autora vão da privatização do uso praia, até a privação do direito ao lazer.

Segundo Souza et. al. (2015) a dinâmica do capital imobiliário, no município de Ipojuca, produz um estoque imobiliário, destinado à segunda residência, de modo que, “O mercado imobiliário-turístico se constitui como uma derivação do capital relativamente nova do modo de acumulação urbana das metrópoles brasileiras, em especial, nordestinas, e na forma de articulação de capitais institucionais” (SOUZA ET AL., 2015, p. 253).

Em Vitória de Santo Antão destacam-se o polo de alimentos e polo industrial, a construção de habitacionais com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a rede de serviços e comércios, com instalação de *Shopping Center*, em 2013. Aliás, os projetos de *shoppings* “saindo do papel”, transformaram-se na nova opção de consumir produtos e serviços nos municípios, inclusive pela parcela (pequena) da população, com elevado padrão de consumo.

A discussão sobre as características e o perfil do espaço urbano, requer observar, e comparar, a metodologia utilizada para definição/conceituação do urbano no Brasil. A Tipologia Regional, criada pela *Organisation For Economic Co-Operation And Development*, (OCDE) tem a densidade demográfica como critério principal para classificar as áreas em urbanas ou rurais (IBGE, 2017), considerando assim, urbanas as unidades territoriais com mais de 150hab./Km². Utilizando-se a Tipologia Regional, 45% dos municípios da Zona Canavieira seriam classificados como rurais. A menor densidade demográfica registra-se em Maraial, com 56,76 hab./km², e a estatística se eleva até 586,75 hab./km² em Carpina. O município de Jaboatão dos Guararapes, com 2.714,46 hab./km², apresenta a maior densidade demográfica do território⁶⁵.

Através do Decreto-Lei n. 311, de 02.03.1938 que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil, surgia a diferenciação dos espaços urbanos e rurais no Brasil (IBGE, 2017), em que o rural existia por exclusão do que não era urbano. Com a Constituição Federal de 1988, e as mudanças nas instituições públicas e no caráter do Estado brasileiro, as Leis Municipais,

⁶⁵ A densidade demográfica foi calculada, pela autora, a partir da estimativa da população, pelo IBGE em 2019, e área da unidade territorial em 2018.

planos diretores e zoneamentos de áreas, os municípios definiram os espaços urbanos, de acordo com a identificação da sede municipal como urbanas.

A taxa de urbanização⁶⁶ no território varia entre 53,19%, em Glória do Goitá, e 97,82%, em Jaboaão dos Guararapes (IBGE, 2019). Nos anos 2000, Glória do Goitá e Aliança registravam maioria da população domiciliada nas áreas rurais. Em todos os municípios, a partir de 2010, as populações consideradas urbanas (IBGE, 2013), superaram as populações rurais.

Todavia, essa classificação, e as taxas apresentadas, baseadas nas legislações municipais carecem de uma análise cuidadosa, haja vista que os planos diretores revelam relações de poder e interesses distintos, classificando como urbanas áreas de comunidades tradicionais e vilas, em que residem trabalhadores e trabalhadoras rurais e agricultoras e agricultores. No presente, esse urbano continua sendo “pelos canaviais”, ora estrangulado, ora iluminado pelo “fogarel”, como relatam os moradores de Upatininga, distrito de Aliança. Na área, destacada nas imagens 13 e 14, a queima da cana obriga que os moradores deixem as casas e subam para o ponto mais alto do Distrito (a Igreja).

Imagem 13 – Rua de Upatininga, Aliança



Fonte: Aline Souto (2019)

⁶⁶ A taxa de urbanização calculada pelo censo demográfico de 2010, corresponde ao percentual de população urbana de cada município em relação à população total.

Imagem 14 - Upatininga, Aliança



Fonte: Satélite BING (2020). Elaboração: Rodrigo Silva (2020). DATUM WGS8

As taxas de urbanização apresentadas podem conter ainda a disputa da entre a terra urbana e o canavial, sobre a qual a população se refere nos seguintes termos: "Aqui é o canavial. Nós moramos cercados por cana. O povo deixa de vender pra fazer casa pra plantar cana, os ricos, né?" (Participante 01, cartografia social, em 05 de outubro de 2019).

A produção dos planos diretores e das disputas em áreas periurbanas, ou ocupadas por comunidades tradicionais revelam que a mediação do Estado é fundamental para definição dos usos da terra e produção do espaço urbano. Essa mediação se dá tanto para que o capital se reproduza e uma classe continue a acumular riquezas, quanto para que populações disputem modos de vida e de ser.

No mais, as transformações urbanas analisadas aqui conservam desigualdades sociais, que revelam uma classe, uma "raça" e o gênero que são postos à análise sobre as formas como tem se dado a expansão urbana, a acumulação capitalista e a ação do Estado na

Zona Canavieira de Pernambuco. O urbano como resultado da apropriação do espaço e da acumulação capitalista, não se abstém de direcionar as expropriações que o compõe contra sujeitos que tem um corpo racializado.

O desafio fica explícito quando identificamos que ele não é só por habitar na cidade, mas sobreviver nela, e garantir a vida de todas e todos. Em Pernambuco, as violências letais contra homens jovens negros acontecem em sua maioria nos espaços urbanos, nos finais de semana e a noite, já os crimes urbanos contra mulheres e adolescentes tem se dado por armas de fogo, à noite, e as vítimas tem algum nível de participação e consumo de drogas ilícitas (ANDRADE e ANDRADE, 2018)⁶⁷. Além da falta de segurança pública, os crimes urbanos revelam a forma como as violências se ampliam no território.

As famílias de trabalhadoras e trabalhadores se instalaram nos espaços urbanos da Zona Canavieira, mantendo-se trabalhando e vivendo entre canaviais, preservando marcadores de tarefas e de acesso à renda importantes, ocupando terras sem regularização fundiária, e que são mantidas políticas e segurança pública, sem infraestrutura urbana, de saneamento ambiental e de transporte público, por exemplo, e demandam acesso à escola e unidades de saúde.

Apesar da concentração de serviços nos espaços urbanos, com destaque para a instalação de instituições de ensino superior na porção sul do território, com destaque para a abertura do *campus* da UFPE em Vitória de Santo Antão, a falta de acesso à escola é expressiva entre as jovens. No ano de 2015, no estado de Pernambuco, do total de mulheres entre 15 e 24 anos, 21,53% das mulheres não possuíam emprego formal, nem estudavam (IPEA, 2018). Entre os homens a taxa era de 13,18%. A análise desses mesmos indicadores levou Andrade e Andrade (2018, p. 201) a constatarem que “quase um quarto das jovens de Pernambuco, além de situadas numa faixa de baixa renda, mantiveram-se, à margem das oportunidades educacionais e ocupacionais”, entre os anos 2000 e 2015. Segundo os autores o dado revelava que estas jovens estavam arcando com o trabalho doméstico, cuidados com os filhos e atividades consideradas de menor valor produtivo.

Outro dado contribui para perceber o trabalho das mulheres como o resultado da ausência de políticas públicas de saúde e educação, que concorrem para um ciclo de vulnerabilidades sociais, é a taxa de fecundidade. Analisando os dados do IPEA e as taxas dos países da América do Sul, Costa, Rocha e Silva (2019), explicam:

⁶⁷ Durante as entrevistas realizadas para esse estudo, uma das entrevistas contou que a filha (16 anos de idade) foi assassinada na rua da casa e o corpo abandonado no canavial. Esse trecho da entrevista não foi analisado nessa dissertação, e também não foi gravado, a pedido da entrevistada, preservando-se o relato e o luto da família.

Informações de 2015 mostram que o Brasil teve uma taxa de natalidade de 68,4 por mil mulheres jovens entre 15 e 19 anos. Com essa taxa, o Brasil está em quarto lugar entre os países com maior taxa de fecundidade adolescente da América do Sul, atrás apenas da Bolívia, do Equador e da Venezuela. A gravidez é um fator importante associado às decisões das mulheres jovens sobre estudo e trabalho e pode ser tanto uma causa quanto um efeito de não estudar ou trabalhar (COSTA, ROCHA e SILVA, 2019, p.79).

Dito isto, ressaltamos que os dados das pesquisas citadas referem-se às mulheres como sujeitos universais, sem apresentar a “raça”, e mesmo que não impeça a realização das mediações apontam para a necessidade de estratificação de dados em outros estudos. No tocante as relações de gênero, ressaltamos a preocupação explicitada por Louro (1996), de que na ênfase do caráter social das diferenças entre homens e mulheres é preciso enfatizar que o processo de construção dos gêneros envolve o corpo dos sujeitos. Desse modo, a autora chama a atenção para a necessidade de desfazer/desconstruir polaridades e reconhecer a importância da articulação de categorias para produção do conhecimento. Acrescentamos, por oportuno que esse corpo tem uma “raça” e trajetórias de vida, portanto experiências de opressão e resistência para e na construção do urbano na Zona Canavieira de Pernambuco e em outros territórios.

4 TERRITÓRIO TRANSPASSADO E AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS

Os capítulos anteriores e a discussão sobre o Estado, o território, o setor sucroalcooleiro, e as transformações espaciais, no tempo presente, subsidiam a discussão que se aproxima, para a devida compreensão do objeto da análise. Discutimos sobre os elos entre a formação do território, o setor sucroalcooleiro e o Estado, e as transformações nos espaços rurais, periurbano e urbano.

Nesse capítulo, abordaremos as experiências das mulheres enquanto sujeitos políticos e de direitos no território, com as lentes da interseccionalidade. No percurso da análise investigaremos, com análise das entrevistas, as experiências de mulheres que trabalham no setor sucroalcooleiro, sendo trabalhadoras permanentes ou temporárias, e, de agricultoras, assentadas da reforma agrária *fornecedoras de cana*. Através da cartografia social, experiências de mulheres presentes e ausentes no território.

4.1 As experiências sociais das mulheres negras como um objeto de análise na Zona Canavieira de Pernambuco

Experiência social é um conceito que foi sendo discutido à medida que as áreas do conhecimento foram se apropriando dele. Na psicologia a experiência passa pelo corpo como um saber inconsciente (MELO E SOUSA, 2005; COSTA, 2008). Na sociologia, o conceito aparece para compreensão da subjetivação, cultura e relações de poder (WAUTINER, 2003).

Para Scott (1999, p.29), “A “experiência” é um dos fundamentos que têm sido reintroduzidos à escrita histórica no despertar da crítica ao empirismo; diferentemente de “fato bruto” ou “simples realidade”, suas conotações são mais variadas e indefiníveis”. Nas diferentes correntes feministas que examinamos (feminismo negro, feminismo materialista, feminismo pós-colonialista e feminismo descolonial) a experiência aparece como categoria para situar desigualdades entre homens e mulheres e entre as mulheres, em todos os espaços estruturais. Assim, a experiência é conclamada para perceber identidades, posições, e relações de poder.

Quando nos referimos às experiências das mulheres, concordamos com Cardoso (2012, p. 67), “A investigação feminista, ao documentar a vida das mulheres e suas

experiências, os estereótipos, os preconceitos e as ideologias gerados por eixos de dominação podem ser desvelados [...]”.

Para investigar as experiências das mulheres é preciso, inicialmente, identificar que existem diferenças sexuais. Tomamos a diferença sexual como um critério de identidade e identificação dos indivíduos nos espaços estruturais que compõe as relações sociais (SANTOS, 2000). São seis os espaços estruturais definidos pelo sociólogo português, Sousa Santos: o espaço doméstico, espaço da produção, espaço de mercado, espaço da comunidade, espaço da cidadania e espaço mundial.

Nessa argumentação, que analiticamente enfatiza as questões do poder, do direito e do conhecimento de forma conjunta⁶⁸, os espaços estruturais são caracterizados como matriz das múltiplas dimensões das desigualdades e opressões, mas também das lutas sociais (SANTOS, 2000).

Recorremos a Santos (2000), mais uma vez, para explicar duas questões que serão aprofundadas e discutidas nos próximos itens. Primeiro, a distinção e a autonomia dos espaços estruturais são consequências da formação sócio-histórica do território. Sendo assim, na Zona Canavieira, as distinções entre os espaços e o modo como as relações de poder se organizam nela são intrincadas em processos que analisamos nos capítulos anteriores. Dito de outra forma: é preciso manter a atenção nas relações de poder, analisadas na discussão sobre a divisão de terras, expulsões e expropriações, escravidão, concentração fundiária e transformações urbanas e periurbanas que lhes são contemporâneas, para identificar como se processam as opressões nos espaços, e quando e como se cruzam.

Segundo, o sexo, ou ainda a construção do sexo, é um princípio organizador das ações individuais e coletivas, e critério de identidade, que pode se combinar com outros princípios em todos os espaços estruturais, sendo por isso, dotado de complexidade. Na investigação que empreenderemos nesse capítulo, vamos perceber que sexo, gênero, classe, “raça” e idade se combinam, fazendo com que o espaço doméstico, o espaço da comunidade e o espaço da produção se cruzem na perpetuação das desigualdades e opressões, mas também de lutas e resistências de mulheres nesse território.

“O espaço doméstico é o conjunto de relações sociais de produção e reprodução da domesticidade e do parentesco [...]” (SANTOS, 2000, p. 277). O espaço da comunidade é constituído por relações sociais da produção e reprodução de territórios físicos e simbólicos e

⁶⁸ Segundo Freitas (2010, p. 141) ao juntar analiticamente poder, conhecimento e ciência fica aberta a possibilidade de elaboração de críticas, “tanto ao voluntarismo quanto ao conformismo”, ambos relacionados às práticas locais para a questão do seu estudo, qual seja a promoção da saúde.

identidades, sendo as práticas sociais de etnicidade, raça, nação, povo e religião, orientadas pela forma epistemológica da tradição, do conhecimento local e cultura da comunidade. Por fim, é no o espaço da produção que a dinâmica de desenvolvimento alinha a maximização do lucro a maximização da degradação da natureza, de modo que,

O espaço da produção é o conjunto de relações sociais desenvolvidas em torno da produção de valores de troca econômicos e de processos de trabalho, de relações de produção em sentido amplo (entre os produtores directos e os que se apropriam da mais-valia, e entre ambos e a natureza) e de relações na produção (entre trabalhadores e gestores, e entre os próprios trabalhadores). (SANTOS, 2000, p. 278).

Essa orientação teórica sustenta por sua vez o recurso metodológico e a orientação geopolítica que tomamos. Quando optamos pela interseccionalidade, oriunda das teorias feministas, concordamos inicialmente, que a mesma rompia com a lógica cartesiana, de que as ciências devem estar separadas e desagregadas e utilizando-se cada uma de seus próprios termos.

No segundo momento, identificamos que o fato da interseccionalidade estar dentro do campo das epistemologias feministas permitia avanços e continuidades em seu uso, em trabalhos de diferentes áreas de produção do conhecimento, em que *sujeitos* da pesquisa se reconhecem como mulheres. Ao analisar o sistema carcerário em São Paulo, com o uso da interseccionalidade, Alves (2017, p. 117) concluiu que, “Ser negra, pobre e mulher são fatores decisivos que influenciam as decisões judiciais na aplicação da lei penal e no encarceramento em massa”.

Já Pereira, Antunes e Gurgel (2019) constataram que as relações sociais de classe, raça e gênero produzem vulnerabilidades sociais, que são por sua vez, determinantes no processo de saúde de mulheres negras quilombolas. Para Crenshaw (2017) a interseccionalidade é dotada de plasticidade que garante sair da intersecção entre “raça” e gênero, para mapear questões como classe, orientação sexual e idade. Não à toa, a interseccionalidade aparece para as estudiosas e teóricas feministas como uma metodologia de superação das generalizações universalistas (AKOTIRENE, 2018; CRENSHAW, 2002; 2017).

As generalizações, baseadas numa suposta universalidade das relações entre os sexos, tem suas análises da realidade marcadas pela distinção das classes, em que o trabalho sob o capitalismo continua como central para o debate. Desse centro irradia as investigações sobre a realidade, como se houvesse um somatório de opressões, e formas de dominação.

Na nossa compreensão, os usos das generalizações para analisar as experiências das mulheres negras correm o risco de cair em duas armadilhas. A primeira de desprezar a dimensão da intersubjetividade e das experiências no território, que leva até a segunda armadilha, a da análise binária dos sexos e dos gêneros, que joga no racismo a responsabilidade das opressões e supõe que homens e mulheres negras vivem as experiências da mesma forma num determinado espaço e tempo.

A superação de dualidades e de análises binárias alimenta as construções teóricas feministas de negação da ordem e da estabilidade dos fenômenos. Ao mesmo tempo as metodologias propostas tem um desafio: o de analisar nas relações sociais, divisões e desigualdades, que se construíram a partir das diferenças sexuais construídas pelo colonizador diante de pessoas negras e indígenas, e a construção dos gêneros. Ao definir e denominar os corpos, o colonizador, homem, branco e heterossexual, definiu o sexo e o gênero das populações colonizadas (LUGONES, 2014).

Ao analisar a experiência comum de discriminação sexual entre as mulheres, nas colônias inglesas e hispânicas, Federici, (2017, p. 219) constatou que, “Assim como a discriminação estabelecida pela “raça”, a discriminação sexual era mais que uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram da Europa com suas lanças e cavalos”. A autora analisa que, antes da abolição do tráfico de pessoas para escravização, nas colônias hispânicas, homens e mulheres estavam submetidos ao mesmo grau de exploração do trabalho, mantendo-se o tratamento desigual fora do universo do trabalho agrícola, haja vista que as mulheres estiveram expostas aos ataques sexuais.

Uma conclusão similar tem Davis (2016) sobre a escravidão das mulheres negras, nos Estados Unidos. A autora defende que mulheres foram desprovidas de gênero ao bel prazer dos senhores, para a exploração do trabalho nas lavouras. Em geral, nas Américas e no Caribe, segundo Lugones (2014, p. 936), a definição de machos e fêmeas sucedeu a dicotomia colonial entre o humano e não humano, “Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens”.

Na colônia portuguesa, em que os elementos da acumulação do capital se assentaram na destruição de modos de vida e na imposição de condições de trabalho, sob a escravidão, a discriminação sexual no trabalho forçado, alterou a forma como os povos originários e populações traficadas da África se relacionam com a natureza, e com seus corpos.

Nesse sentido, diante da formação social do território, o sexo e o gênero na Zona Canavieira foram criados sob a condução do poder dos colonizadores, dentro e fora das

relações de trabalho, inscrevendo também uma “raça”, as identificadas como negra, e a faixa etária preferencial, a das jovens.

Essa posição demarca o distanciamento do debate feminista materialista proposto por Kergoat (2010) e Hirata (2007), e de orientações feministas materialistas, marxistas ou não, que elegem o trabalho como o centro da elaboração teórica para as análises de relações de poder, expressas na categoria *relações sociais de sexo*. Para Kergoat (2010, p.99) existe, “[...] um imperativo materialista: essas relações — gênero, “raça”, classe — são relações de produção. Nelas, entrecruzam-se exploração, dominação e opressão”. Nesses termos, a autora compreende que,

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2010, p. 94).

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599),

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, admiti-se a universalidade de “princípios organizadores” da divisão sexual do trabalho, mesmo quando as autoras ainda reconhecem que “novas” formas de divisão emergem, haja vista a plasticidade do conceito. Na via oposta, a interseccionalidade proposta aqui serve, como uma ferramenta para identificar as intersecções entre as experiências sociais de corpos racializados, dentro e fora do espaço da produção na Zona Canavieira de Pernambuco, concordando com a proposição de Akotirene (2018, p. 23) de que “iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em frequências e intensidades análogas”.

4.2 A discriminação sexual na Zona Canavieira de Pernambuco: o sexo e o gênero dos corpos nos engenhos

Como já analisamos nesse estudo a divisão de terras em engenhos de açúcar foi a mais significativa da Zona Canavieira. Inclusive, as transformações dos espaços rurais, com a criação de assentamentos de reforma agrária não os eliminaram por completo do território, haja vista que são propriedades rurais utilizadas como armazéns ou centros logísticos, e que não se constitui como finalidade dos projetos de assentamento a destituição dessa unidade territorial em si, nem da lógica que a criou. Além disso, em muitos PAs (mapas 3-7) foi preservado, oficialmente, o nome da unidade territorial que se refere à produção sucroalcooleira, e a população continua utilizando os nomes de antigos engenhos, inclusive em bairros no periurbano e urbano.

Sobre o trabalho no monocultivo sucroalcooleiro, e as relações de trabalho nos engenhos de Pernambuco, o registro de Andrade (1974), comprova a impossibilidade de generalizar os efeitos da colonização e da escravidão, sobre a exploração de diferentes corpos de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em Pernambuco, o autor analisa a função da escrava *amarradora*, que acompanhava o escravo na que colhia a cana, numa função auxiliar e complementar, para os sujeitos identificados como mulheres negras.

Pinho (1982) sinalizou presença de mulheres negras escravizadas ao pé da moenda, para carregar o bagaço, ou seja, atuando no trabalho industrial. Assim, a diferenciação sexual do trabalho, nos canaviais e nos engenhos, comportavam em si elementos do escravismo e da lógica colonial, voltada para a acumulação de capital, combinando violências e exploração da força de trabalho sob a rígida separação de tarefas, entre quem o colonizador definia como homem e mulher, numa demarcação dos corpos, sob a forma binária.

A partir da identificação dos sexos e a criação do gênero colonizados, nos engenhos de açúcar as diferenciações e discriminações sexuais tornaram possíveis uma divisão de tarefas e, portanto, uma divisão colonial e colonizada, que perdurou no escravismo, e que funda uma condição de trabalho desigual para as mulheres negras⁶⁹. Segundo Davis (2016[1981]) persistem mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas.

Ao examinar o trabalho compulsório de mulheres escravizadas nas lavouras nos Estados Unidos da América, Davis (2016, p. 17) afirmou que,

⁶⁹ É uma condição distinta daquela que analisamos no item anterior, quando Federeci (2017) se refere ao mesmo grau de exploração do trabalho entre escravos e escravas, nas colônias hispânicas.

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas.

O exame das referências sobre o trabalho das mulheres nos canaviais permite analisar que as condições de trabalho e de vida das mulheres escravizadas nos engenhos eram similares as dos homens, e extensiva às crianças e pessoas mais velhas. Contudo, além da violência sexual, a que se refere Davis (2016), as mulheres negras escravizadas nas Américas estiveram impedidas de *maternar* filhos e filhas, apartados delas e traficados.

Entre as mulheres negras na Zona Canavieira de Pernambuco, o trabalho fora dos canaviais e engenhos foi examinado por Carvalho (2003). Ao examinar a primeira metade do século XIX, o autor (2003, p. 42) notou que “[...] a possibilidade de encontrar trabalho doméstico nos sobrados urbanos atraía a população feminina livre e liberta que morava nas propriedades rurais adjacentes ao Recife”. Segundo ele havia uma diferenciação entre a mulher livre que precisava vender seus serviços nos espaços urbanos e a mulher escrava,

Entre as tarefas das amas estava fazer as compras da casa, buscar água, e até levar meninos e meninas às aulas. Havia escravas treinadas para estas funções, permitindo a permanência da sinhá no lar, fosse por escolha própria ou pelas imposições patriarcais que limitavam o acesso das mulheres honradas à rua. No espaço público, a pessoa estava exposta ao risco de roubo, assédio sexual, algazarras e tudo que em nada convinha às noções de honra oitocentistas (CARVALHO, 2003, p. 47).

De outra feita, a saída dos engenhos para o urbano da cidade de Recife, pode revelar a resistência aos códigos de honra atados à necessidade de sobreviver, mas de também disputar um modo de vida urbano, sendo mulher negra. Silva (2018) registrou que no período oitocentista as mulheres vendiam de tudo pelas ruas, cais, pontes e praças da capital, circulando como clientes e consumidoras de produtos.

Quando Dabat (2003) analisou o trabalho de meninas e mulheres nos engenhos, durante a morada referiu-se ao ato de os homens da família “evitar levar” as meninas para o trabalho no canavial, também retoma a percepção de que o trabalho no roçado era considerado “mais decente”. Não raros, os ataques e estupros contra as mulheres negras na Zona Canavieira são motivo de desonra para o grupo familiar.

Nos séculos XIX e XX, o surgimento de usinas de açúcar e álcool no território representa uma separação importante⁷⁰, capaz de reforçar a discriminação sexual e a divisão sexual do trabalho: a separação entre o trabalho rural e o trabalho industrial⁷¹. Com a necessidade de pagamento de salários nas unidades industriais, as mulheres foram expulsas do processo industrial, reservando-se ao trabalho nas plantações e no espaço doméstico da casa, que inclui o roçado, e por isso, a possibilidade de alimentar-se.

Nos engenhos, paulatinamente substituídos por usinas de açúcar, o assalariamento ficava cada dia mais distante das mulheres negras, mesmo que seu trabalho, somado ao trabalho de crianças, fosse uma constante nos canaviais, quase sempre figurando como “a ajuda”. A expulsão de mulheres das fábricas foi um fenômeno vivenciado pelas mulheres inglesas durante a Revolução Industrial, na Europa, e que criou nos termos de Federici (2018) o patriarcado do salário. Federici (2018) analisou que, entre o final do século XIX e início do século XX, nas fábricas inglesas, as mulheres trabalhadoras foram expulsas e enviadas para o trabalho doméstico, passando a depender do salário dos homens, assim,

[...] a través del salario se crea un nueva jerarquía, una nueva organización de la desigualdade: el varón tiene el poder del salario y se convierte en el supervisor del trabajo no pagado del mujer. Y tiene tambien el poder disciplinar. Esta organización del trabajo y del salario, que divide la familia en dos partes, una asalariada y otra no asalariada, crea una situación donde la violencia está siempre latente. (FEDERICI, 2018, p. 13).

A explanação de Federici (2017) convém para compreensão da generalização da dona de casa, como uma ocorrência do século XIX, entre a classe proletária urbano-industrial, mediante a possibilidade de salários maiores para os homens, que deveriam ser capazes de sustentar esposas “não proletárias”. Decorre daí a divisão sexual do trabalho enquanto dado de realidade e categoria de análise para as mulheres trabalhadoras, na Europa.

Para Davis (2016, p. 230), “À medida que a industrialização avançava [nos Estados Unidos], transferindo a produção econômica da casa para a fábrica, a importância do trabalho doméstico para às mulheres passou por um desgaste sistemático”. Os artigos e utensílios fabricados por mulheres brancas e negras passaram a ser produzidos nas fábricas. Davis (2016) retoma o fato de que foram as mulheres as pioneiras na manipulação do tear a vapor, e que a exclusão delas das fábricas é uma ironia da história econômica do país⁷².

⁷⁰ Sobre o surgimento das usinas e o que elas representam nesse território, ver capítulo 1.

⁷¹ O surgimento das usinas foi analisado no capítulo 2.

⁷² Uma investigação sobre o trabalho industrial das mulheres nas fábricas de tecidos do Nordeste brasileiro e a interface deste com as usinas de açúcar escapa aos objetivos dessa dissertação. Contudo, gostaríamos de registrar que os bairros erguidos pelas fábricas contavam com escolas para as crianças, de modo que as mulheres,

Na Zona Canavieira de Pernambuco, com a “reserva” do trabalho agrícola para as mulheres negras, impedidas de trabalhar dentro da usina⁷³, a figura da “dona de casa”, como único e exclusivo trabalho das mulheres é estranha, não se materializa, ou ainda é inexistente em alguns engenhos. O trabalho agrícola somado e combinado ao trabalho doméstico, articulado ao impedimento do trabalho industrial compõe a experiência das mulheres negras pobres na Zona Canavieira de Pernambuco. Assume nesse território, a divisão sexual do trabalho particularidades, requerendo por sua vez, o aprofundamento da discussão sobre as metodologias e do conhecimento teórico sobre as questões de sexo e de gênero que foram produzidas até agora.

Nos engenhos⁷⁴, a possibilidade da roça tinha, desde “a morada” e a meação do século XX, relação com a propriedade privada da terra, mas também para os homens, a existência de uma esposa e de filhos disponíveis para realizar o *trabalho não pago*. Segundo Dabat (2005, p. 169),

Imbricado com as tarefas domésticas nas ocupações de todos os membros da família, grandes e pequenos, o sítio e/ou o roçado era facilmente considerado um espaço de preponderância feminina, bem como um lugar de aprendizagem agrícola para todos os filhos e filhas da família.

A roça como um trabalho não pago evidencia o papel do trabalho da mulher para manutenção da vida cotidiana de um grupo familiar, com “classe social” e “raça” específicos, (uma família negra trabalhadora rural). Quando combinada com o assalariamento de mulheres negras nas plantações era praticado, para tarefas específicas, a roça ou o canavial podem tornar-se a dupla ou trilha jornada de trabalho, sem se sobrepor. Ambos os espaços e trabalhos tem importância para sobrevivência da família.

Com o avanço das legislações trabalhistas e da sindicalização⁷⁵, o assalariamento de mulheres nos canaviais revelava que mesmo sem a roça, o salário as manteve na condição de “vendedoras” da força de trabalho, sem verificar-se a exclusividade da dedicação ao trabalho doméstico *não remunerado*. O deslocamento da “ajuda” para o “salário” das mulheres, no trabalho agrícola foi assim, espelhado na discriminação colonial, e a sua perenidade continuou

liberadas do cuidado como tarefa exclusiva delas mesmas, pudessem trabalhar dentro da fábrica. Sobre o trabalho das mulheres em fábricas de fiação e tecelagens em São Paulo, sugerimos a consulta a Del Priore (2020) no capítulo “*Operárias e trabalhadoras*”.

⁷³É uma referência as mulheres com baixa escolaridade, haja vista que atualmente nos escritórios e setores que exigem mais anos de escolaridade, com níveis de graduação, pós-graduação e pesquisas a presença de mulheres é registrada, apesar deste fenômeno ser pouco estudado.

⁷⁴ Aqui é importante recordar que o “engenho” representava a divisão territorial mais significativa da Zona Canavieira. A discussão do engenho como unidade territorial foi realizada no capítulo 1.

⁷⁵ A sindicalização entre as mulheres foi mencionada no capítulo 2.

articulada a formação sócio-histórica do território, as transformações socioespaciais e desigualdades sociais.

Os limites da divisão de tarefas sob a mediação do salário, na exploração do trabalho pago, passam pela demarcação de um corpo, como um corpo a ser explorado para o trabalho assalariado. Nesse trabalho agrícola, as tarefas de plantio, adubação, capinagem e outras em que a utilização de mãos, braços, pernas e de força física, instrumentos rudimentares de trabalho, como a enxada, facas e facões, baldes e sacos⁷⁶, incluindo ou não equipamentos de proteção individual, são considerados por trabalhadoras e trabalhadores como “trabalho de mulher”.

O assalariamento nos engenhos, pelas usinas de Pernambuco preservou a ajuda como uma condição para o trabalho das mulheres. Quando analisamos as condições de trabalho das mulheres nos canaviais na Zona da Mata Sul de Pernambuco (SOUTO, 2013), no Trabalho de Conclusão de Curso realizado no município de Escada, registramos a discriminação de tarefas e a implicação em salários mais baixos pagos as mulheres.

As mulheres definiam como sendo “trabalho de mulher” *semeá, adubá e tratá da cana*, e de acordo com a tabela de tarefas a remuneração é inferior ao corte, e outras tarefas que eram definidas como “trabalho dos homens”. A velada proibição de algumas tarefas para as mulheres, revelada na presença de um “trabalho de mulher” por vezes era encarado como uma proteção às mulheres, contra violências físicas e sexuais.

Contraditoriamente, inexistente a proteção às mulheres às condições de trabalho degradantes⁷⁷, que são aquelas nas quais a atividade laboral se realiza em local insalubre, sem equipamentos de proteção e mediante descaso. No momento da construção do referido estudo identificamos mulheres que aceitavam o trabalho nas tarefas de aplicação dos agrotóxicos para aumentar a renda da família. A participação delas na aplicação e manuseio das substâncias não foi, historicamente, questionada entre trabalhadores e trabalhadoras. Bezerra (2012) identificou a exposição ao “veneno” em 15, das 15 entrevistadas que trabalharam no monocultivo sucroalcooleiro, nos anos 1970 e 1980,

Expostas ao “veneno”, crianças de todas as idades e mulheres em idade de reprodução ou até mesmo grávidas, manuseavam as substâncias tóxicas sem qualquer orientação de utilização dos produtos ou equipamentos mínimos de

⁷⁶ Instrumentos que compõem, também até a escrita dessa dissertação, as condições de trabalho das mulheres no da Zona Canavieira de Pernambuco.

⁷⁷ Em decisão recente sobre o assunto, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região afirmou que, as condições degradantes são suficientes para qualificar a exploração do trabalho como análogo a escravidão. A decisão está embasada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003.

segurança. Quando as circunstâncias eram favoráveis, as trabalhadoras mais conscientes sobre os efeitos nocivos dos produtos para a saúde, usavam as próprias roupas para minimizar o contato direto com os produtos (Bezerra, 2012, p. 80).

Por oportuno retomo o estudo monográfico de 2013 e analiso que a exposição aos agrotóxicos ocorria por pelo menos duas razões imediatas (SOUTO, 2013). A primeira, de que as “tarefas de mulher” excluíram mulheres negras de tarefas com remuneração mais elevada – corte de cana, manuseio e operação de máquinas e implementos agrícolas –, e inclui a possibilidade de exploração do trabalho das mulheres no espaço doméstico durante o ano inteiro, sem interferência da sazonalidade própria do setor, e sem remuneração⁷⁸.

E a segunda, de que persistem desconhecimentos por parte de trabalhadores e trabalhadoras sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana, somados a irresponsabilidade dos empregadores (que se apoiam nas faltas de fiscalização e de punições, mascaradas pelas relações de poder que o setor sucroalcooleiro possui historicamente, para continuar cometendo crimes ambientais e contaminando populações expostas aos agrotóxicos utilizados no monocultivo sucroalcooleiro).

Em visita realizada em agosto de 2019, nos canaviais da usina Trapiche, as mulheres e homens que trabalhavam na adubação reclamavam da exposição ao “pó do gesso” que era manipulado. Além do pó, o peso do saco, carregado pela área do cultivo, exigia muito esforço físico. Apesar de homens e mulheres trabalharem juntos no lote, na divisão das tarefas, cabia as mulheres a função de aplicar o gesso. A aplicação do gesso agrícola na cana-de-açúcar serve ao fornecimento de cálcio à planta, e em geral melhora a fertilidade e aumento de raízes (ROSSETTO, SANTIAGO, *on-line*).

No cuidado secular com o solo e as plantas verificamos alterações em tarefas específicas quando as mulheres são assalariadas pelas usinas. O transcender da tarefa de mulher, nesse século XXI, está associado às transformações no território.

⁷⁸ Referimos-nos ao trabalho doméstico não *pago*, ou a ausência de salário para o trabalho doméstico. Enquanto perspectiva política revolucionária Federeci (2019) assim defini esse trabalho não pago: “Essa fraude que se esconde sob o nome de amor e casamento afeta a todas nós, até mesmo se não somos casadas, porque uma vez que o trabalho doméstico é totalmente naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, todas nós como mulheres somos caracterizadas por ele”.

Imagem 15 – Lote de plantio de cana-de-açúcar em Sirinhaém



Fonte: Aline Souto (2019)

A redução do número de mulheres para o trabalho da “limpa manual” do canavial está relacionada à mecanização e ao uso de agrotóxicos. Para as mulheres a pulverização mecanizada de agrotóxicos é o fim da “limpa” da cana, ou da tarefa de trata⁷⁹. Conforme analisou Benevides (2010), no caso da usina Trapiche o uso de agrotóxicos reduz o custo da produção.

A relação entre a instalação de empreendimentos no Território Estratégico de Suape e o trabalho nos canaviais para as mulheres, é revelada e reafirmada na fala da trabalhadora assalariada, que reside do município de Sirinhaém.

A oportunidade das mulhere era adubá, era né plantio, mas teve um ano que o pessoal correu muito pas firma, os homi, aí dero oportunidade as mulhere, (pausa) oxe, tinha pra mais de duzentas mulheres trabalhano na bituca. (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

A “bituca” é uma tarefa temporária da colheita. As mulheres “bituqueiras” recolhem, “catam do chão” a cana queimada e cortada que o trator não conseguiu apanhar. O trabalho

⁷⁹ “Não existe mais o trabaio na limpa da cana” (Dona Ita, em grupo no dia 17 de agosto de 2019). A memória da trabalhadora rural foi registrada no caderno de campo da autora da dissertação. A fala foi proferida durante o primeiro encontro da cartografia social em Tejucupapo.

exige movimentos repetidos e esforço físico, sobre o qual as mulheres percebem não ter diferenciação do esforço exigido em quaisquer outras tarefas,

[...] quando chega ali dentro a gente trabalha igual um homi, não tem diferença nenhuma, de você pega um fecho de cana, butá nas costas, [pausa] 1, 2 fecho de cana, ah vou pegar 3 fecho de cana e buta nas costas, você levanta apulso, mas é igual o serviço do homi, não tem diferença... Ou trabalha ou num ganha. Por conta disso, rola Justiça, rola discussão, rola discordia dento do serviço (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

A equiparação do esforço físico é possível entre trabalhadores e trabalhadoras que utilizam seus próprios corpos para o desempenho das tarefas. Contudo, a “bituca” continua sendo percebida como uma tarefa de ajudante, por ser sempre realizada em dupla com um homem, como contou Maria:

Todos são homens [nas máquinas] porém alguns com preconceito. quando escolhe. Quando gente começa no primeiro dia, aí cada um quer escolher seus bituqueiro, pra ficá trabalhando aqueles cinco meses né? quando vai pra noite ele leva o bituqueiro, quando volta ele traz, e assim vai, aí, só que quando é mulher, alguns deles são legais, outros, tem preconceito. A mulher trabalha muito devagar. ... Eu num gosto, eu num quero, e as vezes pelo chefe dizer assim aqui você num tá pra escolher não, você tá pra trabalha, trabalhe, você faz sua parte, ela faz a dela, se a gente vê que tá mal feito, a gente manda ela voltá pra traz e fazê de novo (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

Contraditoriamente, o “transcender da tarefa de mulher” continua limitado, “racializado”, colonizado. A perenidade da discriminação sexual fica evidente na ausência de serviços mecanizados realizados por mulheres. É uma contradição que tende a se aprofundar e gerar muitas intersecções, entre as opressões, para a apropriação do trabalho das mulheres no espaço produção, à medida que a mecanização é uma estratégia contemporânea à produção de sucroenergia no território⁸⁰.

As “firma” referidas por Maria são empresas consorciadas, do setor de construção civil que se instalaram pelos municípios da Zona Canaveira, para construção da Refinaria Abreu e Lima, e outras obras em infraestrutura pelo território (Duplicação da Rodovia Mário Covas – BR 101, habitacionais e outras obras em saneamento incentivadas pelo PAC). As obras geraram empregos formais, mas quando finalizadas os desempregados retornaram as usinas⁸¹.

⁸⁰ Nos referimos ao avanço da mecanização no monocultivo sucroalcooleiro no capítulo 1 dessa dissertação.

⁸¹ Sobre o assunto, o Jornal do Commercio publicou, em 15 de novembro de 2015, “Suape foi um sonho”. Na matéria um homem jovem (soldador) conta do trabalho numa usina no município de Joaquim Nabuco, como a

O momento de desemprego entre os homens e a redução das oportunidades para as mulheres no período da colheita da cana-de-açúcar, é percebido pelas entrevistadas como uma consequência do ato das mulheres abandonarem os empregos, e estes passaram novamente para homens. Segundo elas,

[...] muitas não soubero valoriza o serviço, aí né foi ficando, foi ficano, aí foi diminuino, (pausa) a chegá ao ponto de ter somente vinte mulher trabalhano, em cada uma frente, às vezes é duas, três, a frente que eu trabalho, só trabalha 4 mulher. (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

Em conversas informais, durante visita no lote de cana⁸², a liderança sindical relatou, que depois de algumas safras fazendo “trabalho de home”, as mulheres começaram a recusar o trabalho noturno. Identificamos que, a recusa, guarda com as devidas proporções uma autopreservação contra a violência sexual, que continua sendo um assunto do rol dos que não se fala publicamente, ou pelo menos dentro das áreas das usinas de açúcar ou nos lotes de cana.

As violências contra as mulheres e explorações de trabalho são tratadas no âmbito do Estado, a quem as entrevistadas se referem como *Justiça*. Essa mediação estatal, por direitos trabalhistas e sociais pode, no entanto, impedir a continuidade do trabalho, gerar interrupções do contrato ou obrigar a saída da moradia, para as famílias que residem em áreas e moradias das usinas.

Entre as mulheres que continuam trabalhando nos canaviais, de forma sazonal ou fixa, o assalariamento “*pela usina*” é a penúltima alternativa para sustentar a família.

[...] por ato do destino, tinha uma colega minha, que estava também passando pela *merma* dificuldade; e a mãe dela tava muito doente ela não tinha para onde correr porque não tinha dinheiro para ela comprar nada ela já tinha me pedido *dois real* para comprar de pão. Eu disse: oh minha fia, eu também num tenho não. Ela disse, *óia* tão dizendo aí que na Usina tão *pegano* carteira para gente, pras mulé trabalhar, tu tem coragem? Eu disse: tenho. Tu num tem vergonha não? [...] Mas foi a necessidade que me deu essa coragem de ir pra Usina Trapiche, porque se não fosse isso (*balança a cabeça com negação*) (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

Além de alternativa e oportunidade é um trabalho preterido em relação ao trabalho doméstico.

única oportunidade que teve de emprego formal depois de ter trabalhado em Suape. O fluxo temporário foi analisado no capítulo anterior quando analisamos as transformações urbanas.

⁸² Visita exploratória com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sirinhaém, realizada em 08 de agosto de 2019.

[...] é um serviço braçal, é um serviço apropriado pra homi, que nem pra homi é bom. [...] eu prefiro a área rural de que trabalhar de empregada doméstica, porque é um serviço muito humilhante. E oitenta é um serviço que eles, os patrão não valoriza o seu trabalho, e na área do campo você tem o direito como qualquer empresa, é uma empresa, é um serviço duro. [...] Eu me sinto realizada (Ana, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

A usina de açúcar como a única empresa capaz de gerar um emprego formal, com salário mínimo, para que as mulheres garantam a alimentação da família, revela uma conhecida justificativa para o trabalho no canavial. De outra feita revela a importância que o acesso à terra, e os programas e políticas intersetoriais de assistência social e segurança alimentar continuam tendo para o enfrentamento da fome no território.

A gente trabalha por precisá, [...] quando você chega em casa, você num sabe se quer comer, ou se quer dormir. [...] é um serviço cansativo, mas é um serviço que você se realiza, de você saber, vou trabalhar e vou receber, vou ter um pouco da minha independência, porque isso é uma independência pra mulher. (Ana, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

O assalariamento como suposta solução para a alimentação insuficiente e a fome no território pode ser contraposta a degradação ambiental, e as expulsões e expropriações praticadas pelas usinas em todo o território. No município de Sirinhaém a mesma unidade sucroalcooleira que “gera empregos e renda” com a exploração do trabalho assalariado, realizou expulsões em ilhas do estuário do rio Sirinháem, e todas as famílias foram proibidas do acesso às áreas, provocando o fim da pesca artesanal, como investigou Silva Jr. (2011).

Em Tejucupapo, os relatos de desaparecimento de espécies e de conflitos territoriais, na área da Reserva Extrativista Acaú-Goiana inclui a pulverização de agrotóxicos e a “cerca de madeira e arame farpado” para impedir a entrada na área que servia para pesca e como porto de embarque de canoas utilizadas por moradores, como identificado em visita a área⁸³. A complementação da alimentação pela pesca realizada por mulheres foi relatada por Silva (2006). Segundo a autora as mulheres pescavam duas vezes ao dia, para conseguir renda com a comercialização das espécies, porém no momento da realização de entrevistas, o desaparecimento do siri representava uma perda de diversidade e da quantidade de pescados.

A pesca artesanal, e as práticas coletoras de pescadeiras e marisqueiras, são afetadas diretamente, pelo monocultivo sucroalcooleiro pelo descarte de resíduos industriais. O volume de chuva no território garante água para a plantação, contudo, Benevides (2010, p. 80)

⁸³ A visita foi realizada em 05 de outubro para compor a coleta de dados da pesquisa “Diagnóstico participativo da contaminação ambiental no cultivo da cana-de-açúcar e indicadores de efeito precoces sobre a saúde”, coordenado pela Pesquisadora da Fiocruz, Doutora em Saúde Pública, Aline do Monte Gurgel, e da qual sou integrante.

registrou que, “Embora muitas usinas não necessitem de irrigação direta, a retro alimentação é utilizada amplamente para a destinação da vinhaça [...] que é tradicionalmente tratado como efluente e despejado em rios, riachos e lagos ou absolvido pelos lençóis freáticos”.

Além de destruir uma forma de prover alimentação, a desaparecimento da pesca artesanal destrói o saber ancestral sobre as águas e espécies do sistema costeiro-marinho. Também é desfeito o rito coletivo que envolve o ato de pescar ou de catar marisco. A atividade e os saberes praticados coletivamente e compartilhados são opostos e oferecem resistência a exploração do trabalho individual, com a mediação do salário. Tanto a proibição da pesca, dada pela negação do acesso as propriedades fundiárias que cercam rios e áreas públicas, como o desaparecimento de espécies podem comprometer a disponibilidade de alimentos, e produzir *fome*. Analisamos que essa pode ser, e é, a mesma fome que continua tornando o trabalho no monocultivo, entre engenhos e usinas de açúcar, uma forma para conseguir comer.

Maria recorda de como foi “parar” na usina de açúcar para pedir, emprego junto com outra mulher, sua amiga.

Bora pra Usina? Ela disse: bora. Nesse dia, a gente chegou na Usina nove hora da manhã. A gente saiu da Usina cinco hora da tarde, eu só me *assosseguei* quando falei com Seu Valdemar, que é o gerente. Aí quando eu falei com ele, eu cheguei lá com lágrimas nos olhos. Eu disse, olhe, quando eu sai da minha casa e não tinha da minha casa eu não tinha tomado copo de café, só um copo de água [e comi uma maça, quando passei eu uma vi uma menina comeno, ela foi disse, tu quer? eu disse: quero, foi tudo que eu cheguei]. Ele disse: como é que é a história? Eu disse, sério Seu Valdemar, eu quero uma oportunidade. Mas você tá com o carteira limpa, você nunca trabalhou. Eu cum meus vinte e poucos anos. Aí eu disse: eu nunca trabalhei, mas pra gente ter uma oportunidade o *sinhô* tem que me ajudá. (*pausa*). [...] Uma incentivou a outra. (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

Verificamos durante o estudo que a última alternativa para as mulheres negras, na Zona Canavieira de Pernambuco é a prostituição. Em todos os espaços, do território, prostituir-se é uma forma de conseguir renda para prover necessidades básicas essenciais, que vão desde a alimentação até a moradia.

Eu disse: eu tenho vergonha de roubar e de me prostituir, apesar da necessidade que a gente tá *passano*. Eu ainda não vou ser mulher de me prostituir, eu vou arrumá dinheiro pra butá as coisa “dentidecasa”. (Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

A prostituição já foi associada à *rua* no Recife, nos anos de 1800, como analisou Carvalho (2003), de modo que para uma mulher trabalhar nos espaços urbanos equivalia a

prostituir-se, mas poderia também representar autonomia econômica. Para uma mulher negra, escravizada ou alforriada, fazer compras ou vender produtos numa feira teve o mesmo peso moral da prostituição.

Com o assalariamento, a condição transitória e temporária do trabalho nos canaviais, a quem se recorre somente em extrema necessidade é também aplicada à prostituição. Guardadas as proporções entre as formas de trabalho, o trânsito entre o canavial e a prostituição revela a falta de oportunidades em outros espaços de trabalho entre as mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco. A entrevistada Maria se refere à oportunidade no canavial como a única que teve para si. Também recordou que sua amiga não teve a mesma oportunidade em safras consecutivas a sua contratação na usina de açúcar, porque precisou se prostituir, como ela explicou “caiu *nim lábia*”.

A prostituição é identificada ainda como “o proibido”, para a agricultora, algo que não pode ser exercitado livremente sob o julgo de exclusão do grupo familiar heterossexual a qual integra.

... quando da uma folguinha eu vou tomar cachaça, [...] beber e raparigar (risos) [...] se eu pudesse butar um cabaret eu butava. (risos). (Amara, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

“*Butar um cabaret*”, e a prática da prostituição podem ser sinônimos na Zona Canavieira, mas refere-se também a criar um estabelecimento em que as mulheres oferecem serviços sexuais, vendendo-os. A prostituição referida por trabalhadoras assalariadas ou agricultoras no território é similar àquela caracterizada pela autora materialista Colette Guillaumin, (2014, p. 39):

A prostituição caracteriza-se pelo fato de que a prática do sexo é, por um lado, remunerada em quantidade, e por outro lado, pelo fato de que esta remuneração corresponde a um tempo determinado, que pode ir de alguns minutos a alguns dias, e a atos codificados. O característico da prostituição é principalmente que o uso físico comprado é sexual e unicamente sexual [...].

Contudo, não só a relação de venda e a monetarização do uso sexual aproximam as formas e o conceito de prostituição utilizado pela autora na França, nos anos 1970, do que estamos investigando sobre as experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco. O fato de a prostituição aparecer em oposição ao casamento, ou das duas formas do *uso físico sexual* não serem praticadas pela mesma mulher, quando uma relação exclui a outra, revelam elementos de controle sobre o corpo e práticas sexuais destinadas *ao corpo da mulher*.

Na perspectiva adotada por Guillaumin (2014) tanto o casamento como a prostituição encerram uma obrigação sexual, que se constitui como uma das formas de expressão concreta e material da apropriação das mulheres pelos homens, sendo a apropriação de sua força física e do corpo. Para além do aspecto material, e sem se desprender dele, seja como “estratégia última” ou impedimento, a prostituição aparece nas respostas às perguntas quando o assunto é o trabalho, revelando a importância do trabalho nos canais para construção de uma moralidade contida nele, e que acompanha as experiências das mulheres. O trabalho nas plantações, contido no *semeá*, *adubá*, *tratá* ou na *bituca*, são identificados e analisados como um trabalho digno e preferível às mulheres negras, em relação à prostituição.

Com as oportunidades marcadas pela intersecção de “raça”, gênero e classe, a autonomia, limitada é percebida e, leva a trabalhadora a definir o trabalho rural que realiza nos seguintes termos,

Trabalho é uma independência. [...] Criei duas filhas sem pai, e hoje eu sou realizada, eu me sinto uma mulher totalmente realizada, tenho muitos sonhos, muita vontade de crescer na vida, e pouca oportunidade, e ainda vou chegar lá... [risos]. (Ana, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

Os sonhos, mesmo que não relatados com detalhes, pertencem às expectativas sobre a vida e condições de trabalho. Quando se refere a *pouca oportunidade* revelam que os empreendimentos industriais que implicam no modo de vida urbano, exclui, ou continua excluindo as mulheres negras da formalização do trabalho *fora do canal*. O urbano que se esboça, e é construído nas tensões entre as relações de poder, é marcado por uma divisão sexual, racial e geracional no espaço da produção. Nesse sentido, o urbano tornou-se a arena de disputa por serviços e equipamentos sociais que garantam direitos sociais, para o existir, enquanto mulheres negras, mas também pelo direito ao trabalho.

A gente por ser mulher, quando chega em casa não encontra nada pronto, aí eu já venho cansada de lá, quando chega em casa ainda fazer cumê, pro outro dia, então fica difícil pra mim, então eu não pego, eu prefiro trabalhar em cima da hora, é. Eu num tenho pra falar desse serviço não. Até porque é a única oportunidade que a gente tem aqui *in* Sirinhaém. É a única mesmo. [...] eu só fiz até a 6ª série. [...](Maria, entrevista realizada 27 de junho de 2019).

O reconhecimento da limitação das oportunidades e tempo de escolaridade implicam nas relações de gênero de também de “raça”, e indicam a ausência de políticas públicas para a primeira infância, adolescentes, jovens e mulheres. O tempo para a realização do trabalho doméstico compete com a única oportunidade que se tem e o nível do cansaço e esforço

físico. Ao mesmo o tempo trabalhado dentro da casa é parte da construção material e imaterial das subjetividades e como explica Esmeraldo (2008) o tempo e espaço integram a lógica binária dos corpos sexuados, na construção de um saber fazer nas e para as mulheres.

4.3 O trabalho das mulheres negras nos assentamentos rurais de reforma agrária

Quando identificamos no capítulo 2 dessa dissertação as tensões e lutas sociais que antecedem a criação pelo poder estatal dos assentamentos de reforma agrária na Zona Canavieira apresentamos a condição de agricultora fornecedora de cana.

A participação das mulheres nas lutas para a criação dos assentamentos se constitui pela participação política e pela alteração dos destinos para romper o limite imposto pela tarefa, mesmo quando esses sujeitos continuam concentrando o trabalho doméstico não pago. O canavial dentro do assentamento de reforma agrária não é caracterizado pelo monocultivo conforme já identificamos, mas as relações de produção para as mulheres negras no cultivo da cultura são certamente de intersecções passíveis de uma análise, no sentido de verificar condições de trabalho e relações de gênero.

Em entrevista realizada com mulheres no assentamento rural, a *agricultora relata*:

Sempre eu trabalhei, comecei a trabalhar eu tinha, eu acho uns sete anos, trabalha mais meu pai e minha mãe, [...] minha mãe cortava cana e eu amarrava, [...] era aqui mesmo, eu vim morar aqui eu tinha três anos de idade, hoje eu to com quarenta e três anos. [...] na minha terra eu mesma quem aplico veneno, num pago a ninguém não. [...] tem serviço que eu num pago não, que faz sou eu mesmo. [...] Pesado é né? Agora que, (pausa) eu num me importo com isso não. (Amara, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

A agricultora que relata ter iniciado o trabalho na infância, para uma usina, atualmente inativa e conta de como aprendeu a tarefa de amarrar a cana, ajudando a mãe na colheita⁸⁴. O trabalho no canavial, tal qual o trabalho no espaço doméstico foi um aprendizado pelo “saber fazer de outras mulheres”, ou um aprendizado familiar, como explicamos no item anterior. Mas, a continuidade da vida no canavial revela também a reduzida possibilidade de

⁸⁴ Como já identificamos nesse estudo a colheita é o momento da produção em que a demanda por trabalhadores e trabalhadoras é maior. Com a mecanização a utilização de equipamentos e máquinas nas colheitas os empregos gerados foram reduzidos, mas defendemos que a redução da exploração do trabalho infantil nas plantações das usinas na Zona Canavieira de Pernambuco tem relação com o a ação estatal para a superação do trabalho infantil. Apesar disso, o trabalho infantil continua a ser um problema no território, um crime pouco ou quase nunca identificado pelo Estado. Nas safras, em muitos assentamentos de reforma agrária crianças e adolescentes participam da colheita manual da cana, implicando em evasão escolar e acidentes provocados por animais peçonhentos, cortes e mutilações por instrumentos utilizados no trabalho.

outros empregos ou formas de trabalho capaz de garantir renda suficiente para manutenção do grupo familiar.

Ao se referir aos anos decorridos no território, ela deixa escapar a ideia da posse da terra pela relação de uso que estabeleceu e estabelece. O local da entrevista, e que ela diz ter chegado em 1979, primeiro foi identificado como “o lugar de morar”, mas depois ela diz “minha terra”. A sequência dos fatos contados diz mais sobre o processo de transformação do espaço rural, e da conquista do direito à terra pelas mulheres do que sobre a ideia de propriedade individual em detrimento da posse coletiva, ou outras formas de acessar a terra. E mesmo se contasse sobre a propriedade individual soaria como um lugar de poder “disputado com as mesmas armas do *senhor de engenho*”. Mas, intercedemos pelo fato que não é, haja vista a mesma entrevista explicar que,

[...] na cana não é uma pessoa só que trabalha né? É muita gente, tem sulcador, tem semiadera, pra semiá cana, semiá, adubo, semiá calcário, tem pa cubri, [...] depois vem a pré-emergência [nomes dos agrotóxicos], é um ano e seis meses, um ano e sete meses que a primeira colheita, que é da primeira pranta. [...] sempre eu pago alguém pra fazer, eu trabalho, meu marido sempre me ajuda, mai ele num é de ta no trabalho não que ele num agüenta, [...] sempre é mais eu que cuido da parcela. (Amara, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

Na parcela que eu cuido, o cuidar da terra, é a representação do território como uma extensão da existência que se tem, da própria vida. Essa relação com a terra, como uma experiência da mulher negra, unifica espaço doméstico e espaço da produção como um todo que gera vida. Contudo, no mesmo discurso os agrotóxicos aparecem como um veículo para o cuidado.

A contradição entre o uso dos agrotóxicos e o cuidado aparece no discurso para revelar o interesse em reduzir os custos da produção e a sobrecarga de trabalho entre as mulheres. A agricultora reflete que “Se a gente não usar o veneno na cama, pra pagá, pra limpar vai gastar muito mais, não compensa não. Tem que passar o veneno” (Diana, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

A noção de redução dos custos se desmancha quando as mulheres começam a falar que a renda familiar precisa ser complementada com a criação de animais, o roçado e o trabalho não pago realizado para o cuidado da casa, mas também com os preços dos produtos utilizados na plantação,

[...] quando a gente compra o adubo e o veneno fica pouco. No adubo e veneno vai embora o dinheiro quase todo (Amara, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

A utilização dos agrotóxicos por mulheres negras quilombolas, em Pernambuco, foi referido por Pereira, Antunes e Gurgel (2019), no cultivo de hortaliças. Na Zona Canavieira a utilização de agrotóxicos na canavial foi aprendida com a usina de açúcar, e é reforçada pelo Banco que emprestou o dinheiro para aquisição das sementes e outros insumos, e que fornece um saber científico, escrito na receita do produto a ser aplicado na plantação, como a agricultora relata,

O projeto vem e já vem com veneno junto. O veneno já ali incluído. Pra tudo. Até pra gado, o veneno vem. Até pra criar gado você tem que plantar um hectare de cana, e ainda por cima tem que ter o veneno, por causa dos pastos, porque que queira que não, nos somos obrigado a usar, [pausa]. (Diana, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

Tal qual os usos dos agrotóxicos, a divisão das tarefas a que se refere a agricultora foi construída como resultado da especialização das funções no canavial⁸⁵. Ao relatar que existem muitas tarefas, o discurso indica que a idade da trabalhadora interfere na capacidade física para a execução do trabalho. Mas quando se refere ao que denomina como “serviço do homem, mostra força e se orgulha das conquistas, no processo produtivo da cana de açúcar,

Serviço que homi faz eu não tenho inveja de nenhum. (pausa) Nunca tive inveja de nenhum serviço que homi faz. Eu cavo sulco, [...] carregue caminhão, tudo eu faço, tudo isso eu já fiz, passo num fazer agora que to ficano veia, não to aguentano mais nada (risos). (Amara, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

Mesmo registrando a ampliação de tarefas ou a total socialização do trabalho no canavial, entre as fornecedoras de cana dos assentamentos de reforma agrária, a apropriação das máquinas pelos homens está naturalizada nos processos de trabalho na cana-de-açúcar. O trabalho das mulheres no canavial se encerra quando a cana-de-açúcar “entra no caminhão e segue pra Usina”.

A relação entre o trabalho realizado no canavial do assentamento de reforma agrária é diversa daquela que em períodos antecedentes, as mulheres e as crianças eram requisitadas, na condição de ajudantes dos homens em trabalhos agrícolas nos canaviais, sendo esse trabalho *não remunerado, e nem considerado trabalho, sob a qualificação de ajuda, e em que*

⁸⁵ A identificação das práticas e discursos sobre os agrotóxicos é fundamental para estruturação das ações de promoção da saúde no território.

o volume de trabalho de toda a família culminava no salário recebido pelo homem. A discriminação das tarefas era regulada no âmbito privado (no espaço doméstico, dentro do núcleo familiar, que considerava a necessidade de renda familiar e a proteção física e moral das mulheres) e público (por *donos de engenho* e gerentes de usinas, que consideravam a capacidade de esmagamento da fábrica e a produção), enquanto a remuneração envolvia entidades representativas de trabalhadores, patrões e o Estado.

A socialização do trabalho no canavial se dá com a conservação do trabalho no espaço doméstico,

Meu tempo é muito pouco [...]. Sempre Eu me acordo de três horas da manhã, né? sempre me acordo três horas porque, sempre eu deixo almoço pronto, prato lavado quando dá tempo, quando num da tempo eu faço quando eu chego, (pausa). (Amara, entrevista realizada em 15 de julho de 2019).

Esse trabalho conduzido com disciplina, não é remunerado e guarda um saber poder sobre os tempos do espaço doméstico, não regulamentado, nem remunerado, ou o salário doméstico está sendo reivindicado. Sob a forma de fornecedora de cana, também não existe o assalariamento e nenhum direito trabalhista aparece como reivindicação. As agricultoras e os movimentos sociais que participam constroem a demanda por infraestrutura de qualidade nos assentamentos de reforma agrária, o que inclui o direito a educação e saúde para as populações do campo.

A ausência de direitos trabalhistas levou Machado e Albuquerque (2013) a afirmarem que,

[...] a nova lógica na produção de cana de açúcar na Zona da Mata pernambucana é fruto de uma sutil transformação fundiária que findou por perpetuar relações de poder características da produção tradicional colonial. O que mudou foi a forma de submissão deste trabalhador, que agora, não mais apenas dono de sua força de trabalho, mas é também proprietário de suas terras e dos seus meios de produção, contudo continua submetido à lógica do agronegócio da cana-de-açúcar da Zona da Mata pernambucana (MACHADO E ALBUQUERQUE, 2013, p. 125).

Contudo, pela metodologia e a orientação teórica empregada aqui, reafirmamos o assentamento de reforma agrária e todas as contradições que o cultivo da cana-de-açúcar dentro dele representa, estão representando experiências e soluções de sujeitos que tem classe, gênero e “raça”, e por isso, identificam e constroem no território o resultado das lutas e conflitos que foram travados, historicamente. Na análise de Malheiro Michelotti e Porto-Gonçalves (2018, p. 37),

[...] os mais de 85 milhões de hectares de assentamentos agrários, os mais de 110 milhões de hectares de terras indígenas e os cerca de 44 milhões de hectares de territórios quilombolas, não são nossos entraves, mas nossas soluções, pois são patrimônios acumulados na luta dos povos de onde deve partir qualquer projeto de Brasil [...].

São essas conquistas que orientam um orgulho por parte das mulheres negras no desempenho de suas atividades e trabalhos, *dentro ou fora* do espaço doméstico, e que desafiam imposições e opressões cruzadas. O que virá dessas experiências e das resistências construídas pode estar na escuta das expectativas dos sujeitos. Por agora, o conteúdo religioso cristão, e sincretizado, das expectativas, acena a construção de perspectivas que preservam a dualidade do bem e do mal, assim como as demais hierarquias construídas nas relações entre as categorias e classes sociais, a “raça”, gênero e geração. Quando se espera por “Deus”, em todos os discursos dos sujeitos no território a referência é de um Deus único, e que deverá prover o bem, já que o mal já está instalado na forma de uma realidade de conflitos pelo território e pelo corpo, e pela própria vida.

O sincretismo está nas lutas e mobilizações em torno de direitos sociais, e continuidade dos conflitos por terra no território. Ao mesmo tempo em que “esperam em Deus”, as mulheres participam de marchas, grupos, associações e ocupações de prédios públicos, construindo possibilidades de vida e de resistência.

4.4 Território transpassado: quando a separação se manifesta, o que fica evidente?

As dinâmicas socioeconômicas, as transformações nos espaços rurais e as transformações urbanas, atravessam toda a Zona Canavieira de Pernambuco. Mas, uma diferenciação, pode ter dividido o território em duas porções. Uma porção canavieira com a presença de assalariadas nas usinas, com formas permanentes e temporárias na contratação e vínculo empregatício, e na mesma porção do território fornecedoras de cana. Em outra porção, o trabalho assalariado das mulheres, no setor sucroalcooleiro, compõe a memória, e o passado recente.

Nas visitas realizadas em Goiana e nos municípios de Aliança e Itambé, para planejamento e organização da cartografia social, perguntamos *Onde e como podemos encontrar as mulheres, as trabalhadoras rurais, e fornecedoras de cana-de-açúcar?* Olhares, gestos e silêncios, nos equipamentos e serviços públicos de saúde e assistência social e nos sindicatos, antecederam respostas verbais sobre aposentarias, as mudanças de setor de trabalho, a migração para outras cidades e o desemprego.

As aposentadorias das trabalhadoras rurais e agricultoras decorrem do envelhecimento da população, e indicam uma nova fase das relações de produção, intrageracionais e entre os gêneros, no território. Uma nova geração de pessoas idosas, que podem demandar cuidado ou ainda, em se tratando de mulheres negras idosas serem elas mesmas aqueles que cuidam de si, de pessoas adoecidas ou das crianças. A intersecção entre gênero e idade reforçam os marcadores sociais, na responsabilização pelo cuidado, haja vista as construções sociais de gênero e de geração.

Diante do trabalho assalariado nos canaviais, como fenômeno antecedente para a porção norte do território, identificamos que as marcas da colonialidade do sexo e do gênero estavam postas para mulheres negras nas cidades, trabalhando no setor de serviços, ou como empregadas domésticas, ou ainda, desempregadas, seguem ocupadas em atividades com baixa remuneração, nas quais incluímos a prostituição.

Obviamente, que a justificativa para “virar a página do trabalho no setor sucroalcooleiro” está ancorada nas dinâmicas e transformações socioterritoriais, mas um aspecto em particular, revelado na cartografia social em Tejucupapo, detalha a atualidade da “expulsão” das mulheres para as cidades. Uma mulher negra afirmando já ter “ajudado” o marido na “amarração de cana” durante a corte e colheita da cana queimada, relata que, foi quando da intensificação do uso dos agrotóxicos e das máquinas, a superação da demanda por mulheres para realizar a “ajuda”. Mas, o uso de agrotóxicos e a mecanização (limitada) da produção agrícola não explicam por si sós, a expulsão para os espaços urbanos, e a migração do território, e revelam muitos outros processos como analisamos anteriormente nesse capítulo.

A “ajuda” teve, em períodos antecedentes, relativa sazonalidade. Segundo Dabat (2003) o trabalho remunerado de meninas e mulheres deveria ser evitado, com vistas à proteção das violências patronais. Contudo, quando o trabalho delas era indispensável para a renda da família era inevitável o trabalho nos canaviais. Além disso, "A demanda premente de mão-de-obra nas épocas de maior atividade acarretava a universalidade do trabalho no eito, [...]" (DABAT, 2005, p. 166).

Para romper com as tarefas domésticas e da roça, no entorno das casas, o trabalho das mulheres precisava ser inevitável, em se tratando de mulheres negras com família extensa. Em se tratando de mulheres solteiras, separadas, as *chefes* de família, o trabalho no canavial era uma forma de garantir renda, e quase sempre encarado como a única opção para prover os membros do grupo familiar, não sendo considerado dessa forma, uma ajuda.

Foi a extrema necessidade de renda que tornou o assalariamento de mulheres no canavial, um fato, mesmo quando encarado como *ajuda* e que a remuneração por esse trabalho fosse incorporado ao salário dos homens da família (pais, irmãos, maridos). A mecanização excluiu o trabalho das mulheres pelo mesmo motivo que as impediu de trabalhar nas usinas de açúcar: existe uma construção do sexo e do gênero que naturaliza as tarefas das mulheres como tarefas do cuidado e que para isso deve-se utilizar o próprio corpo, os saberes e habilidades aprendidas no espaço doméstico e com outras mulheres, mediante a dispensa de remuneração, o que configura a “ajuda”.

Com as transformações nos espaços rurais, e as dinâmicas econômicas, em transformação no espaço urbano, *a rua* tem sido percebida como lugar de moradia e da construção de experiências sociais. A análise dos conflitos em Tejucupapo e os atuais conflitos territoriais e ambientais que se processam nas zonas de expansão urbana e no periurbano, ou na *rua*, *diante da* urbanização, revelam a demanda por saúde e saneamento, em oposição à contaminação ambiental.

A construção de uma fossa, representada e citada como fossão, causava indignação no momento dos encontros da cartografia social. Além de perceber a contaminação ambiental, entre as/os participantes a expectativa é conseguir morar num local seguro e com equipamentos sociais que respeitem as trajetórias de vida dos sujeitos.

O fossão desenhado no mapa é a revelação do que existe, mas o discurso apontava para a insuficiência no quantitativo de escolas, precariedade do atendimento na unidade de saúde, falta de segurança e ausência da fiscalização para conservação da Resex Acaú-Goiana. Os aspectos estavam inter-relacionados, à medida que a comunidade se representa encurralada, entre a destruição e contaminação ambiental, canaviais e indústrias.

Outrossim, a redução da “ajuda” nos canaviais teve interferências direta do assalariamento e melhorias salariais de todo o grupo familiar com sujeitos empregados nos empreendimentos “não açucareiros” no território. Com uma renda familiar capaz de garantir a sobrevivência no periurbano e nos espaços urbanos, sem o julgo e a regulação da vida de todo o grupo familiar nos engenhos, o trabalho das mulheres em espaços domésticos passou a ser preferido por elas mesmas, mas também uma demanda de famílias que precisam pagar por serviços domésticos e, sobretudo, pelo cuidado.

Na atual conjuntura, com o fechamento de usinas⁸⁶, os homens, aqueles sem emprego nos empreendimentos “não industriais” instalados nesse início de século XXI, estão

⁸⁶ O processo de fechamento das usinas foi analisado no capítulo 1 dessa dissertação.

retomando os postos de trabalho nos canaviais, ocupando as funções agrícolas, haja vista que o trânsito do trabalho industrial para o trabalho rural foi sempre realizado pelos homens, e jamais pelas mulheres, posto que, a discriminação binária inibiu que mulheres adentrassem nas relações industriais, no território.

Segundo Pereira (2017, p. 123),

[...] partindo de análises dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana, não é possível dizer que um trabalhador que se identifique como “industrial” não seja, também, um trabalhador rural, mesmo que ele trabalhe exclusivamente na produção de açúcar. As vivências, as relações de trabalho, a exploração, a cultura material compartilhada e construída dentro dos engenhos e usinas aproximam essas categorias de maneira que não é possível dizer que são duas, separadas.

Salientamos que, a unidade das categorias, trabalhador rural e trabalhador industrial, é um fenômeno comum aos homens, e que não se aplica às mulheres negras. Assim, defendemos que o trânsito entre a condição de trabalhador rural e de trabalhador da indústria requer considerar a existência das duas categorias na realidade concreta e material, e que esse trânsito é da experiência dos homens. Destarte requer também perceber, que as mulheres negras estiveram excluídas da categoria “industrial”.

A redução das tarefas agrícolas manuais, em função do avanço da mecanização a expulsão das mulheres, para espaços urbanos, expõe a outra face da discriminação sexual nas relações de produção no território: o impedimento da realização de tarefas com uso de equipamentos e máquinas, bem como nas tarefas de maior remuneração estão combinadas à demanda por trabalho doméstico remunerado no urbano.

De outra feita, fica evidente a relação entre a questão agrária e a migração das mulheres do território e do tradicional sucroalcooleiro, enquanto empregador. Sem a posse da terra, muitas mulheres recorreram as migrações em períodos antecedentes. Destacamos que, “No Brasil, os direitos das mulheres à terra e ao desenvolvimento rural só entram na agenda pública com a redemocratização no final dos anos [19]80 e em decorrência das lutas das mulheres rurais pela igualdade” (BUTTO; HORA, 2008, p. 24).

Ao analisarmos o crescimento quantitativo de assentamentos rurais⁸⁷, no território, identificamos que esse período corresponde à ampliação dos Projetos de Assentamento, o que torna evidente que as lutas por terra e por igualdade entre os sexos e os gêneros ocorreram no mesmo lapso temporal. Contudo, diante da ausência das mulheres nos canaviais e de presenças em ocupações urbanas nos serviços e no emprego doméstico, concluímos que as

⁸⁷ A análise sobre os assentamento de reforma agrária foi realizada no Capítulo 2.

mudanças na concentração da propriedade e no uso da terra impactaram pouco nas assimetrias entre os sexos e os gêneros, discriminação sexual das tarefas e a divisão sexual do trabalho. Com isso, afirmamos também que as lutas por igualdade de gênero continuam na pauta de agricultoras e movimentos sociais, que identificam na participação política uma via para construir experiências vindouras de mais autonomia e acesso a direitos sociais.

São as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira que permitem perceber um território transpassado, em tempos transversos. As experiências das porções distintas reservam em si uma única construção colonizada de sexos e gêneros em que figura um espaço doméstico permeado por carinho, limpeza e cuidado, que são transferidos para a “cana”, para as “cozinhas” das patroas, nos setores de serviços ou na prostituição.

A tríade carinho, limpeza e cuidado aparece no estudo de Piscitelli, (2016) enquanto qualidades enfatizadas pelas brasileiras, que trabalham no setor de cuidados e as que oferecem serviços sexuais, na Espanha. Segundo a autora, “Nas narrativas das trabalhadoras sexuais, a articulação entre sexo comercial, carinho, cuidado e limpeza lhes permitiu atrair clientes mediante os quais obtiveram somas de dinheiro consideradas elevadas” (2016, p. 73).

Na Zona Canavieira de Pernambuco, o que verificamos é que como o espaço doméstico não é só carinho, limpeza e cuidado, esse saber-fazer, do cuidar com carinho e limpar, são transferidos para espaços rurais, urbanos e periurbano, nas relações de trabalho, em transformação, com as múltiplas formas de violências, as tensões entre servidão e cidadania e as discriminações na separação de tarefas nos setores de serviços. As violências contra às mulheres no mundo inteiro conduziram Segatto (2012, p. 108) a afirmar que “A humanidade testemunha hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados [...]”.

O espaço doméstico como *locus* do trabalho não pago foi cristalizado como um local “protegido” de abusos e violência patronal. Antes de 1975,

Nos engenhos, a qualidade eminentemente violenta do ambiente de trabalho e de vida dos trabalhadores e de suas famílias dominava todos os âmbitos da existência. As inúmeras proibições, que afetam os deslocamentos, a comida disponível, o combustível (lenha, carvão) coletado, o uso da terra cedida, até atitudes pessoais fora do âmbito propriamente de trabalho, diziam igualmente respeito às atividades políticas e sindicais. Contrariamente ao suposto espírito benignamente familiar que teria pairado sobre os engenhos, reinava de fato um clima de medo, repressão, falta de liberdade de expressão e reunião, e sobretudo, ausência de normas trabalhistas (DABAT, 2005, p. 175).

Se mulheres negras e as filhas estiveram protegidas das violências dos patrões e dos perigos da “*rua*”, não estiveram dentro do grupo familiar. Através de associações de categorias Andrade e Andrade (2018) analisaram casos de crimes violentos letais intencionais, entre 2004 e 2014, ocorridos em Pernambuco e concluíram que na faixa etária entre 31 e 65 anos, as mulheres assassinadas o foram por seus companheiros, por armas brancas e dentro de casa.

A violência doméstica e familiar é uma dimensão da violência de gênero, que pode ou não ser letal, mas que em todas as situações em que ocorre expõe os sujeitos às vulnerabilidades que impactam nas suas experiências de vida. Para as trabalhadoras rurais, as Marchas das Margaridas, dos anos 2000, 2003 e 2007, com o lema Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista, foram importantes instrumentos de formação, mobilização e articulação sobre as questões de gênero, em que as violências contra as mulheres foram deslocadas para fora das propriedades rurais, provocando tensões para a construção de políticas de enfrentamento às violências nos espaços rurais, nos territórios.

No tocante ao emprego doméstico, ou o trabalho doméstico remunerado, ressaltamos que ele guarda, segundo Ávila (2016), uma tensão entre servidão e cidadania, produzidas na apropriação dos tempos das trabalhadoras. Segundo a autora,

Viver na casa da patroa é ter o seu cotidiano organizado de acordo com o modo de vida e as exigências de outras pessoas. Isso significa uma forma de privação, uma vez que a vivência do cotidiano, para além da jornada de trabalho, esta subjugada à regra das/os outras/os, o que caracteriza uma relação de servidão (ÁVILA, 2016, p. 134).

Para as mulheres que deslocam pela Zona Canavieira, e pela metrópole do Recife, na condição de empregadas domésticas a relação de servidão se explicita diante da necessidade de “morar” na casa da família para qual trabalha. Mesmo com as melhorias na infraestrutura de estradas e de transportes, o custo e tempo de deslocamento, somados a necessidade de cuidados ininterruptos de crianças e pessoas idosas repõe a permanência no local de trabalho, e em serviço, sem a “volta para casa” no final do dia.

Para além das relações de trabalho, para análise da construção das experiências das mulheres na zona canavieira de Pernambuco, concordamos com Bessin (2016, p. 234), na assertiva: “o cuidado é um processo temporal”. Segundo o autor, no caso das mulheres pobres que migram para cuidar de crianças e pessoas idosas, ao invés de ausências, é vivenciada “dupla presença”. Mesmo diante da ausência física das mulheres na porção do entorno de

Goiana, a manutenção do contato por telefone e o retorno periódico viabiliza a atenção e a gestão de membros do grupo familiar que estão na Zona Canavieira.

Numa porção mulheres negras que trabalham relatando duradouras jornadas de trabalho, como assalariadas ou agricultoras, e acumulam o trabalho doméstico *não pago*. De maneira distinta na outra porção do território registramos uma dimensão de “dupla presença”, que demanda a disponibilidade de todas as gerações de mulheres do território, para manutenção dos cuidados e da vida cotidiana. Com frequência, avós, tias, madrinhas e irmãs assumem a operacionalização do cuidado de quem necessita, gestado à distancia pelas mulheres que migraram.

O que não significa que na outra porção a socialização do cuidado não aconteça entre as mulheres. Ou que também não existam mulheres que vivam a dupla presença na porção sul da Zona Canavieira. O que estamos informando é que, na porção norte, nos municípios do entorno de Goiana a análise das experiências das mulheres se fez pela dupla presença que elas vivenciam por agora, diante das transformações territoriais e dinâmicas econômicas em curso. Ademais a dupla presença na porção norte tem se dado com frequência maior em relação à porção sul do território.

Nos territórios em transformação, e em que a expansão urbana se dá acelerada, graças às tecnologias utilizadas na construção civil, as mulheres negras estão apartadas dos postos de trabalho dos empreendimentos “não açucareiros”, e passaram a ocupar as vagas no setor de comércio e serviços. As trabalhadoras nos *shoppings centers*⁸⁸ anunciam a escalada da “sociedade do consumo”, nos termos de Bauman (2008), no território, e na sua relação com a vida metropolitana.

Para as mulheres que permanecem fisicamente na Zona Canavieira, a organização popular em torno da permanência no território, é também de preservação da vida de todos os seres vivos, o que inclui o bioma. Na cartografia social, a demanda por infraestrutura de saneamento básico, soma-se a preservação das espécies, e o fim da contaminação por agrotóxicos. Ao representar a contaminação ambiental por falta de saneamento e por agrotóxicos no mapa, os sujeitos informavam também a forma de apropriação da terra, a simbiose entre as ações públicas e privadas. A relação entre a formação do território, e a atualidade do uso de terras para o cultivo da cana-de-açúcar continua assim, impactando na construção das experiências das mulheres, com seus corpos e construção do gênero. Ainda, a substituição do monocultivo por aglomerados urbanos, condomínios e transições na produção

⁸⁸ Mencionamos o surgimento dos *shoppings* no capítulo 2.

dos espaços, permanece impregnado pela colonialidade, e o sexo e o gêneros amalgamados pela sociabilidade e o cotidiano dos engenhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco ficou evidente a construção colonizada dos sexos e dos gêneros no território. Ao sujeito mulher negra, a partir da exploração do trabalho nos engenhos foi imposta uma forma de “*semeá, adubá e tratá*” que atravessou a assalariamento. Parece inegável que existiram povos originários expulsos e povos negros, escravizados, que viveram processos de expropriação no território, e que através da divisão sexual dos corpos, e a construção de padrões de tarefas e de formas de escravização distintas entre esses povos fundou a atual divisão sexual e social do trabalho na Zona Canavieira de Pernambuco.

As transformações territoriais e as relações de trabalho construídas nos assentamentos de reforma agrária tem tensionado essa construção colonial e escravista. Ao mesmo tempo, nos espaços rurais e urbanos, as mulheres têm ampliado as formas de participação nas lutas sociais, por direito a terra, e as condições de vida em áreas de ocupações antigas e nas autoconstruídas, recentemente. A recente dinamização da economia, as formas de urbanização e industrialização recentes produziram, no entanto, experiências diferentes e distintas entre as mulheres: enquanto algumas mulheres continuam trabalhando nos canaviais, outras precisam administrar a dupla presença no território, enquanto realizam o trabalho doméstico assalariado. As relações de poder que se entrecruzam são expandidas para os territórios fronteiriços, e se irradia para a metrópole do Recife, à medida que identificamos na migração das mulheres e nas ausências, nas expectativas das *ex*-trabalhadoras rurais, ou agricultoras, e empregadas domésticas a continuidade nas relações de classe, “raça” e gênero.

Mesmo quando as experiências estão/são distintas, ou seja, as mulheres negras não ocupam exatamente os mesmos postos de trabalho, suas experiências estão atravessadas pelo cuidar, conservando a construção de gênero racializada. Reafirmamos que, as intersecções são uma importante ferramenta para analisar a Zona Canavieira, e as formas como se estabelecem a relação entre classe social, gênero e “raça”.

De outra feita, as transformações rurais, urbanas e periurbanas não coincidem espacial e temporalmente com a conquista de direitos pelas mulheres, haja vista as “relativas autonomias” com que as relações de poder operam e são operadas pelos sujeitos, em espaços estruturais independentes. Contudo, as disputas territoriais analisadas no *corpus* da pesquisa revelam que a autonomia conquistada por mulheres negras inclui trabalho e terra, numa proporção que extrapola suposições hierarquizantes, e que busca atravessar os espaços

estruturais. Existe uma autonomia a que todas as mulheres se referem quando fazem escolhas entre o canavial, a prostituição, ou o trabalho doméstico.

Contraditoriamente, os espaços se caracterizam pelas vulnerabilidades socioambientais, que garantem a continuidade de uma dinâmica de desenvolvimento desigual para as mulheres negras. Por isso, nos espaços urbanos ou periurbanos, rurais, na condição de assalariadas permanentes, temporárias ou agricultoras, as lutas políticas das mulheres estão articuladas. Os sujeitos políticos na luta por terra e território estão numa escalada por espaços de produção, mercado e consumo, e por espaços comunitários que assegurem uma experiência de autonomia capaz de irromper espaços domésticos e espaços do mercado. Isto é, na luta por saneamento, por exemplo, mora a luta de uma mulher negra pelo direito de existir no território, e no espaço urbano com dignidade.

As mulheres negras são sujeitos políticos que refletem sobre suas experiências como mulheres, de maneira combinada na percepção de corpos, “raça”, áreas de moradia e renda, de modo que é preciso identificar o quanto essa percepção interfere no mote *feminista, sem transformar-se* numa máxima para lutas feministas, e ou antirracistas.

Por oportuno, registramos que se dos encontros realizados para a cartografia social não tivesse resultado nenhum mapa, ou qualquer resultado gráfico, o ato de encontrar-se e falar (usar a linguagem verbal) para expressar as disputas territoriais já teria representado que está em curso um processo de fratura nas opressões e dominação na Zona Canavieira de Pernambuco. Mas, a cartografia social revelou o exercício da autonomia para representar e falar sobre o território, coletivamente. Quando identificamos que foi realizado um procedimento de construir representações sobre o espaço, capaz de transgredir todas as regras e regulações formuladas pelos colonizadores, proprietários de terras e pelo Estado, em tempos antecedentes e que a partir dele conhecimentos e distintas visões de mundo se encontraram, a ferramenta se revelou como útil para a compreensão do presente, das experiências de mulheres negras no território e de como as transformações nos espaços impactam as vidas na Zona Canavieira de Pernambuco.

Decorridos alguns encontros, estávamos pesquisadoras, pesquisadores, estudantes, jovens, idosas e idosos, trabalhadoras e trabalhadores rurais, pescadores e pescadeiras, negras e negros, quilombolas, todas e todos falando sobre conflitos, violências, natureza e sobre nós, nossos modos de saber e do saber-fazer. No diálogo, as categorias para elaborar o mapa garantiam que a representação fosse escrita e explicada, de modo que se falava também sobre o que desejavam, e desejam, para o agora. E com isso, informamos que o medo de falar não desapareceu. A memória da repressão e os limites postos a nossa capacidade de dizer foram e

são atualizados, quando por omissão ou por atos as instituições públicas deixam de mediar os conflitos territoriais. Entretanto, as formas de resistir também o estão atualizadas, pela participação em associações, sindicatos, marchas, e nas trocas de saberes.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, M. S. **Revisitando o campo**: Lutas, organização, contradições - Pernambuco -1962-1987. 2003. Tese (Doutorado em História). PPGH, UFPE, Recife, 2006.
- ABREU E LIMA, M. S. Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão. **Revista Clio**. Série histórica do Nordeste. v. 22, n. 1, 2004. pp. 189-213.
- ACSELRAD, H. VIÉGAS, R.N. In: **Cartografia social, terra e território**. Henri Acselrad (Orgs.); Rodrigo Nunes Viégas ...[et al.]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. pp.15-40.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALBUQUERQUE, R. **Sentidos Silenciados**: deslocamentos e apagamentos de sentidos indesejáveis no discurso midiático sobre a luta pela terra. 2015. 115f. Dissertação (Mestrado). PPCom., UFPE, Recife, 2015.
- ALENCASTRO, L. F. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. Entrevista para Amanda Rossi. **BBC Brasil**. São Paulo, 13 maio 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>>. Acesso em: 30 jun 2018.
- ALVES, D. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**. n.21, pp. 97-120. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.18046/recs.i21.2218>>. Acesso em 20 jul 2020.
- AMARAL, S. R. A. **Produção e exportação de álcool combustível nos estados de Pernambuco, Alagoas e São Paulo e as perspectivas de mercado para Pernambuco**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pimes,UFPE, Recife, 2007.
- ANDRADE, F. J. ANDRADE, R. L. Dimensão social no Pernambuco do século XXI: vulnerabilidades, tensões e desigualdades. In: ARAÚJO, T. B. ARAÚJO, T.P. (Orgs.). **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPE, 2018. pp.245-276.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 3. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ANDRADE, M. C. Deodoro proclama a República. **Pernambuco Imortal**: O império sofre e agoniza. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 9, 1995.
- ANDRADE, M. C. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Revista Estudos Avançados**. v.15, n.43, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a20.pdf>> . Acesso 28 julho 2018.
- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**. A expansão da agroindústria canavieira e o seu impacto ecológico e social. São Paulo, Unesp: 1994.
- ANDRADE, M. C. **O Campo e a Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

- ANDRADE, M. C. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Editora Ática S. A, 1993.
- ARAÚJO, T. B. A crise financeira do setor público brasileiro. In: GOMES, Enoque. (Org.). **Crise e Reestruturação do Estado Brasileiro**. Série Publicações Independentes. Recife: EDUFPE, 1993.
- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**. v. 11, n. 29, pp. 7-36, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S010340141997000100002>> Acesso em: 02 jul. 2018.
- ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, Boitempo, 2013. pp. 156-171.
- ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado : entre cidadania e servidão. In.: ABREU, A. R. P. HIRATA , H. LOMBARDI, M. R. (Orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- BACCARIN, J. G. **A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra), UFSC, São Carlos, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3466/TeseJGB.pdf?sequence=1&isAllowed=>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- BAUMAN, Z; **Vida para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- BENEVIDES, F. C. M. Os **caminhos e descaminhos da responsabilidade sócio ambiental empresarial**: Um estudo das estratégias das usinas de açúcar e álcool do Estado de Pernambuco. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Recife, UFPE. 2010.
- BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**. São Paulo, v. 71, pp. 41-79, 2007.
- BESSIN, M. Política da presença: As questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, A. R. P. HIRATA , H. LOMBARDI, M. R. (Orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- BEZERRA, M. H. **Mulheres (Des) Cobertas, histórias reveladas relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988)**. 2012. 234f. Dissertação (Mestrado) – PPGH, UFPE, Recife, 2012.
- BIROLI, F. MIGUEL, L. F.. Gênero, raça. Classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, pp. 27-55, 2015.
- BRASIL, Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. (Lei de Terras de 1850). **Arquivo Nacional Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015.** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm>. Acesso em 24 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.803, de 11.12.2003.** Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10803-11-dezembro-2003-497431-norma-pl.html>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963.** Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”.

BRASIL. **Ministério da Economia.** Produtores-de-etanol-terao-pacote-de-incentivos-para-estimular-o-setor. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/04/produtores-de-etanol-terao-pacote-de-incentivos-para-estimular-o-setor>>. Acesso em: 21 julho 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Boletim dos Biocombustíveis.** Edição nº 110. Jul/Ago de 2017. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/documents/1138769/0/Boletim+DBio+n%C2%BA+110+jul-ago+de+2017.pdf/e85a585c-10c7-4efc-bb8e-1779604f7487>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Boletim dos Biocombustíveis.** Edição nº 110. Jul/Ago de 2017. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/documents/1138769/0/Boletim+DBio+n%C2%BA+110+jul-ago+de+2017.pdf/e85a585c-10c7-4efc-bb8e-1779604f7487>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto Da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.250, de 11 de junho de 1997.** Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/D2250.htm>. Acesso em 01 ago. 2020.

BUTTO A. HORA, K. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L; BUTTO, A. (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2018. pp.19-38.

CANAMIX. **Lula, o embaixador do etanol.** Ribeirão Preto, fev. 2018. Ano I, n. 01. Disponível em <<http://www.canamix.com.br/imagens/pdf/0944f4e25f862eac762d8905dfd79813.pdf>> Acesso em 20 de março de 2018.

CARDOSO, C. P. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

CARVALHO, M. F. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29/30, pp. 41-78, 2003.

CARVALHO, S. P. e MARIN, J. O. B. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, SP, vol. 49, n. 03, p. 681-708, 2011.. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n3/a07v49n3.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2019.

CARVALHO, L. C. C. ABAG. **A busca do equilíbrio**. Portal da Única. On-line, em 04 abr. 2018. Disponível em <<http://www.unica.com.br/convidados/7209404920317494047/a-busca-do-equilibrio/>> Acesso em 22 de abril de 2018.

CAVALCANTE, J. B. FEITOSA, C. O. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro. v. 6, n. 2, pp. 226 – 247, 2019.

CNA/SENAR. **Impactos do coronavírus no setor sucroenergético brasileiro**: junho de 2020. Disponível em <<https://www.cnabrazil.org.br/boletins/impactos-do-coronavirus-no-setor-sucroenergetico-brasileiro>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Perfil do setor do açúcar e do etanol no Brasil**. v. 1 (2017). Brasília: Conab, 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Série Histórica: Acompanhamento de Safra. 2019. Disponível em <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>>. Acesso em 20 jul. 2019.

CONDEPE/FIDEM. **MP Regionalização**. [on-line]. Disponível em <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/planejamento-regionalizado?p_p_id=110_INSTANCE_k3CP&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&_110_INSTANCE_k3CP_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview&_110_INSTANCE_k3CP_folderId=143436>. Acesso em 02 dez. 2019.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**. [Online], n. 3, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

CORDER, L. M.; VIAN, C. E. F.; BRAUN, M. B. S. Análise crítica das políticas públicas de incentivo para biocombustíveis na América Latina e Europa. **48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Apresentação Oral-Instituições e Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1170.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CORREIA, T. B. GHOUBAR, K. MAUTNER, Y. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**. n.20, pp. 10-32, 2006.

COSTA, A. Relações entre letra e escrita nas produções em psicanálise. **Estilos da Clínica**, v. XIII, n. 24, pp. 40-53, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v13n24/a04v1324.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COSTA, J. ROCHA, E. SILVA, C. **Vozes da juventude no Brasil**: aspirações e prioridades. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Versão em língua portuguesa produzida pela equipe de publicação do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Junho de 2019. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-1621890318-5>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

CPT NORDESTE II. **Comissão Pastoral da Terra Nordeste II**. Disponível em <<https://www.cptne2.org.br/30anos/romarias/77-cpt30anos/conflitos-no-campo/conflitos-pe/4869-1986-ocupacao-no-engenho-pitanga>>. Acesso em 31 jul. 2020.

CRENSHAW, K. W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. W. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. **Revista Subjetiva [on-line]**. 2017. Disponível em <<https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-31d7c2a33ca5>>. Acesso em 21. Jul. 2020.

CUNHA, R. A. P. **O etanol como commodity energética no Terceiro Milênio**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – PIMES, UFPE, Recife, 2011.

DABAT, C. P. Y. R. Dimensões da violência patronal contra as trabalhadoras rurais na Zona Canavieira de Pernambuco. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. pp. 165-178.

DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2003. Tese (Doutorado em História). – PPGH, UFPE, Recife, 2003.

DABAT, C. P. Y. R. Uma “caminhada penosa”: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, v. 26, n. 2. pp. 291-320, 2008.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. Tradução de: *Women, Race & Class*, 1981. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, D. G.. **El neoliberalismo tardío: teoría y praxis**. In: DELGADO, D. G.; Agustina Gradin; compilado por Daniel García Delgado; Agustina Gradin . 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso Argentina, 2017. Libro digital, PDF (Documentos de trabajo / Ruiz del Ferrier, Cristina) Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/flacso-ar/20171108040507/pdf_1575.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores**. São Paulo. Ano 3, n. 30, fev, 2007. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2007/estpesq30_setorSucroalcooleiro.pdf> Acesso em: 02 abr. 2019

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões em mulheres assentadas. In: LOPES, A. L; BUTTO, A. (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2018. pp.185-216.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. Editora Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. CASSUNDÉ, J. R. O. PEREIRA, L. I. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB, v.12, n.2, pp. 533-548, 2018.

FRANCISCO, W. C. Divisão Regional Brasileira. **Brasil Escola**. [on-line]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/divisao-regional-brasileira.htm>>. Acesso em :18 de julho de 2020.

FREITAS, J. D. **Por uma pedagogia dos satisfatores para a promoção da saúde: dos espaços estruturais de Boaventura de Souza Santos às necessidades humanas de Max-Neef**. 2010. 151 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública e Meio Ambiente) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 36ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ; 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.

GALINDO, O. MARINHO, G. Dinâmica territorial nas regiões de desenvolvimento. In ARAÚJO, T. B. ARAÚJO, T.P. (Orgs.). **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPE, 2018. pp.245-276

GOMES, C. M. C. O choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa do lulo-petismo. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 86-95, 2018.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2011.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Decreto nº 37.160, de 23 de setembro de 2011**. Institui o Plano Diretor - SUAPE 2030 e dispõe sobre o ordenamento do solo da Empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/decretos/Plano_Diretor_Empresa_Suape_-_DECRETO_-_37160-2011.pdf>. Acesso em 04 ago. 2020.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In.: FERREIRA, V [et. al.] (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014.188 p.

GUMIERO, R. G. Dimensões econômica e social dos impactos do PAC no Complexo Industrial Portuário de SUAPE-PE, em 2007-2015. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 14, n. 3, pp. 101-123, mai-ago/2018. Disponível em: <<https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/3807/687>>. Acesso em 04 ago. 2020.

GRZYBOWSKI, C. Cidadania e direitos territoriais em disputa. **Jornal Ibase** [on-line]. 2012. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/cidadania-e-direitos-territoriais-em-disputa/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. Tradução de: The enigma of capital : and the crises of capitalism. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. **Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 1975. Civilização Brasileira.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada [2019]**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. . Modalidades de Projetos criados pelo Incra atualmente. Disponível em

<http://www.incra.gov.br/pt/?option=com_content&view=article&id=142>. Acesso 18 fev 2020.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acervo Fundiário**. Disponível em <<http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>>. Acesso 18 fev 2020.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Dados do INCRA Pernambuco**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/recife>>. Acesso 27 jul 2019.

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL/NC. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. **O novo ciclo da cana**. Disponível em <http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/biblioteca/can_IELSebrae_NovoCiclo.pdf>. Brasília: IEL/NC; SEBRAE, 2005. Acesso em: 24 jul 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa** revela que 20 milhões de jovens nem estudam nem trabalham na América Latina e no Caribe. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=344602018>. Acesso em: 11 ago 2020.

JULIÃO, F. A. P. **O que São as Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira S. A: 1962.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 86, pp. 93-103, 2010.

KERGOAT, D. HIRATA, H. As novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, 2007.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**. v. 16, n.1, pp. 30-42, 2013. Londrina. Disponível em <DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p30>. Acesso em: 30 abr. de 2019.

KOGA, D. **Medidas de Cidades** - Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo: Cortez. 2003.

KOGA, D. O território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Assistencia_social_V/texto_base_5_conferencia_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 29 abr. de 2019.

KVALE, S. Dominance Through Interviews and Dialogues. **Qualitative Inquiry**. v. 12, n. 3, pp. 480-500, 2006.

KVALE, S. **InterViews** - An introduction to qualitative research interviewing. Thousand Oaks, CA: Sage. 1996.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da EDUFMG, 1999.

LIMA, E. C. **Dissidência de fragmentação da luta pela terra na "zona da cana" nordestina**: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LIMA, R. M. C. de. **A Cidade Autoconstruída**. 2005. 374f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LOURO, G. L. “Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo Descolonial. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, nº 3, 2014. pp. 935-952.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1970.

LYRA, M. R. S. B. VASCONCELOS, V. M. A metrópole do Recife na dinâmica demográfica brasileira. In: SOUZA, M. A. A.; BITON, Jan. (Org.). **Recife**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp.70-108.

MACÊDO, A. F. **A Reestruturação do Litoral de Ipojuca - PE a partir do imobiliárioturístico**: o uso do espaço público das faixas de praias. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Urbano, CAC/UFPE, 2012.

MACHADO, M. R. I. M. ALBUQUERQUE, M. Z. A. Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder. **Revista Nera**. Ano 16, n. 22, pp.111-126, 2013.

MACIEL, T. F. **Relações comerciais entre Pernambuco e o resto do mundo (2003-2010)**: Evolução, caracterização e potencial. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – PIMES, UFPE. 2011.

MALHEIRO, B. C. MICHELOTTI, F. PORTO-GONÇALVES, C. W. Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido. In: CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

MARTINS, J. S. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tempo Social** – USP. pp. 141-175. 2003. Disponível em: <https://orgprints.org/22755/1/Martins_Reforma.pdf>. Acesso em: 20 jul 2020.

MARTINS, J. S. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas. 1979.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, E. D. SOUSA, E. A. L. A experiência como intervalo para novas visibilidades. **Psicol. Soc.** [online]. vol. 17, n.1, 2005, pp. 61-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000100009>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MELLO, G. M. S. “São Lourenço da Mata, na Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade e suas implicações na dinâmica territorial. In: RAMALHO, A. M. F. (Org.). **Recife: os impactos da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2014. pp. 83-104.

MIRANDA, L. I. B. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – MDU, Recife, 2008.

NOZAKI, W. A Petrobras e a “mão invisível” do agronegócio. **Revista Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. Julho de 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-petrobras-e-a-201cmao-invisivel201d-do-agronegocio>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

OLHO D’ÁGUA. Disponível em <www.grupoolhodagua.com.br>. Acesso em 25 jul. 2020.

OLIVEIRA, A. U. A Longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, pp. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>>. Cedido pelo autor.

OLIVEIRA, F. de. A questão regional: a hegemonia inacabada. In: **Revista de Estudos Avançados da USP**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.7, n.18, pp. 43-63, 1993.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 74, pp. 67-85, 2006.

PAGE, J. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

PALMEIRA, M. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B.M. MEDEIROS, L. S. PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. v.1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEDROSA Jr., O. A. CORRÊA, A. C. F. Crise do Petróleo e os Desafios do Pré-Sal. Boletim Energético. **FGV-Energia**. 2016. Disponível em: <https://www.fgv.br/fgvenergia/oswaldopedrosa_petroleo/files/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PEREIRA, A. ANTUNES, M. B. C. GURGEL, I. G. D. A determinação social do processo saúde-doença de mulheres negras quilombolas e a interseccionalidade das relações sociais de classe, raça e gênero. In: GURGEL, Aline do Monte; SANTOS, Mariana. GURGEL, I. G. Dantas. (Orgs.). **Saúde do Campo e Agrotóxicos: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico-metodológicas**. Recife: Ed.UFPE, 2019, pp. 139-163.

PEREIRA, C. S. **Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana 1979-1980)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFPE, Recife, 2017.

PETTRIBÚ. **Grupo Cavalcante Petribú**. Disponível em: <<https://www.cavalcantipetribu.com.br/>> Acesso em 25 jul. 2020.

PINHO, W. **História de um engenho do recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia - 1552-1944**. Brasília: Companhia Editora Nacional. Instituto Nacional do Livro 1. Fundação Nacional Pró-Memória. 1982.

PISCITELLI, A. Carinho, limpeza e cuidado: experiências de migrantes brasileiras. In: ABREU, A. R. P. HIRATA, H. LOMBARDI, M. R. (Orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais**. São Paulo, Boitempo, 2016.

PITTA, F. T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Orientador Anselmo Alfredo. São Paulo, 2016. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/publico/2016_FabioTeixeiraPitta_VCorr.pdf>. Acesso em 30 jul 2020.

PITTA, F. T. MENDONÇA, M. L. R. F. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Revista Mural Internacional**. v. 5, n. 1. 2014. pp. 46-55. Disponível em: <DOI 10.12957/rmi.2014.11304>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Bruxelas-Bélgica, 05 de julho de 2007. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/05-07-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-conferencia-internacional-sobre-biocombustiveis>>. Acesso em 02 jul. 2018.

PRIORE, M. **Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2020.

RAMALHO, A. M. F. A Copa do Mundo no Brasil: qual legado estamos construindo? **Architecton** - Revista de Arquitetura e Urbanismo, Recife, v. 2, n. 3, pp. 8-16, 2012.

RAMALHO, A. M. F. SOUTO, A. S. MELLO, G. M. S. ALLGAYER, M. Metropolização e megaeventos: impactos da Copa do Mundo de 2014 na Região Metropolitana do Recife. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. GAFFNEY, C. RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas de 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. pp.389-408.

RAMALHO, A. M. F. O Planejamento e a gestão metropolitana para Copa do Mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife. p.17-62. In: RAMALHO, A. M. F. (Org.). **Recife: os impactos da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2014.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, N; SOARES, G. Impacto do novo coronavírus no mercado de biocombustível. **Revista Energia Hoje**. [on-line]. 2020. Disponível em: <<https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br/impacto-do-novo-coronavirus-no-mercado-de-biocombustivel/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSSETTO, R. SANTIAGO, A. D. **Árvore do Conhecimento: Cana-de-Açúcar**. [on-line] Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_35_711200516717.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 2012.

SANTOS, B. S. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 63, pp. 237-288, 2002.

SANTOS, B. S. **As bifurcações da ordem. Revolução, cidade, campo e indignação**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas** /; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. V. 1, 688 p. (Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño / Gentili, Pablo).

SANTOS, B. S. **Para um novo sendo comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. CARLET, F.. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as suas estratégias jurídico-políticas de acesso ao direito e à justiça no Brasil. P. 305- 339. In: SANTOS, B. S. **As bifurcações da ordem - Revolução, cidade, campo e indignação**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SANTOS, C. J. B. CASTIGLIONE, L. H. G. A atuação do IBGE na evolução da cartografia civil no Brasil. **Terra Brasilis**. [Online], v.3, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/>> Acesso em: 18 de julho de 2020.

SANTOS, D. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da geografia. **Revista InterEspaço...** Grajaú/MA. v. 2, n. 6, 2016, pp. 273-293. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/6497>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SANTOS, M. H. C. **Política e políticas de uma energia alternativa: o caso do Proálcool**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro. Lamparina. 3ª Ed. 2007.

SANTOS, C. **A financeirização do capital imobiliário e os grandes projetos urbanos: Implicações na produção do espaço urbano contemporâneo em Goiana e em São Lourenço da Mata na Região Metropolitana do Recife.** 2017. 345f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) MDU, UFPE, Recife, 2017.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Outras Palavras, 2011.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M.C. S.; RAMOS, T. R. O. (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras.** Florianópolis: Mulheres, 1999. pp. 21-55.

SEGATTO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **e-cadernos CES**, v.18, [Online], 2012. pp. 106-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/eces.1533>> Acesso em: 12 jul 2019.

SIGAUD, L. Armadilhas da honra e do perdão: Usos sociais do direito na Mata pernambucana. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, v.10, n.1. 2004, pp. 131-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000100005>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 255-280, 2005.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos.** São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, L. Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.79, tempo Brasileiro, 1982. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1979/anuario79_lygiasigaud.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SIGAUD, L; ROSA, M.; MACEDO, M. E. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. v. 51, n. 1, pp. 107-142, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000100004>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SILVA JUNIOR, J. P. **Ilhados pela cana, suspensos pela usina, assituados pela vida: des-territorialização e resistência de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário do rio Sirinhaém, Sirinhaém-PE.** 2011. 136f. Dissertação (Mestrado). - PPGeo, Recife: Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6096>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SILVA, B. C. Goiana: Uma vila operária cercada por Igrejas. **Revista Continente**. [on-line] 2011. Disponível em: <<https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/128/goiana--uma-vila-operaria-cercada-por-igrejas>> Acesso em: 10 ago. 2020

SILVA, J. B. **Territorialidade da pesca no estuário de Itapessoca-PE: técnicas, petrechos, espécies e impactos ambientais.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo, UFPE, Recife, 2006.

SILVA, R. P. As negras e o mundo do trabalho na cidade do Recife: do tabuleiro aos conflitos de rua (1870-1880). **Anais...** Recife: 2018. Disponível em <https://www.encontro2018.pe.anpuh.org/resources/anais/8/1535761412_ARQUIVO_ANPUHProjetoPesquisa.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SILVA, R; BARROS, H. O. M; SOUZA, P. R. **Assentamentos Rurais em Pernambuco: Análise de suas relações com o meio ambiente.** 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – Pernambuco. CUNHA, Renato. Sindaçúcar promove seminário sobre matriz veicular. **Folha de Pernambuco.** Recife, 01 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2018/03/01/NWS,60521,10,550,ECONOMIA,2373-SINDACUCAR-PROMOVE-SEMINARIO-SOBRE-MATRIZ-VEICULAR.aspx>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SINGER, A. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: JINKINSG, I. DORIA, K. e Murilo Cleto (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Coleção Tinta Vermelha. Boitempo. 2016.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista (1978). In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, pp. 21-36.

SOUTO, A.S. **Condições de vida e de trabalho das trabalhadoras nas plantações de cana-de-açúcar, em Escada – PE.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) UFPE, Recife, 2013. (*mimeo*).

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Colaboradores André Grillo [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, M. A. A. Complexo Industrial Portuário de Suape: impactos nas condições de moradia. In: CAVALCANTI, H.; SOUZA, M. A. A.; OLIVEIRA, R. V. (Org.). **Suape desenvolvimento em questão impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

SOUZA, M. A. A. LIMA, R. M. C. ANJOS, K. L. SILVA, A. B. As formas de provisão da moradia na configuração socioespacial da Região Metropolitana do Recife. In: SOUZA, M. A. A.; BITON, Jan. (Orgs.). **Recife: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp.241-285.

STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960.** 304 p. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SZMRECSÁNYI, T.; SÁ, A.C. Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). **Fundação Getúlio Vargas.** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

TABU. Destilaria Tabu. Disponível em <www.destilariatabu.com.br>. Acesso em 25 jul. 2020.

UNICA. Renovabio não prevê aumento da mistura ou nos preços de combustíveis. **União da Indústria de Açúcar**. Notícias. São Paulo, 12 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/2279357920318079948/renovabio-nao-preve-aumento-da-mistura-ou-nos-precos-de-combustiveis/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>>. Acesso em 12 dez. 2019.

WAUTIER, A. M. Para uma Sociologia da Experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**. n.9, pp.174-214, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000100007>>. Acesso em: 20 jul 2020.